

WILLIAN CARLOS NARZETTI

**PARCERIAS E RESPONSABILIDADE FOMENTADAS POR UMA
REDE DE INFORMAÇÕES: ANÁLISE DOS ASPECTOS
SOCIOECONÔMICOS E DAS ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL QUE ATUAM NOS TERRITÓRIOS DO
MACIÇO DO MORRO DA CRUZ – FLORIANÓPOLIS/SC**

Dissertação apresentada ao curso de Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Maurício C. Serafim

**FLORIANÓPOLIS
2014**

N239p

Willian Carlos Narzetti

Parcerias e responsividade fomentadas por uma rede de informações: análise dos aspectos socioeconômicos e das organizações da sociedade civil que atuam nos territórios do maciço do Morro da Cruz – Florianópolis/SC / Willian Carlos Narzetti. - 2014.

189 p. : il. color. ; 21 cm

Orientador: Maurício C. Serafim

Bibliografia: p. 179-185

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

1. Comunidades - desenvolvimento. 2. Organizações. 3. Comunidades urbanas - Florianópolis (SC). 4. Redes de informação. I. Serafim, Maurício C. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD: 307.14 - 20.ed.

WILLIAN CARLOS NARZETTI

**PARCERIAS E RESPONSABILIDADE FOMENTADAS POR
UMA REDE DE INFORMAÇÕES:**

**ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DAS
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ATUAM NOS
TERRITÓRIOS DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ –
FLORIANÓPOLIS/SC**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em
Administração, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Administração.

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Prof. Dr. Maurício C. Serafim
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Prof. Dra. Maria Carolina Matinez Andion
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Prof. Dr. Fabio Stallivieri
Universidade Federal Fluminense

FLORIANÓPOLIS, 11/04/2014.

RESUMO

NARZETTI, Willian Carlos. **Parcerias e responsividade fomentadas por uma rede de informações:** análise dos aspectos socioeconômicos e das organizações da sociedade civil que atuam nos territórios do Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis/SC. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Administração Profissional, Florianópolis, 2014.

Este trabalho identificou que a incipiência de uma rede interorganizacional entre as organizações da sociedade civil que atuam no Maciço do Morro da Cruz pode estar inibindo a conquista de resultados mais eficientes no campo social. Para mitigar esta situação, foi proposta a estruturação de uma rede de informações entre as organizações que atuam no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis no estado de Santa Catarina, de modo a torná-las mais responsivas considerando o contexto socioeconômico de seus moradores e o atual nível de articulação entre as organizações da sociedade civil existentes neste território. Através do tratamento das bases de dados do IBGE, ficaram evidentes as discrepâncias de qualidade de vida usufruídas pelos moradores do Maciço do Morro da Cruz em comparação com a cidade de Florianópolis. Mensurado a situação socioeconômica destas comunidades, partiu-se para a investigação das organizações da sociedade civil que atuam naquele contexto. Foi selecionada uma amostra de dez organizações, tendo como objetivo averiguar

seus parceiros e apoiadores. Ficou evidente que, entre as organizações da amostra, havia poucas relações de parcerias entre si. Extrapolando o campo de análise, buscou-se investigar como estas dez organizações estavam articuladas através de parcerias com outras organizações localizadas internas ao território do Maciço do Morro da Cruz. Novamente, os resultados demonstraram que as organizações não tinham um alto nível de articulação com os demais atores locais. Desta forma, a proposição apresentada neste estudo foi direcionada para a estruturação de uma rede de informações com foco local. Entende-se que, com um nível maior de informações e troca de conhecimentos, poderá ser possível aproximar as organizações e criar sinergias, gerando mais responsividade e eficiência em suas ações. Também podendo impactar na atuação dos demais atores engajados na execução de políticas públicas para este território.

Palavras-chaves: Organizações da sociedade civil. Redes de informação. Articulação territorial. Responsividade. Maciço do Morro da Cruz.

ABSTRACT

NARZETTI, Willian Carlos. **Partnerships and responsiveness promoted by a network of information**: analysis of the socioeconomic aspects and of civil society organizations that work in areas of the Maciço do Morro da Cruz - Florianópolis / SC. 2014. 190f. Dissertation (Professional Master in Business Administration) - University of the State of Santa Catarina, Graduate Program in Business Administration, Florianópolis, 2014.

The present work has identified that the incipiente of an interorganizational among the civil society organizations that are acting at the Maciço do Morro da Cruz may be inhibiting the achievement of more efficient results in the social field. To mitigate this situation, it was proposed a structuring of an information's net among the organizations that are acting at the Maciço do Morro da Cruz, in Florianopolis on the state of Santa Catarina, in order to turn it more responsive considering the neighborhood's social economic contexto and the current level of articulation among civil society organizations presentes in this spot. Through the treatment of the databases of IBGE, It became clear the discrepancy between the local resident's quality of life and the resto f the city of Florianopolis. After measuring social economic Situation of these comunidades, next step through was the investigation of the civil societies organizations acting in the contexto. It was selected a sample of ten organizations, with the goal of checking out their partners and supporters. It became evident reduced number of

partners relationships among them. Extrapolating the field of analysis, seek to investigate how these ten organizations were articulated through partnerships with other organizations located inside the territory of the Maciço do Morro da Cruz. Once again, the results showed that the organizations did not have a high level of articulation with the remaining local actors. In this way. The proposition demonstrated on this study was pointed to structuring net of informations with local focus. It's understood that, with a higher level of informations and exchange of knowledge it can be possible to put the organization closer and create synergies, generating responsiveness and efficiency in their actions. It also could impact in the role of the other actors engaged on the execution of public policies for the territory.

Keywords: Civil society organizations. Information networks. Territorial articulation. Responsiveness. Maciço do Morro da Cruz.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cortiços nos anos de 1910 e, em segundo plano, os morros ainda pouco habitados.....	24
Figura 2 - Evolução da expansão urbana no centro de Florianópolis no período de 1966 a 2002	26
Figura 3 - Localização do Maciço do Morro da Cruz na Ilha de Florianópolis	29
Figura 4 - Organograma do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.....	33
Figura 5 - Rede IVG – Instituto Pe. Vilson Groh	43
Figura 6 - Sistema de Governança da Rede IVG – Instituto Pe. Vilson Groh	44
Figura 7 - Amostra de setores censitários investigados	51
Figura 8 - Pirâmide com a evolução do conceito de pobreza.....	70
Figura 9 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A01	86
Figura 10 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A04	89
Figura 11 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A05	91
Figura 12 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A06	93
Figura 13 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A07	95
Figura 14 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A09	97
Figura 15 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A10	99
Figura 16 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A12	101
Figura 17 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A79.....	103

Figura 18 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A13	106
Figura 19 - Relações de parcerias entre as dez organizações da sociedade civil pesquisadas no Maciço do Morro da Cruz	108
Figura 20 - Inter-relações das dez organizações da sociedade civil e dos seus parceiros localizados dentro do território do Maciço do Morro da Cruz.....	112
Figura 21 - Rede-Conhecimento em âmbito nacional.	159
Figura 22 - Integração metropolitana da Rede Nacional de Pesquisa	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setores censitários e territórios pertencentes	50
Tabela 2 - Pessoas residentes nos setores amostrais por faixa etária.....	53
Tabela 3 - Pessoas residentes nos setores amostrais por cor ou raça declarada.....	55
Tabela 4 - Características do entorno e das residências localizadas nos setores selecionados do Maciço do Morro da Cruz conforme o Censo IBGE 2010.....	58
Tabela 5 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita por setor analisado.....	63
Tabela 6 - Renda da Pessoa Responsável.....	65
Tabela 7 - Rendimentos agregados por setores censitários do IBGE localizados no Maciço do Morro da Cruz de acordo com as dezessete áreas pesquisadas: participação das comunidades do Maciço no aporte de recursos na economia da cidade.....	66
Tabela 8 - O papel do Estado e da sociedade civil para as agências multilaterais	75
Tabela 9 - Organizações da sociedade civil e projetos atuantes no Maciço do Morro da Cruz.....	81
Tabela 10 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A01.....	88
Tabela 11 - Segmentação da Rede de Parceria organização da sociedade civil A04.....	90
Tabela 12 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A05.....	92
Tabela 13 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A06.....	94
Tabela 14 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A07.....	96
Tabela 15 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A09.....	98

Tabela 16 -Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A10	100
Tabela 17 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A10	102
Tabela 18 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A79	104
Tabela 19 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A13	107
Tabela 20 - Segmentação do universo de parceiros das Organizações da Sociedade Civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz	119
Tabela 21 - Desenvolvimentos teóricos na área de redes de políticas públicas.....	126
Tabela 22 - As cinco dimensões colaborativas numa rede de governança democrática.....	131
Tabela 23 - Eixos da rede de informação do Maciço do Morro da Cruz	153
Tabela 24 - Matriz SWAT para a rede de informação com foco no Maciço do Morro da Cruz tendo o Instituto Vilson Groh como articulador.....	156

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	OBJETIVO	20
1.2	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO	21
2	O CONTEXTO E A REALIDADE INVESTIGADA	23
2.1	OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	23
2.2	O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	28
2.3	TENTATIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE: O CASO DO FÓRUM DO MACIÇO	30
2.4	A EXPERIÊNCIA DE UMA REDE: O CASO INSTITUTO WILSON GROH – IVG	38
3	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA E/OU OPORTUNIDADE	47
3.1	PANORAMA TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	47
3.1.1	Os moradores do Maciço do Morro da Cruz	52
3.1.2	As residências e o entorno do Maciço do Morro da Cruz	56
3.1.3	A renda dos moradores do Maciço do Morro da Cruz	61
3.2	ASPECTOS DA POBREZA E A COMPREENSÃO ALÉM DA ÓTICA MONETÁRIA	67
3.3	A SOCIEDADE CIVIL COMO COPRODUTORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	71
3.3.1	Atuação da sociedade civil no Maciço do Morro da Cruz	76
3.3.1.1	Organização da sociedade civil A01	85
3.3.1.2	Organização da sociedade civil A04	87
3.3.1.3	Organização da sociedade civil A05	90
3.3.1.4	Organização da sociedade civil A06	92

3.3.1.5	Organização da sociedade civil A07.....	94
3.3.1.6	Organização da sociedade civil A09.....	96
3.3.1.7	Organização da sociedade civil A10.....	98
3.3.1.8	Organização da sociedade civil A12.....	100
3.3.1.9	Organização da sociedade civil A79.....	102
3.3.1.10	Organização da sociedade civil A13	104
3.3.4	Analisando em que medida as organizações investigadas estão articuladas entre si e com outros atores internos no Maciço do Morro da Cruz.....	107
3.4	GOVERNANÇA DE REDE E A RESPONSIVIDADE	120
3.4.1	Redes como estratégia de desenvolvimento..	121
3.4.2	Governança em uma rede de políticas públicas	127
3.4.3	Responsividade.....	133
4	ANÁLISE E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO /RECOMENDAÇÃO	137
5	CONCLUSÕES	161
5.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	162
5.2	SOBRE O GRAU DE ARTICULAÇÃO ENVOLVENDO AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ATUANTES NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	170
5.3	SOBRE A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO..	172
5.4	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	174
5.5	INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS E PESQUISAS	176
	REFERÊNCIAS	178
	ANEXOS	187
	ANEXO A – Instrumento de entrevista para levantamento da rede de parceiros das organizações da sociedade civil do Maciço do	

Morro da Cruz – Terceiro Setor.....	187
ANEXO B – Instrumento de entrevista para levantamento da rede de parceiros das organizações da sociedade civil do Maciço do Morro da Cruz – Setor Público.....	188
ANEXO C – Instrumento de entrevista para levantamento da rede de parceiros das organizações da sociedade civil do Maciço do Morro da Cruz – Setor Privado	189

1 INTRODUÇÃO

Florianópolis é reconhecida como uma das cidades brasileiras com melhor qualidade de vida. Conta com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM de 0,875 ficando em terceiro lugar no ranking nacional. Ocupa a segunda colocação no ranking de computador por domicílios com a presença em 75,47% das residências. Em 67,67% das residências têm acesso à internet banda larga segundo o Atlas da Inclusão Digital (2012). É a capital brasileira com maior proporção de famílias enquadradas em situação econômica classificada como alta renda e a segunda colocada entre os municípios, tendo 27,7% de sua população na categoria Classe A. Expandindo a análise para as Classes A e B, se tem 41,61% das famílias florianopolitanas nesta faixa de renda (NERI, 2011).

Entretanto, mesmo a cidade apresentando indicadores classificados entre os melhores do país, existe realidades socioeconômicas muito distintas que passam despercebidas nas estatísticas oficiais e também, muitas vezes, são desconhecidas por florianopolitanos e turistas. Algumas regiões vivenciam situações de exclusão e não desfrutam da mesma qualidade de vida apontada nas pesquisas sobre a cidade. Aqueles que têm a oportunidade de conhecer de perto estas realidades têm a sensação de não estar em Florianópolis. Seria algo como uma sub-cidade, que vive à margem e quase ninguém vê.

Estes territórios, com evidentes problemas socioeconômicos, precisam ser compreendidos para que políticas sociais sejam desenvolvidas de maneira eficiente, ajudando a mudar essa realidade que muitas

vezes parece invisível nas pesquisas sobre a capital de Santa Catarina.

A estrutura do trabalho está subdividida em: 1) contexto e realidade investigada; 2) diagnóstico da oportunidade; 3) análise e propostas de intervenção; 4) conclusões e 5) limitações /oportunidades de estudos futuro.

O trabalho buscou estudar uma das regiões socialmente vulneráveis da cidade de Florianópolis, o Maciço do Morro da Cruz, região composta por dezesseis comunidades e, segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2014), com população estimada em 23 mil habitantes.

Por ser uma região historicamente empobrecida, optou-se como primeiro enfoque a compreensão sobre as características socioeconômicas desta localidade, trazendo como fonte as bases de dados do IBGE 2010. Através da investigação dos setores censitários do IBGE foi possível mensurar o quanto os indicadores socioeconômicos de determinado território diferem dos mesmos indicadores calculados para a cidade de Florianópolis. No caso do Maciço do Morro da Cruz, as percepções das situações de pobreza ficavam, até então, restritas às compreensões subjetivas ou então decorrendo das impressões “in loco”. Para mudar esta realidade, este trabalho buscou avanços nas fontes de dados, pois apresentou de forma inédita o tratamento de informações segmentadas por pequenas áreas dentro território delimitado. Com a disponibilidade e tratamento desta base de dados sobre as comunidades do Maciço do Morro da Cruz, foi possível sistematizar as informações e também localizar as regiões com

situações socioeconômicas mais vulneráveis: dos moradores, de suas habitações e do entorno.

Existem diferentes organizações da sociedade civil atuando nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Para compreender como estas estavam articuladas realizou-se um mapeamento das organizações existentes no território, levantando através de entrevistas quais eram seus parceiros. A partir destas respostas foram construídas a redes de parcerias das organizações e avaliado em que medida haviam conexões para a execução de seus trabalhos dentro da realidade estudada¹.

Parece não haver uma sistematização dos diferentes conhecimentos e estudos sobre as comunidades do Maciço do Morro da Cruz, o que resulta em uma situação de assimetria de informações a respeito das ações executadas nestes territórios. Também parece não haver um trabalho articulado, executado de forma a otimizar os recursos investidos nesta região, pois cada organização está preocupada em executar suas competências. Não se percebe um esforço que possibilite a complementariedade de competências entre as organizações atuantes neste território. Esse cenário poderia mudar com a adoção da análise integrada das ações executadas no Maciço pelos setores não governamental, público e privado.

Visto a importância da troca de informações para o desenvolvimento territorial, este estudo propôs construir elementos para a estruturação de uma rede de

¹ Na construção das redes de parcerias, não foi objeto do estudo mensurar a intensidade de cada parceiro com a organização estudada. Para esta tarefa, sugere-se o uso da ferramenta Ecomapa.

informações junto aos atores envolvidos no território do Maciço do Morro da Cruz, como por exemplo o poder público, as organizações da sociedade civil, a academia, a iniciativa privada, entre outros interessados. Entende-se que esta rede de informações pode tornar mais eficazes as ações de políticas públicas e desenvolvimento urbano realizados no local, além da melhoria da situação socioeconômica da região. Esta troca de conhecimentos tem como finalidade o intercâmbio de informações e de experiências e a aproximação entre os atores atuantes na região. De acordo com Agranoff (2007), a proposta apresenta-se como uma rede de políticas públicas, materializada através de uma rede de informação.

A percepção de não haver uma rede interorganizacional entre as organizações da sociedade civil que atuam no Maciço do Morro da Cruz pode estar inibindo a conquista de resultados mais eficientes no campo social. Desta forma, propor soluções que ajudem na articulação entre estas organizações apresenta-se como importante contribuição para o campo social e a região investigada. Acredita-se que a troca de informações e uma maior articulação entre os atores do território poderá mitigar as situações de precariedade socioeconômica identificadas na primeira parte do trabalho.

1.1 OBJETIVO

Estruturar uma rede de informações entre as organizações que atuam no Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis de modo a torná-las mais responsivas considerando o contexto socioeconômico de seus

moradores e o atual nível de articulação entre as organizações da sociedade civil existentes neste território.

1.2 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

A contribuição dada por este trabalho para o problema identificado e também para a região objeto do estudo pode ser analisada sobre três aspectos.

Primeiro, a possibilidade de apresentar a situação socioeconômica de dezessete áreas do Maciço do Morro da Cruz de forma inovadora, uma vez que ainda não se encontram divulgados trabalhos realizados com as novas bases de dados do IBGE na investigação sobre este território. Para isto, foram utilizados dados secundários para obter informações que foram desagregadas por setores censitários, permitindo a caracterização quantitativa das carências socioeconômicas existentes nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz quando comparadas à realidade de Florianópolis.

Como segunda contribuição, foi possível constatar a partir de dados primários obtidos em entrevistas com gestores de uma amostra de organizações da sociedade civil atuantes no território investigado, indícios de que há pouca inter-relação entre as organizações que atuam no Maciço do Morro da Cruz, ou seja, a rede interna do território pode não estar articulada de maneira apropriada para combater os problemas socioeconômicos do local. Havendo, desta forma, oportunidade para incrementar o nível de parceria e de trocas entre estas organizações.

A terceira contribuição trata da contribuição prática deste trabalho, materializa-se na sugestão de elementos

para a estruturação de uma rede de informações com foco no Maciço do Morro da Cruz. Esta rede de informações poderá contribuir para o aumento da responsividade individual e coletiva das organizações que atuam no território. O aumento da responsividade das organizações é fruto de corresponder às expectativas e demandas dos beneficiários, neste caso, os moradores da região investigada (DENHARDT, 2012). A partir deste contexto, a execução da proposta poderá mitigar a assimetria de informações a respeito de cada comunidade e atores atuantes na região. O detalhamento das demandas, a troca de informações e a sinergia das experiências tenderão a aumentar o nível de inteligência coletiva destas organizações, impactando em maiores conquistas sociais para o Maciço do Morro da Cruz.

A metodologia utilizada neste trabalho resultou da interação de duas inspirações: 1) análise de dados secundários provenientes das bases de dados do Censo 2010 do IBGE. Com este material, foi possível desagregar as informações e analisar os territórios prioritários deste estudo; 2) dados primários obtidos por entrevistas com os gestores de uma amostra de organizações da sociedade civil – OSC's localizadas no Maciço do Morro da Cruz. Como resultado, buscou-se compreender a relação de parceiros destas organizações e o grau de articulação existente. Por meio desta metodologia foi possível apresentar o cenário socioeconômico do território investigado concomitante ao levantamento das inter-relações de parcerias que as organizações investigadas detêm.

2 O CONTEXTO E A REALIDADE INVESTIGADA

Neste capítulo serão abordados, de acordo com referências bibliográficas, os assuntos pertinentes à dissertação, tais como o histórico, a descrição e as características do território do Maciço do Morro da Cruz, bem como de seus moradores e das organizações da sociedade civil atuantes neste espaço.

2.1 OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Para compreender as peculiaridades do território do Maciço do Morro da Cruz, faz-se necessário, primeiramente, entender o contexto que levou as famílias a ocuparem esta região no centro da cidade de Florianópolis.

Durante o século XVIII, a população em situação de pobreza na Ilha de Santa Catarina – na época chamada Desterro – morava em casas de barro e pedra alicerçadas sobre estruturas de madeira. Por não terem condições de comprar óleo de baleia para adicionar à massa de construção, as residências eram frágeis e a necessidade de reparos se fazia constante. No século XIX, as características destas habitações tiveram leves melhorias, mas mantiveram sua inferioridade urbanística, sendo compostas por casas de um pavimento, possuindo aproximadamente três cômodos, chão batido, muitas germinadas com uma porta e uma janela. Haviam ainda os sobrados e cortiços, sendo possível visualizá-los na fotografia de 1910 ilustrada na Figura 1 que registra as características destes domicílios. “Os cortiços fizeram parte da paisagem de Desterro durante o século

XIX. Estes sobrados divididos por várias famílias ou grupos de casinhas alugadas foram comuns em Florianópolis até a década de 1920” (SANTOS, 2009, p.78).

Figura 1 – Cortiços nos anos de 1910 e, em segundo plano, os morros ainda pouco habitados



Fonte: SANTOS, 2009, p 76.

No início do século XX, seguindo a política de reordenamento urbano que estava sendo implantada nas cidades brasileiras, Florianópolis “modernizou” sua região central onde também se encontravam as populações mais empobrecidas da cidade. Foram alargadas as estradas e tomadas inúmeras medidas higienistas, dentre elas a desocupação e demolição de casebres e sobrados para que seus terrenos pudessem ser utilizados para novos fins. A expulsão das famílias pobres levou-as a ocupar terras nos morros próximos ao centro, no Maciço do Morro da Cruz, sendo a origem destes moradores: descendentes de açorianos, escravos

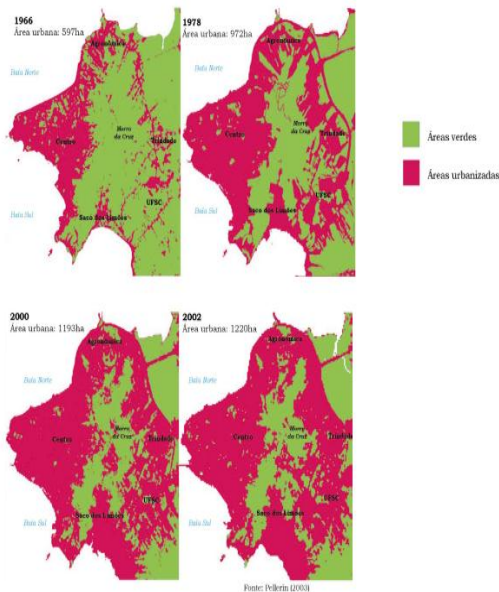
libertos e população mestiça. (SANTOS, 2009; MACHADO, 2004).

A retirada dos cortiços caracterizou um momento significativo na ocupação inicial do território do Maciço do Morro da Cruz, entretanto, faz parte de um momento específico da história do local, que ainda pode ser aprofundada e dividida em diferentes fases. Pimenta e Pimenta (2005) dividem a ocupação do território do Maciço do Morro da Cruz em duas fases, sendo num primeiro momento habitada por escravos libertos e moradores dos cortiços destruídos no centro da cidade e, num segundo momento, pelo êxodo rural atraído pelo aquecimento da construção civil na cidade. Já Saíto (2011), considera que na ocupação e urbanização do Maciço do Morro da Cruz tiveram três diferentes momentos. O primeiro momento ocorreu durante o século XVIII em que escravos e soldados de baixa patente se instalaram na base dos morros para terem suas moradias próximas às áreas centrais urbanizadas. O segundo momento, se teve a partir de 1920 junto com as medidas sanitaristas que removeram os cortiços do centro da cidade e conseqüentemente expulsaram os seus moradores de baixa renda forçando-os a procurar novas moradias. E o terceiro momento, entre os anos 1950 e 1960, em que migrantes vindos do interior do estado se deslocaram para a capital em busca de trabalho e melhores condições de vida ocupando os morros como alternativa de moradia com baixo custo e localização de fácil acesso ao centro da cidade.

A partir destes diferentes momentos de ocupação do Maciço do Morro da Cruz sua urbanização evoluiu de forma contínua nos anos subseqüentes, substituindo as áreas verdes cobertas de vegetação por áreas ocupadas

com a construção de moradias. Uma visualização desta ocupação espacial pode ser feita através da Figura 2, em que se observa a evolução da urbanização no centro de Florianópolis, tendo como destaque os territórios do Maciço do Morro da Cruz. Em um intervalo de aproximadamente quarenta anos, e com panoramas dos anos de 1966, 1978, 2000 e 2002, a ocupação urbana é percebida em todo o território, iniciando as ocupações nas partes baixas dos morros e subindo gradativamente. As poucas áreas verdes não ocupadas representam lugares de difícil acesso e com declive acentuado, o que dificulta a sua ocupação para moradia.

Figura 2 - Evolução da expansão urbana no centro de Florianópolis no período de 1966 a 2002



O panorama sobre as ocupações no Morro da Cruz e o deslocamento das pessoas de baixa renda da região central da cidade para os extremos próximos ao centro, principalmente as áreas baixas dos morros é também referenciado por Machado (2004, p. 126):

[...] com base em fotos aéreas levantadas no IPUF, até 1938 a ocupação do Morro da Cruz se limitava às partes próximas à área central com menor declividade, sendo exclusivamente por pessoas de baixa renda. Foi a partir de 1938 que se intensificou a ocupação nas outras áreas do morro e entorno, entretanto este fenômeno atingiu seu auge no período entre 1957 e 1978 [...]

Cabe ressaltar que, mesmo estas comunidades do Morro da Cruz estando geograficamente no centro da cidade, há uma separação praticamente imperceptível para quem é externo ao espaço. O autor tem atuado há anos nas áreas estudadas e, em diferentes momentos durante os trabalhos realizados, ficaram evidentes considerações feitas por moradores e lideranças comunitárias sobre a fronteira invisível que representa a Avenida Mauro Ramos (Avenida que geograficamente circunda o Maciço do Morro da Cruz na região central da cidade), sendo a divisão entre “lá em baixo” e “aqui em cima”, algo como uma alusão sobre se tratarem de mundos distintos. Enquanto tais observações não provam fatos, eles apresentam mais do que palpites desinformados. Estas realidades e observações vão ao encontro das investigações produzidas pelo jornalista Zuenir Ventura na cidade do Rio de Janeiro, que levaram aquele autor a cunhar o termo *cidade partida*. Ventura

defendeu que a integração socioeconômica das áreas empobrecidas seria uma tarefa de longo prazo, contudo deveria ser iniciada o quanto antes para acabar com o *apartheid social* (VENTURA, 1994).

2.2 O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Localizado na região central de Florianópolis, o Maciço do Morro da Cruz é formado por dezesseis diferentes comunidades, fruto dos diversos momentos de ocupação territorial do espaço, que resultaram em uma população diversificada e heterogênea. Conforme a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Florianópolis de 2012, o Maciço do Morro da Cruz possui aproximadamente 22.566 moradores, concentrados em 5.677 famílias residentes em comunidades que compõe o território, sendo: Mariquinha, Monte Serrat, Tico Tico, Morro do 25, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, Morro da Queimada/Jagatá, Morro do Céu, Rua Angelo Laporta, Rua José Boiteux, Rua Laudelina da Cruz, Vila Santa Vitória, Vila Santa Clara, Serrinha, Alto da Caeira e Mocotó. A Figura 3 apresenta a localização geográfica deste território na cidade de Florianópolis e também sua inserção na região central da cidade. Chegando à ilha de Florianópolis pela ponte Pedro Ivo Campos pode-se visualizar parte do Maciço do Morro da Cruz, com destaque para a comunidade do Mocotó que fica próxima ao túnel Antonieta de Barros.

Figura 3 - Localização do Maciço do Morro da Cruz na Ilha de Florianópolis



Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste estudo, entende-se por território objeto de pesquisa a região composta por dezessete comunidades que fazem parte do Maciço do Morro da Cruz. Para Raffestin (1993, p. 143), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Desta forma, a apropriação do espaço e do território é feita através do trabalho dos indivíduos. A interação entre conteúdo, meio e relações sociais dão forma aos territórios (DEMATTEIS, 2007). O entendimento dos territórios passa por uma intrínseca relação de controle, envolvendo política e poder, estando em constante conflito e em construção (CASTRO, 2003; BRANDÃO, 2007). Desta forma, neste trabalho o entendimento sobre o território extrapola a noção de espaço considerando também as relações socioeconômicas e de poder.

O recorte geográfico proposto para delimitar o território do Maciço do Morro da Cruz neste estudo foi: em relação à região oeste do Maciço, mais próximas ao centro, o limite estabelecido foi a Avenida Mauro Ramos. Na região sul do Maciço, próximo ao Saco dos Limões, o limite foi a Rua João Motta Espezim. Na região leste e nordeste, próximo à Trindade, foi delimitado pela Rua Lauro Linhares. Na região norte e noroeste, próximos à Agrônômica, os limites foram as Ruas Delminda Silveira, Rui Barbosa e Frei Caneca.

2.3 TENTATIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE: O CASO DO FÓRUM DO MACIÇO

Para entender brevemente o contexto e histórico de cooperação entre os atores que atuam na região do estudo, entende-se como necessário apresentar o caso do Fórum do Maciço como uma tentativa por parte das organizações atuantes na região do Maciço do Morro da Cruz de formarem uma estrutura de governança capaz de reforçar suas ações desenvolvidas conjuntamente a fim de obterem melhores resultados. O Fórum reuniu lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil, associações de bairro, escolas, agentes públicos e outros interessados na busca por interesses comuns às comunidades do Maciço do Morro da Cruz. A concepção da proposta do Fórum do Maciço pode ser entendida como a representação da articulação de uma ampla rede de atores atuantes nesta região. A fala do Padre Vilson Groh feita em agosto de 2003 nos apresenta o contexto em que o Fórum estava atuando:

O papel do Fórum é propor políticas sociais públicas que garantam a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do Maciço do Morro da Cruz. Esse seria o objetivo fundamental do Fórum. O Fórum só tem sentido se tem base, se não tem base não tem sentido o trabalho do Fórum, por isso tem que estar vinculado às comunidades e o que elas elegem como pontos para serem encaminhados. O Fórum para ter legitimidade, estabelecer bem quais são as necessidades dentro das comunidades. Agora, muito mais, significa sair do isolamento, porque nós estamos vivendo um sentimento de terror, e talvez esse é o sentimento que mais perpassa pelas famílias dos Morros, das organizações, dos líderes é o sentimento de estar só no seu canto com medo da violência. Então aí vem, qual é o papel desse Fórum, é claríssimo, e aí se alguém se sentir lesado, não estará sozinho, vai aqui encontrar solidariedade, dentro da organização interna a gente tem como recorrer a esse grupo aqui para a gente se auto segurar, porque todos nós estamos expostos, essa é uma grande verdade, quem mexe com a comunidade está exposto hoje em dia, por mais que mexe com uma coisa pequena, mas está exposto, no momento em que a gente está vivendo, porque a tendência é exatamente, que se anule a organização comunitária. A violência, essa é uma tendência que a gente começa a observar que cada vez mais cresce.

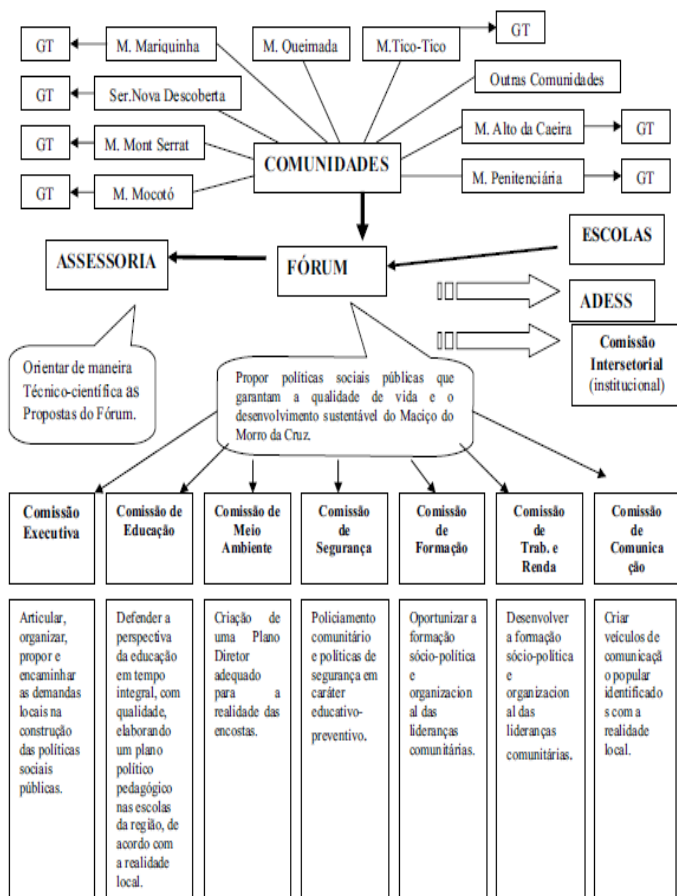
Aqui então a proposta nossa é essa em relação ao Fórum, o papel do Fórum somente tem sentido se ele fizer isso, se ele não propor políticas públicas e sociais

não tem sentido o trabalho do Fórum. Lembrando que nós temos 12.000 crianças de 7 a 14 anos. Logo, logo nós teremos 12.000 de 15 a 21 anos. Precisamos nos movimentar agora, nós precisamos dar uma condição para essa criançada. Uma condição para essa juventude. O que nós vamos oferecer a elas? Como alternativa de vida? Então de novo, o Fórum tem esse papel, e as escolas nesse sentido. Então outra demanda que surgiu e que o Fórum tem que ajudar a encaminhar e que o Fórum tem que transformar em política pública, e que é o Plano Diretor. (GRADE, 2006, p. 47).

O Fórum do Maciço esteve organizado através de comissões temáticas divididas em sete eixos composto por educação, meio ambiente, segurança, formação, trabalho e renda, comunicação, além de um grupo nomeado para a execução do Fórum. Estas áreas de interesses prioritários se encontravam ligadas às comunidades integrantes do Maciço do Morro da Cruz, cada qual com seu Grupo de Trabalho – GT, para formulação de propostas que seriam levadas ao grupo executivo para posterior socialização com o grupo maior, conforme organograma da Figura 4. (GRADE, 2006).

Através da interlocução entre diferentes atores que atuavam no território, incluindo as ONG's, escolas, creches, conselhos de moradores e outras representações, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz tinha como principal objetivo a proposição de políticas públicas que garantissem a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável desta localidade.

Figura 4 - Organograma do Fórum do Maciço do Morro da Cruz



Fonte: GRADE, 2006.

Este movimento se apresentou como uma experiência inovadora, capaz de articular a sociedade civil e diferentes setores do Estado em torno dos problemas concentrados num território delimitado (GRADE, 2006). A articulação entre sociedade civil e o

Estado culminou na criação de um “embrião de política pública”, denominado como “Comissão Inter setorial para a Segurança Preventiva e a Qualidade de Vida nas áreas empobrecidas de Florianópolis – Projeto Piloto: Maciço do Morro da Cruz”, cujo conteúdo desta normativa foi publicado no Diário Oficial, conforme a seguir:

Cumpre assinalar que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, compromissada com as políticas estabelecidas no Plano de Governo de Vossa Excelência e empenhada em fortalecer atividades de preservação da ordem pública voltadas para a garantia da dignidade humana e do bem estar social, acolheu a proposta apresentada no aludido Plano de Desenvolvimento Social para as Áreas Empobrecidas de Florianópolis, por entender imperiosa a prática de ações conjugadas entre setores do poder público e cidadãos que se prestem a gerar um estado de ausência de medo, de tranquilidade e de qualidade de vida às comunidades envolvidas. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 06.05.2003).

A comissão, composta por representantes do poder público para acompanhamento do Fórum, tinha como objetivos: desenvolver ações pioneiras no município de Florianópolis, a fim de combater e prevenir a violência e a criminalidade; efetivar ações para restabelecer a qualidade de vida por intermédio de políticas sociais básicas e da ordem social; e articular junto a empresas estatais e privadas, assim como à instância municipal, as ações integradas que se fizerem

necessárias. Entretanto, percebe-se que não há considerações sobre a articulação com a sociedade civil, tampouco ao fomento da informação, comunicação ou formação de redes.

Assim como acontece com inúmeras outras políticas públicas iniciadas de forma bem intencionada, o Governo estadual alegou escassez de recursos e interrompeu a implantação do projeto no início de 2004. Portanto, em um prazo inferior a doze meses, a Comissão para o Fórum foi institucionalizada e extinta, demonstrando uma desarticulação objetiva frente a proposta. Essa interrupção impactou negativamente os trabalhos do Fórum e levou seus integrantes a contatar a Procuradoria Geral da República para formalizar denúncia e solicitar que a Procuradoria intervisse para garantir a participação das três esferas de governo do projeto (GRADE, 2006).

Em entrevista realizada com o padre Vilson Groh, uma das principais lideranças da cidade de Florianópolis e participante ativa do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, foi apresentada uma breve análise sobre algumas conquistas e dificuldades decorrentes da mobilização em torno do Fórum. A íntegra da entrevista aprofunda os principais problemas enfrentados pelo Fórum. Neste trabalho, apresentam-se trechos da entrevista com o propósito de enriquecer a contextualização daquele movimento. A edição também teve o cuidado de preservar o entrevistado.

(William Narzetti) Vilson, sobre o Fórum do Maciço você pode apresentar um pouco seu olhar sobre essa experiência. As conquistas e aprendizados.

(Padre Vilson Groh) Sobre o Fórum do

Maciço, ele cumpriu seu papel e foi até o PAC². Quando se materializou o PAC e com as brigas em relação à implementação do PAC, o Fórum não conseguiu trabalhar a relação com o Conselho Gestor formado pela Prefeitura, porque o Conselho Gestor usava uma linguagem extremamente técnica que nossas lideranças não conseguiam se apropriar. Mas nossas lideranças conseguiam entender toda a relação de construção da plataforma do PAC, com a Universidade ajudando nas linhas de pesquisa, levantamentos, porque na verdade quem sustentou e defendeu o PAC fomos nós (Fórum). O PAC se tornou fruto do Fórum e ele foi atropelado pelo Conselho Gestor com uma linguagem técnica, tão profunda que as pessoas não conseguiam entender a linguagem. O que queríamos discutir era como desenvolver o PAC de uma forma séria, com qualidade. O PAC tem grandes problemas, na área de saneamento, nas moradias, nas ruas em “cotovelo” que dois carros não conseguem passar. Não implementou o processo de maneira plena. A questão do enfraquecimento interno (do Fórum) foi falta de informação, sistematização dessas informações e que estas informações pudessem penetrar nas comunidades, possibilitando a apropriação deste conhecimento. Ficou muito conhecimento na

² Programa de Aceleração do Crescimento desenvolvido pelo Governo Federal.

mão dos representantes públicos. Acabou sendo um grande problema de informação, a maneira que as informações eram colocadas. A coisa vai bem até o momento da busca de recursos para o PAC. O problema maior se dá quando começam as discussões sobre os critérios da licitação, queríamos fazer parte da comissão de licitação. Eles diziam que nós não tínhamos competência para acompanhar, nós dizíamos que podíamos não ter competência para tocar as licitações, mas poderíamos acompanhar sobre a gestão dos recursos, como é feito o processo de licitação, lisura nos gastos, os critérios utilizados. Aí se discutiu porque não repensar as contratações, a Prefeitura dizia que as empresas não tinham interesse em participar das construções no Morro. Nós propusemos então que montassem cooperativas de construção com os moradores do Maciço. Contratar os moradores para trabalhar e a Prefeitura ajudar a gerenciar um processo colaborativo de formação profissional. Então esses processos foram extremamente travados.

O estudo e apresentação da experiência do Fórum tiveram como objetivo apropriar este aprendizado para novas iniciativas que contemplem a formação ou atuação de rede no território do Maciço do Morro da Cruz. Reconhecer seus processos, conquistas e erros, além de contar com a experiência daqueles que participaram desta iniciativa, torna-se rico aprendizado para todas as propostas que tenham como objetivo o

fortalecimento institucional, o planejamento integrado do território ou a formação de redes interorganizacionais nos territórios do Maciço do Morro da Cruz.

2.4 A EXPERIÊNCIA DE UMA REDE: O CASO INSTITUTO VILSON GROH - IVG

O Instituto Padre Vilson Groh, conhecido como IVG, está registrado como uma pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Foi constituído em 23 de dezembro de 2010 como uma associação de fins assistenciais regida por seu Estatuto. O Instituto se encontra localizado em Florianópolis, Santa Catarina, e pode estender suas atividades para todo o território nacional. Foi pensado por um grupo de colaboradores que consideravam vital a institucionalização de uma organização para apoiar as diferentes frentes de trabalhos sociais nas quais o Pe. Vilson Groh estava à frente. Sua experiência remonta há mais de 30 anos com trabalhos sociais nas comunidades da Grande Florianópolis. O Instituto atua como um *fomentador social*, articulando sete organizações não governamentais atuantes na Grande Florianópolis além das cidades de Lages e Joinville, a saber: Associação João Paulo II, Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó (ACAM), Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), Centro de Evangelização e Educação Popular (CEDEP), Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne, Centro Educacional Marista São José e Centro Social Elizabeth Sarkamp.

A soma destas iniciativas materializa a Rede Interinstitucional do Instituto Vilson Groh - IVG, tendo-o como papel de destaque a governança desta Rede na busca pela otimização de seus recursos e competências.

Neste ambiente, os recursos são compreendidos além da questão meramente financeira, incorporando a gestão e a assessoria em recursos humanos, a área jurídica, contábil, os processos administrativos, as parcerias público-privadas, o voluntariado, entre outros. As ações de Governança Institucional adotadas pela Rede IVG têm possibilitado maior sinergia das ações desenvolvidas pelas instituições conquistando melhores resultados para aqueles que participam das atividades nos projetos. Contudo, há a preocupação em se manter a autonomia gerencial e operacional destas organizações para que possam cultivar suas culturas e especificidades. Dentro da teoria das redes, a experiência do IVG está alinhada ao papel de redes de gestão pública no sistema de governança e, de acordo com sua finalidade, estas conexões podem se configurar em diferentes tipos de redes. Através da análise da rede interorganizacional do Instituto Vilson Groh, pode-se afirmar que a Rede IVG se enquadra na tipologia de *redes de desenvolvimento*, as quais possibilitam às organizações membras oportunidades variadas que as ajudam na concretização de seus trabalhos, a fim de alcançarem resultados maiores frente a seus objetivos. Neste caso, o IVG assume o papel de organização administrativa da rede. (AGRANOFF, 2001).

No ano de 2013 a Rede Interinstitucional do Instituto Pe. Vilson Groh atendeu diretamente 4.227 crianças, adolescentes, jovens e adultos em seus projetos e serviços, sobretudo na melhoria da qualidade de vida e no auxílio à superação da situação de vulnerabilidade social, por meio da atuação de 332 colaboradores contratados com carteira assinada. O quadro funcional desta Rede é qualificado, estando

representado da seguinte forma: 9,7% possui o ensino fundamental, 22,2% o ensino médio, 50,2% o nível superior, 14,5% especialização, 2,9% mestrado e 0,5% doutorado. Assim, 68% dos colaboradores possuem nível superior. A segurança alimentar é outro fator imperativo, sendo servidas 827.878 refeições naquele ano. A Rede mantém articulação com o poder público em diferentes frentes, por exemplo, acolhendo crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar, totalizando 763 crianças e jovens acolhidos em 2012.

Uma parcela significativa da sociedade da Grande Florianópolis conhece o trabalho desenvolvido pelo Padre Vilson Groh e sua equipe ao longo dos últimos 30 anos. O que poucos compreendem, e merece ser destacado, é que este trabalho está articulado numa rede que congrega sete diferentes instituições, as quais são responsáveis por mais de 18 projetos. Agentes públicos, organizações da sociedade civil, empresários e a academia - pesquisadores de universidades nacionais e internacionais - têm manifestado interesse por esta iniciativa, reconhecendo-a como sendo uma experiência de inovação social promissora. O IVG publica anualmente seu Relatório Social onde apresenta para a sociedade os resultados conquistados por cada uma das sete organizações e também pela Rede de forma consolidada. O Relatório Social foi um importante passo na construção da governança desta rede, pois tem a capacidade de apresentar a grandeza e a complementariedade do trabalho social desenvolvido.

No ano de 2013 as organizações da Rede IVG receberam importantes prêmios em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na área social. O Pe. Vilson Groh recebeu, em nome das sete organizações, seus

colaboradores e voluntários que fazem parte do Instituto Pe. Vilson Groh, o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação 2013. Este prêmio foi concedido pela Comissão de Educação e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Além do Instituto Pe. Vilson Groh, também foram agraciados a Fundação Lemann e o Instituto Plena Cidadania. Outro prêmio recebido pelo IVG foi o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina oferecido pela Assembleia Legislativa. Este certificado tem por finalidade reconhecer e destacar as entidades com fins não econômicos e empresas privadas que tenham a responsabilidade socioambiental incluída em suas políticas de gestão visando a promoção do bem estar da sociedade catarinense e a preservação ambiental. Outra homenagem recebida pelo IVG foi prestada pela OAB em comemoração aos 20 anos da Lei 8.742 (LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social) por sua contribuição e continuidade na criação, garantia e defesa dos direitos do público alvo da política pública de Assistência Social.

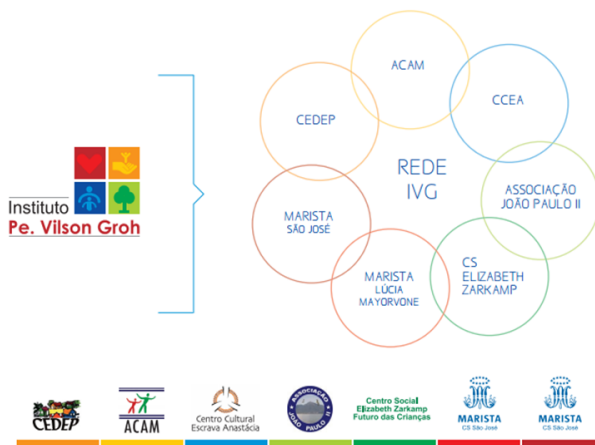
O CEDEP, instituição que faz parte da Rede IVG, foi o vencedor nacional do 10º Prêmio Itaú-Unicef na categoria Grande Porte. O Prêmio é uma iniciativa da Fundação Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Seu objetivo é identificar, reconhecer e estimular o trabalho de organizações sem fins lucrativos que contribuem em articulação com as políticas públicas de educação e de assistência social, em parceria com a escola pública, para a educação integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros em condições de vulnerabilidade socioeconômica, por meio do desenvolvimento de projetos socioeducativos que qualificam e fortalecem a ação pública.

O projeto Procurando Caminho desenvolvido pela organização Centro Cultural Escrava Anastácia recebeu o Prêmio ANU, oferecido pela Central Única das Favelas - CUFA em reconhecimento como a melhor iniciativa social do estado de Santa Catarina.

O Presidente do IVG também foi convidado para ser embaixador dos Objetivos do Milênio especificamente do objetivo número um: *Erradicar a extrema pobreza e a fome*.

A Rede IVG é composta por sete instituições conforme apresentado na Figura 5: Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó – ACAM; Associação João Paulo II; Centro Social Elizabeth Sarkamp ; Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne; Centro Educacional Marista Jardim Zanelatto; Centro de Evangelização e Educação Popular – CEDEP e Centro Cultural Escrava Anastácia - CCEA. No caso do CCEA, trata-se de uma organização diferenciada estando estruturada para garantir a gestão de nove projetos distintos e com características complementares, sendo: Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito; projeto Procurando Caminho; projeto Frutos do Aroeira; projeto Rosário de Luz; Centro de Referência em Direito Humano – CDRH instalado nas cidades de Lages e Joinville; projeto ProVita; projeto Incubadora Popular de Empreendimentos Solidários – IPES; programa Jovem Aprendiz / Rito de Passagem e a Casa de Acolhimento para a População em Situação de Rua.

Figura 5 - Rede Interorganizacional – Instituto Pe. Vilson Groh

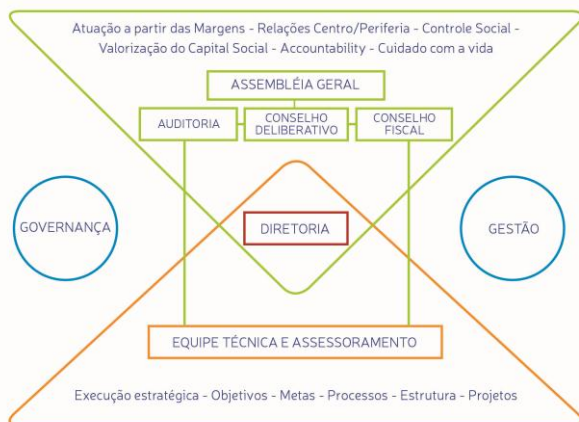


Fonte: Relatório Social 2013 do Instituto Vilson Groh.

O Instituto Pe. Vilson Groh está desenvolvendo ações de governança junto às organizações que compõem a Rede IVG. A proposta considera manter a autonomia de cada organização, mas sistematizar processos correlatos como contabilidade, aspectos jurídicos, informações financeiras e gerenciais, captação de recursos, gestão de parceiros, avaliações de impacto dos projetos e alinhamento das políticas pedagógicas. Além de prestar assessoria no cotidiano das organizações, o Instituto também é responsável por fomentar discussões de interesse da Rede através de seminários e qualificações sobre temas de interesse das organizações sociais. A Rede IVG possui um Sistema de Governança conforme apresentado na Figura 6. Nesta configuração, cada organização da rede dispõe de dois assentos no Conselho Deliberativo que se reúne

ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que preciso. A participação das organizações da Rede na gestão do IVG garante a legitimidade de suas ações e não permite que seus esforços sejam direcionadas para atividades diferentes daquelas de interesse da Rede. No enquadramento proposto por Agranoff (2007), a Rede interorganizacional do IVG pode ser enquadrada como uma *rede de desenvolvimento* sendo que o IVG exerce a governança como a *organização administrativa da rede*.

Figura 6 - Sistema de Governança da Rede IVG – Instituto Pe. Vilson Groh



Fonte: Relatório Social 2013 do Instituto Vilson Groh.

A Rede IVG é uma experiência que vem sendo materializada no cotidiano das organizações e pode servir de inspiração para novas proposições envolvendo a articulação dos atores atuantes em determinado

segmento ou região. Trata-se de uma experiência jovem, não podendo ainda ser elevada à condição de exemplo de sucesso. O trabalho tem demonstrado algumas vantagens para as organizações que estão inseridas na Rede IVG, mas somente com o tempo e amparados por métricas avaliativas apropriadas será possível mensurar os ganhos reais desta iniciativa.

O Caso da Rede IVG foi apresentado para expor a experiência de uma iniciativa em desenvolvimento. Outro fator importante é que, dentre a amostra de dez organizações investigadas neste trabalho, cinco fazem parte da Rede IVG, sendo que três projetos³ são desenvolvidos pela mesma organização da sociedade civil.

³ Os atores A4, A7 e A13 são projetos da mesma organização da sociedade civil, a qual atua na região da grande Florianópolis e também nas cidades de Lages e Joinville. Esta organização detém parcerias mais amplas do que o somatório citado pelos projetos. No entanto, para efeito da pesquisa, foram considerados apenas os parceiros indicados na entrevista feita com os responsáveis pelos três projetos desta OSC's. As especificidades dos projetos e da organização possibilitaram ao autor adotar cada projeto como sendo um ator atuante no Maciço do Morro da Cruz. Estes projetos têm escopos de atuação distintos, coordenações e equipe operacionais específicas, rubricas de recursos próprias e redes de parceiros específicas, dimensionadas pelo escopo com que cada projeto trabalha. A preocupação em não analisar como ator a instituição mantenedora destes projetos decorre do fato que, possivelmente, os resultados estariam superdimensionados devido ao amplo escopo de serviços e a capilaridade geográfica dos trabalhos executados pela organização.

3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA E/OU OPORTUNIDADE

Apesar da região do Maciço do Morro da Cruz apresentar situações de vulnerabilidade social já conhecidas há muitos anos pelo poder público e por aquelas organizações que direta ou indiretamente desenvolvem trabalhos na região, considerou-se necessário investigar mais a fundo as características socioeconômicas dos moradores deste território. A partir deste propósito, foram estudados conceitos de pobreza e também bases de dados relacionadas aos setores censitários localizados no Morro da Cruz. Explicitar esta conjuntura é compreendida como necessária para subsidiar o leitor a respeito dos elementos socioeconômicos destes territórios e também a respeito da realidade onde as organizações da sociedade civil entrevistadas têm atuação.

3.1 PANORAMA TERRITORIAL E SOCIOECONÔMICO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Dentro do cenário positivo de indicadores de qualidade de vida da capital de Santa Catarina, faz-se importante não ignorar a existência de uma população empobrecida que pode passar despercebida pelos índices e análises gerais sobre a situação socioeconômica da cidade. A experiência profissional do autor como gestor de projetos sociais no estado de Santa Catarina, em especial na região de Florianópolis, ajuda na identificação de discrepâncias nos dados tratados e divulgados sobre a cidade quando comparado à realidade encontrada na região do Maciço do Morro da

Cruz, principalmente levando em consideração o atual Censo 2010. Nesta conjuntura, optou-se ratificar e legitimar as impressões do autor através do tratamento das bases de dados dos setores censitários gerados à partir do Censo 2010 do IBGE. De posse desta base de dados, foi possível desenvolver um olhar territorial, ou seja, analisar a realidade do território do Morro da Cruz de maneira focalizada, através do tratamento de seus dados brutos, possibilitando identificar e mensurar informações das localidades e permitindo criar entendimentos referendados por dados oficiais que tem a condição de explicitar a realidade desta região.

Desta forma, a análise de dados dos setores censitários do Censo 2010 do IBGE possibilitou ao autor confirmar algumas de suas impressões sobre as discrepâncias entre a cidade de Florianópolis e a região do Maciço do Morro da Cruz. A delimitação de um setor censitário é representada pela área geográfica coberta por um recenseador e, desta forma, as informações disponíveis no Censo admitem tratamento segmento por cada um dos territórios. Essa inovação representa considerável avanço para a investigação da realidade socioeconômica das comunidades de periferia, auxiliando no planejamento das políticas públicas executadas pelo gestor público e pelas organizações da sociedade civil. Através do estudo destas bases de dados poderão ser identificadas correlações, insights e conhecimentos que contribuirão para a qualificação dos trabalhos desenvolvidos pelos agentes atuantes na região. Toda essa inteligência construída poderá possibilitar a execução de estratégias edificadas nas demandas pontuais daquelas regiões socialmente vulneráveis das cidades brasileiras.

Segundo o IBGE :

O setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País. (Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por Setor Censitário)

Neste trabalho, optou-se por seguir a categorização do IBGE sobre a região de estudo o que resultou no levantamento de dezessete setores censitários inseridos em oito comunidades do Maciço do Morro da Cruz na cidade de Florianópolis. Neste contexto, há regiões e comunidades que estão subdivididas em até três setores censitários, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Setores censitários⁴ e territórios investigados

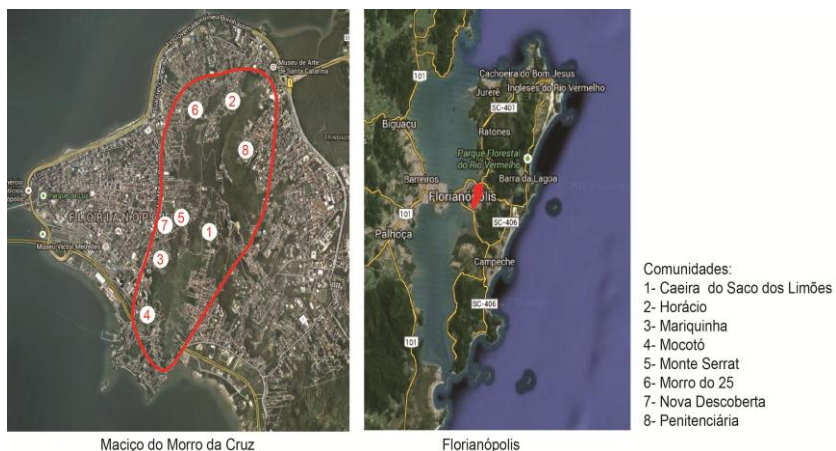
Setores Censitários	Localização Geográfica / Território
01	Mocotó 1
02	Mocotó 2
03	Mocotó 3
04	Mariquinha 1
05	Mariquinha 2
06	Nova Descoberta
07	Monte Serrat 1
08	Monte Serrat 2
09	Morro do 25
10	Horácio 1
11	Horácio 2
12	Horácio 3
13	Penitenciária 1
14	Penitenciária 2
15	Caeira do Saco dos Limões 1
16	Caeira do Saco dos Limões 2
17	Caeira do Saco dos Limões 3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo 2010 IBGE.

Na Figura 7 é possível visualizar os dezessete setores investigados agrupados em oito comunidades localizados no Maciço do Morro da Cruz.

⁴ Os Setores Censitários não foram agregados por territórios para manter as especificidades socioeconômicas de cada setor.

Figura 7 – Comunidades que compõem o Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis com destaque para a amostra de setores censitários investigados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro da metodologia do Censo 2010 do IBGE, apresentou-se como inovadora a classificação de regiões consideradas de maior interesse social, chamadas de Aglomerados Subnormais. Trata-se de regiões carentes de serviços públicos, com mais de cinquenta e uma unidades habitacionais em áreas ocupadas ou legalizadas em períodos recentes, com construções não regularizadas, vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, enfim, locais onde as políticas públicas deveriam ter foco prioritário. (CENSO, 2010).

Aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma

das características: 1) irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou 2) carência de serviços públicos essenciais como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública (CENSO, 2010).

Em Florianópolis, mesmo com um número superior de comunidades com visível situação de pobreza, o IBGE classificou apenas treze como Aglomerados Subnormais, sendo: Arranha Céu, Caeira da Vila Operária, Mac Laren, Monte Cristo, Morro da Penitenciária, Morro do 25, Morro do Horácio, Morro da Mariquinha, Nova Jerusalém, Santa Clara – Monsenhor Topp, Tapera, Vila Aparecida e Vila do Arvoredo. (CENSO, 2010). Destas comunidades classificadas pelo IBGE com Aglomerados Subnormais da capital de Santa Catarina, cinco são estão inseridas na região geográfica que está sendo investigada neste trabalho.

A decisão de aprofundar o entendimento sobre a amostra de dezessete setores censitários partiu da necessidade de compreender aspectos da realidade de seus 16.084 moradores. Para tanto, dividiu-se em três linhas exploratórias apresentadas no formato de Seções: quem são seus moradores; quais as características de suas residências e do entorno onde vivem; qual a realidade econômica dos domicílios, do chefe de família e a renda per capita.

3.1.1 Os moradores do Maciço do Morro da Cruz

Nesta Seção são apresentadas informações de faixa etária e raça da população com o intuito de conhecer quem são os moradores dos territórios onde foi

desenvolvido o trabalho de pesquisa.

Deu-se início à caracterização dos dados do Maciço do Morro da Cruz pela análise da distribuição populacional por faixa etária. A Tabela 2 apresenta os dados do Censo 2010 estratificados pelos dezessete setores da amostra, calculando a média dos territórios do Maciço do Morro da Cruz e comparando com a média da cidade de Florianópolis.

Tabela 2 - Pessoas residentes nos setores amostrais por faixa etária

Comunidade onde o Setor Censitário está localizado	Total de pessoas	FAIXA ETÁRIA															
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 >		
Mocotó 1	1154	92	99	126	118	118	109	78	77	89	61	49	44	34	60		
Mocotó 2	928	71	74	75	92	90	85	76	84	80	67	39	32	26	37		
Mocotó 3	976	73	107	98	102	88	91	79	59	52	58	58	28	27	56		
Mariquinha 1	658	52	71	78	70	68	59	51	35	36	31	25	34	18	30		
Mariquinha 2	1077	42	71	57	78	120	97	94	80	65	77	81	60	41	114		
Nova descoberta	616	44	52	70	70	51	52	48	39	55	41	27	26	14	27		
Monte Serrat 1	657	67	59	70	83	58	54	44	46	43	33	38	19	18	25		
Monte Serrat 2	972	70	68	100	109	79	75	83	79	74	57	47	49	30	72		
Morro do 25	984	89	71	90	96	120	113	73	66	68	59	51	35	23	30		
Horácio 1	655	31	39	47	50	44	47	59	72	42	45	34	25	33	87		
Horácio 2	547	25	20	37	29	43	54	25	41	39	44	35	40	33	82		
Horácio 3	1972	191	172	198	203	225	223	160	148	112	94	66	69	46	65		
Penitenciária 1	1227	92	102	99	116	132	132	134	97	82	70	54	34	36	48		
Penitenciária 2	1092	94	89	101	118	125	113	78	71	77	65	60	29	29	43		
Caeira do Saco Limões 1	930	53	60	74	100	103	74	70	59	85	72	66	42	28	64		
Caeira do Saco Limões 2	713	28	40	33	44	55	60	50	50	56	54	46	51	30	116		
Caeira do Saco Limões 3	926	46	49	59	67	91	68	73	63	55	73	66	51	51	114		
População por faixa etária no Maciço	16084	1160	1243	1412	1545	1610	1506	1255	1166	1090	1001	842	668	516	1070		
Representação % Maciço Morro da Cruz		7%	8%	9%	10%	10%	9%	8%	7%	7%	6%	5%	4%	3%	7%		
Representação % Florianópolis		5%	5%	6%	8%	11%	11%	9%	7%	7%	7%	7%	6%	4%	9%		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo 2010 IBGE.

A distribuição da população pelas faixas etárias obedece às escalas adotadas pelo IBGE. Nota-se que, nas primeiras faixas etárias, há maior concentração populacional na amostra dos setores censitários frente aos indicadores da cidade de Florianópolis. Agrupando as três faixas etárias iniciais com idades entre zero a

quatorze anos, estão concentrados 24%, 3.861 pessoas, da população amostral do Maciço do Morro da Cruz contra 16%, 67.399 pessoas, de Florianópolis, sendo oito pontos percentuais superior no Morro da Cruz quando comparado à Florianópolis. Ampliando a análise para dezenove anos, tem-se uma concentração de 34%, 5.469 pessoas da população amostral do Maciço contra 24%, 101.098 pessoas de Florianópolis (10 pontos percentuais a mais). O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) considera jovem todo indivíduo com idade entre 15 e 29 anos, representando em nossa amostra 29%, 19.804 pessoas, do total da população do território analisado.

A segunda análise comparativa sobre os moradores do Maciço do Morro da Cruz se refere à cor e raça da população. Em quase todos os dezessete setores representados na Tabela 3, a população declarada branca é maioria. Tem-se como exceção um setor localizado na comunidade do Monte Serrat, tendo um setor com 63% de sua população da cor negra. Outras concentrações de população negra foram encontradas em outro setor no Monte Serrat com 33%, e também na comunidade do Mocotó, tendo em um setor 36% de moradores negros. A concentração da população negra no Monte Serrat e a representatividade racial em cada setor censitário reflete suas histórias de ocupação conforme já citado anteriormente e também os movimentos migratórios ao longo da ocupação de cada comunidade. A estratificação e análise dos resultados da população por cor e raça demonstraram que a maior parte da população moradora dos territórios pesquisados se declarou de cor branca. A proposta deste estudo não considera aprofundar a análise sobre os aspectos da cor

ou raça, mas o tratamento dos dados referentes aos dezessete setores demonstra que os moradores residentes nestas comunidades são em sua maioria de cor branca, com exceção da comunidade do Monte Serrat e também havendo concentração em parte do Mocotó, Nova Descoberta e Morro do 25. A explicação pode estar nas características da ocupação territorial do Maciço do Morro da Cruz, conforme já apresentado neste trabalho.

Tabela 3 - Pessoas residentes nos setores amostrais por cor ou raça declarada

Setor / Comunidade	Total de pessoas	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Florianópolis	421240	84,6%	4,9%	0,8	9,7%	0%
Mocotó 1	1154	44%	36%	0%	19%	1%
Mocotó 2	928	68%	9%	1%	22%	1%
Mocotó 3	976	59%	19%	0%	21%	0%
Mariquinha 1	658	54%	14%	0%	31%	1%
Mariquinha 2	1077	79%	10%	0%	11%	0%
Nova descoberta	616	54%	25%	0%	21%	1%
Monte Serrat 1	657	18%	63%	0%	18%	1%
Monte Serrat 2	972	49%	33%	0%	18%	0%
Morro do 25	984	65%	20%	0%	15%	0%
Horácio 1	655	72%	13%	1%	14%	1%
Horácio 2	547	86%	5%	0%	8%	0%
Horácio 3	1972	62%	12%	0%	24%	1%
Penitenciária 1	1227	71%	11%	0%	18%	0%
Penitenciária 2	1092	57%	8%	0%	34%	1%
Caeira do Saco dos Limões 1	930	80%	9%	0%	11%	0%
Caeira do Saco dos Limões 2	713	90%	3%	0%	6%	1%
Caeira do Saco dos Limões 3	926	83%	8%	0%	8%	0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo 2010 IBGE.

O Censo 2010 demonstra que em Florianópolis 4,9% da população se declara negra, 20.641 pessoas,

sendo que deste total 13%, 2.720 pessoas residem nos dezessete setores amostrais pesquisados. Assim, mesmo que o conjunto de comunidades do Maciço do Morro da Cruz não tenham preponderantemente moradores de cor negra, em algumas localidades se concentram parcela significativa da população negra representando núcleos tradicionais da cidade.

Com a análise das informações apresentadas nesta Seção, pode-se perceber que nos setores do Maciço do Morro da Cruz há concentração de crianças e jovens superior àquela encontrada na cidade de Florianópolis, chegando a uma diferença de dez pontos percentuais entre si. Frente a este fato, é preciso que políticas públicas sejam estimuladas para que possam oferecer a este público um conjunto de oportunidades ligadas à educação, lazer, cultura, esporte, saúde, cidadania, tecnologia e outros. É possível aumentar a eficiência das ações se essas oportunidades forem oferecidas de maneira articulada. Quanto à cor dos moradores do Maciço, quinze dos dezessete setores possuem mais de 50% das pessoas da cor branca. A exceção foi um setor localizado na comunidade do Monte Serrat, local com histórico de ocupação pela população negra.

3.1.2 As residências e o entorno do Maciço do Morro da Cruz

Nesta seção são apresentadas as características dos 4.938 domicílios distribuídos na amostra dos dezessete setores censitários estudados, sendo levantadas as informações sobre estes domicílios e seu entorno para contextualizar a qualidade do ambiente em

que residem estas comunidades.

Na Tabela 4, pode-se visualizar a quantidade de domicílios por setor censitário e seis indicadores demonstrativos da qualidade deste habitar. Entre os quesitos analisados se encontram o esgoto a céu aberto, com destaque negativo principalmente na comunidade da Caeira do Saco dos Limões ao apresentar 19% dos seus domicílios com esta característica. Neste setor, do total de 298 domicílios, 57 possuem esgoto correndo a céu aberto próximo às casas. Dos três setores localizados no Mocotó, dois apresentam altos índices de esgoto a céu aberto, 12% e 10%, totalizando 62 residências com esgoto exposto em frente ou próximo à residência. Há ainda um setor localizado na comunidade da Nova Descoberta com 8%, 14 domicílios, com esgoto a céu aberto. A correta coleta e destinação dos esgotos domésticos representam uma obrigatoriedade do poder público, já que estes resíduos são emissores de uma amplitude de doenças conforme detalhado no Plano Nacional de Saneamento Básico (Lei 11445/2007).

Tabela 4 - Características do entorno e das residências localizadas nos setores selecionados do Maciço do Morro da Cruz conforme o Censo IBGE 2010

Território do Setor	Nº de domicílios	Sem iluminação pública	Domicílio sem pavimentação	Domicílio sem calçada	Domicílio sem rampa cadeirante	Domicílio sem arborização	Domicílio com esgoto céu aberto	Domicílio com lixo nos logradouros
Mocotó 1	329	5%	4%	90%	90%	62%	1%	3%
Mariquinha 1	187	8%	46%	71%	74%	83%	3%	4%
Mocotó 2	284	10%	24%	80%	86%	86%	12%	12%
Mocotó 3	276	11%	22%	58%	80%	78%	10%	17%
Mariquinha 2	393	0%	0%	36%	61%	49%	0%	3%
Nova Descoberta	178	11%	33%	74%	78%	78%	8%	42%
Monte Serrat 1	179	4%	2%	92%	92%	88%	0%	0%
Monte Serrat 2	266	11%	20%	61%	83%	83%	0%	15%
Morro do 25	295	14%	26%	64%	88%	88%	4%	3%
Horácio 1	218	0%	0%	0%	80%	59%	6%	0%
Horácio 2	184	0%	0%	4%	86%	86%	0%	0%
Horácio 3	558	8%	18%	63%	73%	72%	0%	8%
Penitenciaría 1	419	4%	1%	38%	71%	71%	0%	10%
Penitenciaría 2	306	0%	0%	71%	81%	71%	0%	12%
Caeira do Saco Limões 1	298	0%	0%	72%	85%	70%	19%	14%
Caeira do Saco Limões 2	251	0%	0%	39%	75%	72%	5%	1%
Caeira do Saco Limões 3	310	3%	10%	30%	77%	56%	0%	0%

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos setores do Censo 2010 IBGE.

Com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal houve melhorias pontuais nas comunidades com foco nos problemas relacionados à infraestrutura. Dentre as intervenções do PAC, destacam-se as obras de esgotamento sanitário, contenção de encostas, calçamento de ruas em locais de difícil acesso entre outras⁵. A realidade apresentada nas tabelas construídas a partir das últimas estatísticas oficiais do Censo 2010 pode ter sido alterada positivamente após as intervenções das obras do PAC ou de outros projetos públicos que não puderam ser mensurados neste estudo. Este trabalho também não teve como escopo realizar uma comparação entre a realidade “in loco” e os dados secundários produzidos pelo Censo 2010, se restringindo assim, apenas a utilizar os dados estratificados e disponibilizados pelo IBGE. Por outro lado, em algumas comunidades a situação pode ser pior do que aquela indicada nos levantamentos do IBGE. Por exemplo, na Nova Descoberta se tem esgoto correndo a céu aberto próximos às casas em número superior ao indicado nos dados do IBGE, que foi de 14 residências.

Os dados apresentados na Tabela 4 merecem ainda atenção para outras características sobre o entorno dos domicílios, como no caso de iluminação pública em que os recenseadores do IBGE verificaram a existência de pelo menos um ponto fixo (poste de luz), pois a metodologia não entrava no mérito se este ponto de fato ilumina o local à noite. Mesmo sem considerar se havia iluminação de fato, pois bastava ter um poste para que o local fosse considerado iluminado, observa-se na

⁵ Para maior detalhamento consultar relação de investimentos e obras do PAC no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

tabela que há percentuais significativos de domicílios sem iluminação pública, leia-se inexistência de poste. Estas regiões têm problemas também de infraestrutura como falta de calçadas, escadarias íngremes, becos, vielas, inexistência de acesso a deficientes, esgoto a céu aberto e distanciamento dos acessos a transporte público. A falta de iluminação potencializa estes problemas, incorrendo em variados riscos a seus moradores.

No quesito domicílios sem pavimentação, observam-se setores com elevada incidência, merecendo destaque negativo para um setor da Mariquinha com 46% dos domicílios sem pavimentação, além de um setor na Nova Descoberta com 33%, dois no Monte Serrat com 20% e 26%, um no Morro da Penitenciária com 18% e dois no Mocotó com 24% e 22% dos domicílios. Nos dezessete setores da amostra, têm-se o total de 556 domicílios sem pavimentação o que representa 11% do universo total. É preciso reforçar que todas as comunidades pesquisadas ficam em regiões geográficas de difícil acesso e a falta de pavimentação dificulta sobremaneira o cotidiano destes moradores. Novamente se indica a necessidade de pesquisas de campo para verificar em que medida os dados do Censo foram impactados pelas obras do PAC.

Os dados censitários deixam evidente a falta de infraestrutura nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Do somatório de 4.931 domicílios pesquisados, 2.745, 56%, não possuem calçada. Outros 3.888, 78%, não possuem acessibilidade com rampa para cadeirante. Há também 3.554 domicílios, 72%, sem arborização no seu entorno, ainda que o Maciço do Morro da Cruz concentre parcela significativa do verde encontrado no

centro da cidade. O Censo apontou ainda 401 residências com lixo em seu entorno.

Os resultados decorrentes do tratamento dos dados referentes aos setores censitários revelam a precariedade da infraestrutura que cerca as residências no Maciço do Morro da Cruz. Um exemplo é a acessibilidade para pessoas com deficiência praticamente não existe. Para avaliar este impacto, se faz necessário um levantamento sobre a quantidade de pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção nos território visando estimar a dimensão de moradores prejudicados em seu direito de ir e vir por não conseguirem sair de suas próprias casas. Para quem observa estes territórios de longe, se tem a impressão de que a população usufrui de uma grande cobertura verde, contudo, essa arborização está concentrada e muitas comunidades padecem da escassez de áreas verdes no entorno das residências. Outras situações como o esgoto a céu aberto, as calçadas e as vias sem pavimentação também apresentaram números preocupantes, fazendo-se necessário analisar estes dados em campo para saber em que medida as obras do PAC alteraram esta realidade.

3.1.3 A renda dos moradores do Maciço do Morro da Cruz

Nas seções anteriores, apresentou-se quem são os moradores dos setores selecionados e quais as características do entorno de suas residências. Nesta seção, aprofunda-se a análise sobre este universo populacional focando nos aspectos econômicos da população, com destaque para o rendimento per capita

domiciliar, rendimento dos responsáveis pelo domicílio e a renda total mensal de cada um dos dezessete setores pesquisados.

Na primeira investigação analisou-se através da Tabela 5 a renda domiciliar per capita por faixa de rendimento. As faixas de rendimentos adotadas obedecem aos critérios estabelecidos pelo IBGE sendo possível estruturar uma comparação entre os dezessete setores amostrais do Maciço do Morro da Cruz, calculando a média destes setores e a realidade da cidade de Florianópolis. Na faixa de renda entre um oitavo e meio salário mínimo per capita, têm-se 16% da amostra do Maciço do Morro da Cruz frente a 5% de Florianópolis. Merece destaque negativo principalmente os setores localizados no Mocotó 26% e 22%, Mariquinha 26%, Nova Descoberta 21%, Monte Serrat 27% e 19%, e Horácio 21%. Ampliando a comparação para as faixas de renda de até um salário mínimo domiciliar per capita, tem-se 44% da amostra do Maciço do Morro da Cruz frente a 19% de Florianópolis. Estendendo para dois salários mínimos, tem-se 75% da amostra do Maciço do Morro da Cruz frente a 42% dos domicílios de Florianópolis. Nestes cálculos, excluíram-se aqueles domicílios sem renda mensal para evitar distorções no resultado.

Tabela 5 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita por setor analisado

Setores	Renda mensal domiciliar per capita com base no salário mínimo												
	TOTAL	Até 1/8	1/8 a 1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	+ 10	Sem renda mensal	0 a 1/2	Nº absoluto
Mocotó 1	329	2%	6%	20%	38%	22%	3%	1%	2%	0%	6%	28%	93
Mocotó 2	284	0%	2%	11%	34%	33%	9%	6%	3%	0%	1%	14%	40
Mocotó 3	276	2%	5%	17%	37%	23%	8%	6%	1%	0%	3%	23%	64
Mariqui-nha	187	0%	5%	21%	30%	26%	7%	3%	4%	1%	3%	26%	49
Mariqui-nha	393	0%	1%	4%	15%	35%	14%	15%	11%	3%	1%	5%	20
Nova Descoberta	178	1%	4%	17%	37%	28%	7%	2%	2%	1%	2%	22%	40
Monte Serrat 1	179	1%	7%	20%	40%	24%	4%	1%	1%	0%	3%	28%	50
Monte Serrat 2	266	1%	6%	13%	31%	30%	10%	5%	2%	0%	3%	20%	52
Morro do 25	295	0%	3%	11%	37%	38%	6%	3%	1%	0%	0%	15%	43
Horácio 1	218	0%	0%	3%	14%	29%	17%	10%	14%	11%	2%	4%	9
Horácio 2	184	0%	0%	3%	12%	27%	13%	14%	20%	11%	1%	3%	5
Horácio 3	558	1%	3%	18%	37%	29%	5%	3%	2%	1%	1%	22%	122
Penitenciária 1	419	0%	1%	8%	30%	33%	9%	5%	6%	3%	5%	10%	40
Penitenciária 2	306	1%	2%	12%	35%	37%	5%	5%	2%	0%	1%	15%	47
Caeira do Saco Limões 1	298	0%	1%	12%	22%	36%	16%	6%	3%	2%	1%	13%	39
Caeira do Saco Limões 2	251	0%	1%	3%	9%	29%	19%	22%	12%	4%	2%	4%	11
Caeira do Saco Limões 3	310	0%	1%	6%	18%	32%	15%	15%	11%	2%	1%	7%	22
Amostra setores Maciço do Morro da Cruz	100%	1%	3%	12%	28%	31%	10%	7%	5%	2%	2%	15%	746
Florianópolis	100%	0%	1%	4%	14%	23%	14%	17%	17%	9%	2%		

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo 2010.

Dentre as dezessete comunidades, um dos

setores da comunidade do Monte Serrat foi o que apresentou a maior concentração de residências com baixa renda per capita. Neste setor, 68% dos domicílios tem renda per capita de até um salário mínimo. Houve outros setores que também apresentaram elevada concentração de domicílios com renda per capita reduzida, no entanto o Monte Serrat foi o setor que teve o destaque negativo. Nas últimas duas colunas desta tabela, encontram-se a concentração percentual e absoluta de domicílios com renda nominal mensal per capita de até meio salário mínimo. Na faixa de renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, apresenta situação preocupante setores do Mocotó e do Monte Serrat, ambos com 8% de suas residências com renda de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Analisando pelo valor do salário mínimo em 2014 (R\$ 724,00), a renda destas residências seriam de R\$ 181,00 per capita.

Outra linha de investigação foi apresentada na Tabela 6, com a qual foi possível verificar os rendimentos do responsável pelo domicílio conforme declarado ao recenseador. Foi trabalhado com faixas salariais comparando a média da amostra de setores do Maciço do Morro da Cruz com os da cidade de Florianópolis. Na amostra de setores do Maciço do Morro da Cruz foi encontrado que em 20,2% dos domicílios a pessoa responsável pela família possui renda mensal entre meio e um salário mínimo, enquanto que na cidade de Florianópolis apenas 8,7% dos responsáveis pelos domicílios possuem esta faixa de renda. Quando a faixa de renda é ampliada para dois salários mínimos, no Maciço do Morro da Cruz a proporção é de 54,6% dos responsáveis pelo domicílio contra 28% de Florianópolis.

Tabela 6 - Renda da Pessoa Responsável

Comparan do realidades :	Tot al	Até 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	10 a 15 SM	15 a 20 SM	>20 SM	Sem rend a
Florianópolis	100 %	0,5 %	8,2%	19,3 %	12,3 %	15,2 %	20,5 %	6,4 %	5,8 %	5,2 %	6,5 %
Maçiço do Morro da Cruz	100 %	1,2 %	19,0 %	34,4 %	13,8 %	10,3 %	8,6%	1,9 %	1,6 %	1,2 %	7,9 %

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Censo 2010 do IBGE.

Na Tabela 6 apresentaram-se os resultados dos cálculos sobre a renda total de cada setor da amostra do Maciço do Morro da Cruz. A renda total de domicílios representa a soma da renda de todos os domicílios inseridos no setor. Mensalmente, a amostra dos dezessete setores pesquisados dispõe de uma renda total de aproximadamente R\$ 12.818.925,00. Pelas características da cesta de consumo de uma família moradora das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, praticamente todo este dinheiro é injetado no comércio da cidade na compra de itens básicos em supermercados, farmácias, transporte urbano, lojas de móveis, pagamento de impostos, etc. No período de um ano, o somatório destes setores alcança uma renda agregada de R\$ 153.827.100,00 (Cento e cinquenta e três milhões, oitocentos e vinte e sete mil e cem reais).

Tabela 7 - Rendimentos agregados por setores censitários do IBGE localizados no Maciço do Morro da Cruz de acordo com as dezessete áreas pesquisadas: participação das comunidades do Maciço no aporte de recursos na economia da cidade

Região / Setor Censitário	Renda mensal total dos domicílios
Mocotó 1	R\$ 464.492,00
Mocotó 2	R\$ 589.495,00
Mocotó 3	R\$ 485.881,00
Mariquinha 1	R\$ 371.729,00
Mariquinha 2	R\$ 1.267.633,00
Nova Descoberta	R\$ 337.794,00
Monte Serrat 1	R\$ 268.334,00
Monte Serrat 2	R\$ 568.969,00
Morro do 25	R\$ 544.880,00
Horácio 1	R\$ 1.118.733,00
Horácio 2	R\$ 1.077.634,00
Horácio 3	R\$ 1.099.089,00
Penitenciária 1	R\$ 1.065.592,00
Penitenciária 2	R\$ 635.367,00
Caeira do Saco dos Limões 1	R\$ 795.393,00
Caeira do Saco dos Limões 2	R\$ 1.014.564,00
Caeira do Saco dos Limões 3	R\$ 1.113.346,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Censo 2010 do IBGE.

Em contraponto ao fato destes setores estarem inseridos em comunidades consideradas empobrecidas que apresentam baixa renda domiciliar, encontrou-se considerável volume de renda circulando no Maciço do Morro da Cruz. Destaca-se haver um percentual elevado de pessoas que são responsáveis por seus domicílios

que apresentam baixo rendimento mensal. Conhecendo um pouco a realidade local, pode-se sugerir que os baixos níveis de renda decorrem de empregos que exigem baixa qualificação e também são herança da baixa qualidade da educação. Diante desse quadro, parece oportuno propor programas de requalificação profissional aos moradores para que possam melhorar suas condições de empregabilidade e valorização salarial.

3.2 ASPECTOS DA POBREZA E A COMPREENSÃO ALÉM DA ÓTICA MONETÁRIA

Contextualizar e entender a região investigada são pré-requisitos para uma melhor compreensão das inter-relações das organizações da sociedade civil atuantes no território do Maciço do Morro da Cruz. Entende-se que conceber um estudo sobre as redes interorganizacionais atuantes em determinado território partindo diretamente para a investigação de suas organizações poderia deixar um “vácuo” contextual e interpretativo do cenário. Seria como assumir, à priori, que as nuances da realidade tratada é de conhecimento público e entendimento geral. Desta maneira, compreende-se a necessidade de garantir um embasamento inicial para que seja possível o aprofundamento posterior sobre a rede de organizações da sociedade civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz, “pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social” (SANTOS, 1979, p.09-10).

O Maciço do Morro da Cruz está localizado na região central da cidade de Florianópolis, capital de

Santa Catarina. Florianópolis é reconhecida como uma das cidades brasileiras com melhor qualidade de vida, no entanto, há territórios com evidentes problemas socioeconômicos que precisam ser compreendidos com suas especificidades. A cidade conta com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM⁶ de 0,875, em uma pontuação de 0 a 1 sendo quanto mais perto de um melhor. Esta nota coloca Florianópolis em terceiro lugar com melhor qualidade de vida segundo o ranking nacional calculado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013. Ocupa ainda a segunda colocação no ranking de computadores por domicílios, com a presença em 75,47% das residências, sendo que 67,67% do total das residências têm acesso à internet banda larga, segundo o Atlas da Inclusão Digital publicado pela Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2012). É a capital brasileira com maior proporção populacional em situação econômica classificada de alta renda pelo IBGE e a segunda colocada entre os municípios, tendo 27,7% de sua população na categoria “Classe A”. Expandindo a análise para as “Classes A e B”, se tem ainda 41,61% das famílias florianopolitanas nesta faixa de renda (NERI, 2011).

No entanto, há regiões da cidade que não usufruem a mesma qualidade de vida acessível para a população em geral. Em virtude destes fatos, propôs-se investigar a realidade socioeconômica das comunidades do Maciço do Morro da Cruz a partir da compreensão

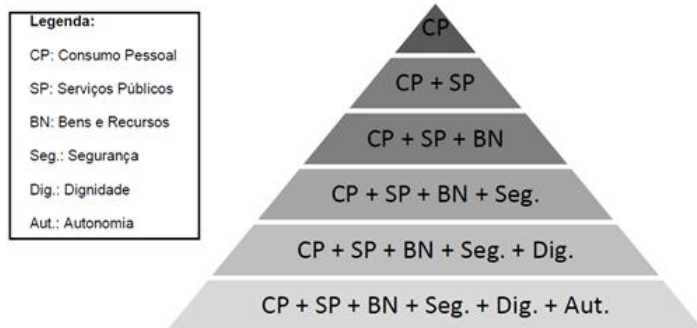
⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM composto por mais de 180 indicadores socioeconômicos, que validam o IDHM e ampliam o entendimento sobre desenvolvimento municipal. A divulgação do IDHM acontece pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, sendo sua última versão publicada no ano de 2013.

que esta região se constitui como um território socialmente prioritário. Possui carências não restritas somente aos aspectos da renda, mas também quando analisada sob a premissa da multidimensionalidade da pobreza, com a qual é possível dilatar a compreensão do desenvolvimento socioeconômico de um território a partir de aspectos mais gerais e inter-relacionados. Questões importantes como renda, qualidade da habitação, saneamento básico, acesso a serviços adequados de saúde, educação, informação e outras subdivisões devem ser consideradas ao analisar o processo de exclusão social e geração de oportunidades sob uma perspectiva multidimensional. Este olhar entra em contraposição à vertente unidimensional, que é centrada apenas na renda, tendo a capacidade de apresentar um avanço considerável nos estudos para a mitigação da pobreza. Neste contexto, uma investigação sobre um território ou indivíduos não deve considerar apenas aspectos de consumo, tampouco ater-se nas estatísticas monetárias que envolvem somente a renda. A definição de pobreza deve ir além, pois a pobreza ultrapassa as questões econômicas abrangendo também as categorias políticas (SANTOS, 1979; SILVA E NEDER, 2010).

A análise da situação socioeconômica extrapola análises estatísticas limitadas à renda. A temática pobreza é dilatada, com autores que tratam desta situação usando a expressão pobreza ou então optando por conceitos correlatos como exclusão, inclusão ou desigualdade social. Aqueles que detêm rendimentos baixos, mediando o salário mínimo brasileiro tendem a ser considerados excluídos. Contudo, o incremento de renda não é suficiente para considerarmos uma pessoa incluída. (SPINK, 2003; GUIMARÃES 2008). Há também

diferenças consideráveis entre as condições de vida dos que moram nos distintos territórios de uma cidade. Essa diferença merece atenção e estudo ordenado. White e Killick (2001), sintetizaram a evolução do conceito de pobreza apresentando-os em forma ilustrativa e didática. A Figura 8 expõe elementos que simbolizaram a pobreza em momentos distintos, contemplando aspectos materiais e subjetivos. Para acompanhar a evolução da compreensão sobre o conceito pobreza, parte-se da preocupação em satisfazer as necessidades individuais para uma expansão deste escopo, o qual passa a considerar uma variedade de necessidades inter-relacionadas capazes de garantir à pessoa seu desenvolvimento integral e coletivo (WHITE E KILLICK, 2001 apud CODES, 2008).

Figura 8 - Pirâmide com a evolução do conceito de pobreza



Fonte: WHITE E KILLICK, 2001 apud CODES, 2008.

Milton Santos (1987, p. 93) traça interessante correlação entre pobreza e espaço, alegando ser

“impossível investigar um destes fenômenos sem considerar o outro”. A compreensão do fenômeno parte do contexto macro para depois aprofundar na especificidade do território, compreendendo sua realidade para gerar condições do desenvolvimento de sua população. “Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social” (SANTOS, 1979, p. 9-10).

[...] a pobreza não é igualmente definida nas diferentes situações geográficas. Para cada cidade ou espaço rural, os dados objetivos (entre os quais incluem salário, os preços, a qualidade e quantidade da informação e os serviços oferecidos) e, os dados reais ou aparentemente subjetivos (noções de bem-estar, perspectiva para o futuro, sentimento de participação nas decisões), que definem uma situação de pobreza, são por demais díspares. Com efeito, existem num mesmo país diferentes situações de pobreza [...] (SANTOS, 1987, p. 93).

3.3 A SOCIEDADE CIVIL COMO COPRODUTORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O aprofundamento sobre o histórico de atuação das organizações da sociedade civil no território do Maciço do Morro da Cruz se faz importante para destacar que muitos dos avanços desta região tiveram o fomento e a participação direta destas organizações atuando em conjunto com os moradores. A compreensão da forma que estas organizações estão articuladas entre si e com os demais atores foi considerada estratégica para a compreensão do trabalho social desenvolvido no

Maciço do Morro da Cruz. Tanto as micro redes das organizações quanto a macro rede do território são preponderantes para a construção de proposições ou rearranjos das redes interinstitucionais atuantes no Maciço do Morro da Cruz.

Devido às características de pobreza do Maciço do Morro da Cruz, já contextualizada pela sua ocupação histórica e pelas informações obtidas da sistematização da base de dados dos setores censitários do IBGE, a intervenção de trabalhos com cunho social fez-se necessárias para mitigar as precariedades encontradas na região. Passados aproximadamente um século das primeiras ocupações, as comunidades localizadas nos morros do Maciço do Morro da Cruz ainda vivenciam situações de exclusão socioeconômica, político e cidadã. Mesmo contando com todo o envolvimento dos moradores e das organizações que atuam na região nas muitas conquistas garantidas para a região, não foi possível materializar saltos de desenvolvimento que possibilitassem uma mudança radical nas oportunidades e condições de vida das pessoas.

A conquista do equilíbrio social não é uma atribuição exclusiva do Estado ou do mercado. Esses atores necessitam da atuação das organizações da sociedade civil, para agir em segmentos populacionais e territórios prioritários, numa interface de corresponsabilidade e complementariedade entre estas três esferas. A expansão das atividades da sociedade civil no enfrentamento dos problemas sociais tem contribuído para a melhor compreensão do fenômeno e o aperfeiçoamento deste quadro. Considera-se evidente que em muitas arenas políticas nem governo nem mercado conseguem dar conta plenamente dos

problemas que a sociedade enfrenta hoje (DENHARDT, 2012). Contudo, é preciso tomar cuidado para que não haja confusão de papéis e as organizações da sociedade civil acabem assumindo responsabilidades que extrapolem àqueles que poderiam ser assumidas com segurança jurídico-legal. Em muitas destas relações percebe-se uma relação que poderia ser caracterizada como a terceirização das funções do Estado. Como exemplo, pode-se citar que em muitos convênios entre o primeiro e o terceiro setor, o poder público não cumpre com seu papel acordado e oficializado em termos de parceria. Isso implica em uma série de problemas jurídicos e financeiros para a organização da sociedade civil partícipe sem que a mesma possa acionar juridicamente o ente público de forma rápida e solucionadora. Aos entes governamentais, cabe manter sua obrigatoriedade de atuação como agente fomentador de políticas públicas inclusivas de mitigação da pobreza e da desigualdade social. As organizações da sociedade civil precisam ter cautela para não servirem como amortecedores das tensões produzidas pelos conflitos políticos (BOAVENTURA SOUZA SANTOS, 1999). Contudo, “a esfera pública é palco de atuação de diferentes sujeitos coletivos e instituições, incluindo os espaços e mecanismos de relação entre o aparato estatal e os cidadãos, bem como variadas formas de ação coletiva, redes e movimentos sociais”. Paula (2011, p. 38).

O termo “sociedade civil” foi introduzido no Brasil apenas na década de 1970 onde, frente a um governo ditatorial, representava toda a organização dos movimentos populares constituídos pela população civil em oposição ao regime militar. A concepção de

autonomia seria um dos maiores princípios naquele momento, sendo toda sua organização e ação externa ao Estado (GOHN, 2002; MACHADO, 2013).

Segundo Sitcovsky (2006), existem duas linhas de estudo sobre o tema da sociedade civil como provedora de políticas sociais, defendendo as parcerias entre Estado e sociedade civil sob dois argumentos. A primeira se assenta na concepção de que há entidades que se enquadram como prestadores de serviços sociais decorrente da histórica falha do Estado na área. O segundo argumento está centrado na ideia de que uma participação mais ampla poderia garantir a consolidação de um Estado democrático.

Simionato e Nogueira (2001) descrevem três diferentes concepções acerca dos papéis desempenhados pelo Estado e pela sociedade civil segundo importantes agências multilaterais, respectivamente Banco Mundial, CEPAL e PNUD/BID, apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 - O papel do Estado e da sociedade civil para as agências multilaterais

	Banco Mundial	CEPAL	PNUD/BID
Funções do Estado	Redução das funções sociais com transferências de ações para sociedade civil e mercado.	Intervir no fortalecimento da competitividade e busca de equidade. Articulação de grupos organizados da sociedade civil e do mercado.	Redução de suas funções executivas nas políticas sociais.
Papel da Sociedade Civil	Incorporação na execução política e prestação de serviços sociais. Refilantropização. Organização dos pobres.	Pluralista, ativa na construção de consensos estratégicos. Reconstrução de identidades nacionais, regionais e locais.	Ampliação da participação na execução de políticas e prestação de serviços com recurso públicos.

Fonte: SIMIONATO E NOGUEIRA, 2001, p. 21.

O termo sociedade civil detém diferentes concepções dependendo da região no globo onde esteja sendo estudado. Na América Latina, o termo sociedade civil “representava tudo o que se opunha às arbitrariedades do regime militar e à reconstrução de laços associativos que visassem restabelecer a ação política” (ACANDA, 2006, p.21). Sob essa concepção latino-americana, pode-se analisar a relação de sociedade civil e o Estado sob três perspectivas. A primeira sendo a *sociedade civil democrático-radical* tendo a política forte influência e adotando a hegemonia como forma de junção de interesses. A segunda, referindo-se à *sociedade civil liberal*, que em contraposição à ideia de hegemonia se busca a

despolitização, os interesses individuais e a valorização da iniciativa privada. Já a terceira via refere-se a uma *sociedade civil social*, prezando por uma autonomia em relação ao mercado e ao Estado. Esta via é caracterizada por sua organização em redes e fóruns com o intuito de fortalecer a cidadania, conquistar a justiça social e fomentar políticas públicas (NOGUEIRA, 2003).

3.3.1 Atuação da sociedade civil no Maciço do Morro da Cruz

Após a imersão no contexto territorial com a análise dos setores censitários do IBGE, foi realizado o levantamento de dados qualitativos abrangendo o mapeamento das organizações da sociedade civil com sede e atuação na região do Maciço do Morro da Cruz. Neste momento, foi possível aprofundar os levantamentos sobre as redes de parceiros⁷ que cada uma destas organizações detém em seus territórios.

Estas informações ajudaram na compreensão de como as organizações estudadas estão articuladas com parceiros internos e externos ao território e Maciço do Morro da Cruz. A experiência profissional do autor como gestor em trabalhos sociais realizados na região foco da pesquisa proporciona um entendimento que, de modo geral, mesmo reconhecendo que as organizações desenvolvem bons trabalhos, não existe um pensamento estratégico sobre a complementariedade destas ações, um planejamento do território de maneira integrada.

⁷ A relação de parceiros representa a percepção de cada gestor entrevistado. Ampliando o número de entrevistados em cada organização poderia resultar em diferentes cenários de parceiros.

Essa realidade pode não ser exclusiva das organizações da sociedade civil e aparenta ser também a realidade dos agentes públicos, que se preocupando em articular e planejar um conjunto de intervenções para o Morro da Cruz. Cada órgão público tem seus planos e ações distintas para o território, sem que estas ações estejam concatenadas e articuladas de forma inter-setorial e com os atores locais. São frequentes situações onde o gestor público convoca as representações comunitárias para apresentar uma proposta e acaba sendo informado, durante a reunião, que uma ação muito semelhante já está em execução no local pela sociedade civil ou por outro órgão público. Percebe-se a necessidade de construir canais de diálogo onde as novas proposições e as ações já em andamento possam convergir na busca pelos melhores resultados para os beneficiários e a comunidade.

O estudo de campo foi realizado no segundo semestre do ano de 2013, na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, sendo coletadas informações através de entrevistas aplicadas pelo pesquisador junto aos gestores de organizações da sociedade civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz. Na delimitação da amostra de organizações, procedeu-se um recorte orientado pelas relações profissionais do autor com as instituições e também pelo contato com outras organizações da sociedade civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz.

Tendo em vista o universo da sociedade civil atuante no território estudado, optou-se em selecionar organizações da sociedade civil⁸ atuantes de forma sistematizada e periódica no espaço. Não foram pesquisadas instituições de educação formal,

⁸ Vide nota de rodapé número 2 da página 29.

abrangendo no trabalho principalmente instituições de contra turno escolar. Neste contexto e para o propósito desta pesquisa, acredita-se que esta amostra detém representatividade do universo de organizações da sociedade civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz, considerando que “nem sempre é possível, ou sequer útil, reunir informações sobre cada uma das unidades que compõem a população” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005, p. 159).

O estudo contactou ao todo doze organizações da região sendo que dez participaram do fornecimento das informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Dentre as participantes, duas instituições são conselhos de moradores e oito organizações não governamentais⁹. As duas organizações que declinaram do estudo confirmaram inicialmente o interesse em participar da pesquisa, entretanto não se prontificaram em preencher os formulários necessários para levantamento dos dados.

O preenchimento do formulário foi realizado pelos gestores da instituição ou por pessoa designada por este. Como gestor, entendem-se presidentes, diretores, coordenadores e outras representações da instituição. Neste levantamento de dados, previu-se a possibilidade de surgirem problemas quanto à escolha da pessoa que

⁹ Três das “organizações” são projetos que pertencem a uma organização da sociedade civil. Para efeito da pesquisa, os três projetos (A4, A7 e A13) foram tratados como atores distintos com redes de parcerias específicas. Esta escolha foi adotada porque os projetos desenvolvem projetos para públicos distintos, mantendo suas próprias equipes de trabalho e coordenação. Pode-se ter um indicativo que, mesmo dentro de uma mesma organização, diferentes projetos e gestores detêm percepções distintas sobre suas redes de parcerias.

seria entrevistada, visto que, em alguns casos, a representação mais legítima da organização não estava necessariamente na figura do presidente ou da diretoria da instituição, e sim em um cargo de coordenação executiva, pedagógica, assistência social ou outra função. Esse cenário foi superado ao longo do levantamento das informações pela experiência profissional do pesquisador frente ao contexto estudado em que foi possível identificar os representantes de cada organização mais indicados à participarem do estudo. Outra potencial dificuldade prevista girava em torno da possibilidade de que algumas organizações poderiam optar por não participar da pesquisa, por diferentes motivos, como por exemplo, a vontade de não terem a relação de seus parceiros exposta. Entretanto, novamente o envolvimento do pesquisador em dirimir qualquer mal-entendido e as conversas *in loco* com os responsáveis para explicar a importância da pesquisa e o papel do questionário acabou suprimindo tal possibilidade e permitindo o desenvolvimento da pesquisa sem maiores entraves.

Em todas as organizações se teve a preocupação de apresentar detalhadamente a proposta do trabalho, explicar a forma de levantamento dos dados, bem como sobre o formulário elaborado para a coleta de informações da rede de parceiros atuantes na instituição e seu território e, por fim, conversar a respeito de possíveis resultados decorrentes do trabalho e como estes poderia contribuir para as estratégias e iniciativas daquelas organizações com trabalhos sociais no Maciço do Morro da Cruz.

Após o levantamento dos dados e com os formulários preenchidos, foi possível realizar o

tratamento das informações e a tabulação dos dados com a utilização de três diferentes *softwares*, Microsoft Office Excel, Ucinet e Netdraw. Estas ferramentas foram essenciais para a construção da arquitetura das redes investigadas, permitindo assim uma melhor visualização gráfica das redes e possibilitando a compreensão do fenômeno relacional. O uso destes *softwares* possibilitaram a organização das informações coletadas e também a projeção de desenhos das arquiteturas de redes presentes em cada organização e no conjunto destas para analisar as redes de parceiros internos ao Maciço do Morro da Cruz.

Tendo em vista apresentar o estudo e os levantamentos de informações de forma ilustrativa, foi definido pela preservação dos nomes das entidades envolvidas e também de parceiros e apoiadores citados. Para tanto, se utilizou neste trabalho o uso de códigos para identificar cada instituição levantada no estudo. Na Tabela 9 estão apresentados os códigos, o foco de atuação, as localidades de cada organização pesquisada e o cargo ocupado pela pessoa entrevistada.

Tabela 9 - Organizações da sociedade civil e projetos¹⁰ atuantes no Maciço do Morro da Cruz

Código	Foco de atuação	Localização	Cargo da pessoa entrevistada
A01	Contra turno escolar para crianças e adolescentes	Morro do Mocotó	Coordenador
A04	Acolhimento de crianças e adolescentes sob tutela da justiça	Monte Serrat	Assistente social
A05	Contra turno escolar para crianças e adolescentes	Morro da Penitenciária	Presidente
A06	Contra turno escolar para crianças e adolescentes	Morro do Tico Tico	Assistente social
A07	Acolhimento para adultos em situação de rua	Monte Serrat	Coordenador
A09	Representação Comunitária	Caeira do Saco dos Limões	Presidente
A10	Representação Comunitária	Monte Serrat	Presidente
A12	Articulação Comunitária	Caeira do Saco dos Limões	Presidente
A79	Fundação Empresarial	Monte Serrat e Morro Tico Tico	Assistente social
A13	Reinserção de jovens em situação de vulnerabilidade social	Monte Serrat	Coordenador

Fonte: elaborado pelo autor.

No levantamento das redes de parceiros e apoiadores das organizações, a técnica utilizada foi a observação indireta e o procedimento de coleta de informações junto às organizações da sociedade civil

¹⁰ Considera-se importante evidenciar que A04, A07 e A13 são projetos pertencentes à mesma organização da sociedade civil. Por trabalharem com públicos finais distintos, tecendo redes de parceiros próprias, optou-se por investigar suas relações isoladamente.

obedecendo três operações da observação, sendo a concepção do instrumento de observação, o teste do instrumento de observação e o recolhimento dos dados (Quivy e Campenhoudt, 2004, p. 181).

Na construção do questionário para levantamento de dados, optou-se pela formulação de um guia semiestruturado, por entender que, caso fosse apresentado um questionário muito detalhado, poderia direcionar o entrevistado e possivelmente enviesar suas respostas. Neste primeiro instrumento de observação, o guia de entrevista foi dividido em uma identificação sucinta com os dados do entrevistado, seguido de um quadro apresentando três categorias para enquadramento dos parceiros divididos em primeiro setor (público), segundo setor (privado) e terceiro setor (organizações da sociedade civil). Além da segmentação por setores de atividades, propôs-se que o entrevistado identificasse a frequência em que eram mantidas estas relações e em quais situações estes parceiros ajudavam ou se relacionavam com a organização.

Obedecendo à segunda operação no processo de observação, foi aplicado o teste do instrumento de coleta. Nesta etapa, o teste do formulário de coleta foi validado em uma organização na qual o pesquisador já tinha relacionamento e proximidade com os entrevistados. Neste momento, percebeu-se que os gestores da instituição entrevistada não demonstraram maior preocupação em preencher a periodicidade com que eram mantidas as relações com cada um de seus parceiros. Também no quesito onde se pedia para descrever em qual situação havia relação de parceria acabava sendo relegada pelo entrevistado. Por fim, amparado pelo teste com as duas organizações e

também valendo da experiência e relacionamento do autor com parte das organizações entrevistadas, optou-se por aceitar que algumas organizações não iriam preencher por completo o guia de entrevista, principalmente os quesitos sobre a periodicidade e o contexto de suas relações de parcerias. Diante desta evidência, concentraram-se os esforços no levantamento dos dados nos parceiros categorizados por segmento: primeiro setor (público), segundo setor (privado) e terceiro setor (organizações da sociedade civil), sem aprofundamento na constância destas parcerias.

As informações sobre a periodicidade e as situações em que ocorre a parceria pareceram, em um primeiro momento, serem imprescindíveis para o estudo. Contudo, conversando com a organização que participou do teste deste instrumento, pôde-se perceber que estas análises poderiam distorcer os resultados, visto que foi apresentada como exemplo a situação onde as partes ficam longo tempo sem manter contato e, mesmo assim, esta parceria é extremamente importante para a organização. E outros casos em que se mantêm contatos periódicos, mas a parceria não têm maior peso estratégico ou operacional sobre a organização investigada.

De todo modo, o mapeamento das redes de parcerias das organizações da sociedade civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz poderá representar mais um passo na pesquisa sobre os trabalhos sociais executados neste território. Por escolha metodológica, não foram apresentados à priori aos entrevistados conceitos ou definições sobre parcerias e redes. Esta decisão foi adotada para que os representantes das organizações pudessem assinalar seus parceiros

conforme suas próprias concepções e entendimentos. Entretanto, algumas percepções acerca das respostas dos formulários mostraram casos em que não havia processo estruturado sobre quem são os seus parceiros ou ainda organizações que confundiam relações de parceria com relações mercantis com seus fornecedores. Outra constatação foi de que a relação de parceiros tende a variar de acordo com a percepção e entendimento do gestor entrevistado, apresentando quadro distinto de acordo com a pessoa que é entrevistada na organização.

De maneira resumida, a sistemática de observação e coleta de dados passou pelas seguintes etapas: 1) delimitação da área geográfica como sendo o território do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis, Santa Catarina; 2) recorte amostral das organizações a serem entrevistadas; 3) elaboração do formulário guia para identificação dos parceiros das organizações; 4) aplicação de teste do formulário; 4) agendamento e apresentação da proposta para os gestores; 5) aplicação do formulário guia, livre citação de nomes por parte do entrevistado e questionamento se não faltariam parceiros; 6) tabulação dos dados com o uso dos *softwares* Excel, Ucinet e Netdraw.

Faz-se importante pontuar que há uma preocupação pelo autor da pesquisa em dar um retorno para cada um dos participantes entrevistados como uma demonstração de respeito e também como uma forma de fortalecimento desta parceria firmada, já que todas as contribuições ajudaram na viabilidade deste trabalho. É intuito desta pesquisa a socialização dos resultados, uma vez que reforça o ambiente de rede além de possibilitar que as organizações utilizem a pesquisa em

suas ações de políticas públicas no território do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis. Espera-se que os resultados desta pesquisa se constituam em pequena contribuição para os trabalhos que já são executados pelas organizações e também possam provocar novas investigações que possam contribuir com o desenvolvimento das comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

3.3.1.1 Organização da sociedade civil A01

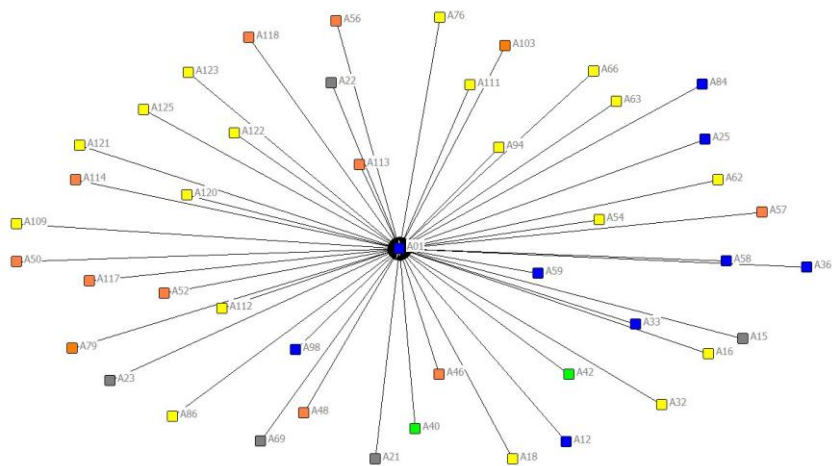
A organização da sociedade civil A01 foi fundada em 1995 sendo reflexo do trabalho social e educativo iniciado na comunidade durante os anos 1980. A instituição atende diariamente, no período contrário à escola, 190 crianças e adolescentes com idade entre 5 e 15 anos moradores da região do morro do Mocotó e que estejam matriculados e frequentando a escola. Aquelas crianças que procuram a instituição e não estão estudando são acolhidas e a família é orientada para realizar a matrícula em escolas da região.

A organização da sociedade civil A01 é integrante da Rede Interinstitucional do Instituto Vilson Groh - Rede IVG, e têm como objetivos propiciar ao educando condições para participar do processo de aprendizagem, cultivando valores humanos e promovendo a participação de todos na busca do bem comum, da verdade, do desenvolvimento da criatividade, da liberdade, responsabilidade e respeito aos princípios da Justiça. As atividades desenvolvidas são planejadas em projetos e temas geradores, incluindo as áreas de língua portuguesa, língua inglesa, matemática, geografia, ciências, história, cultura popular, educação física, artes

visuais, música, artes cênicas, jogos, brincadeiras, informática, educação ambiental e direitos humanos. Além do estudo, a instituição oferece diariamente três refeições para seus participantes.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com a coordenadora geral, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A01, conforme Figura 9.

Figura 9 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A01



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A01 possui uma rede de parceiros composta por 45 atores, conforme Tabela 10. Esta organização possui 12 parceiros públicos, 18 parceiros privados e 9 parceiros da sociedade civil. Participa ainda de 2 conselhos de

representação e possui 5 parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 10 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A01

Cores	Categoria	Qtidade	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	12	27%	A46, A48, A50, A52, A56, A57, A79, A103, A113, A114, A117, A118
amarelo	2º Setor (Privado)	18	40%	A16, A18, A32, A54, A62, A63, A66, A76, A86, A94, A109, A111, A112, A121, A122, A123, A125
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	8	18%	A12, A25, A33, A36, A58, A59, A84, A98
verde	Conselhos	2	4%	A40, A42
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais.	5	11%	A15, A21, A22, A23, A69

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.1.2 Organização da sociedade civil A04

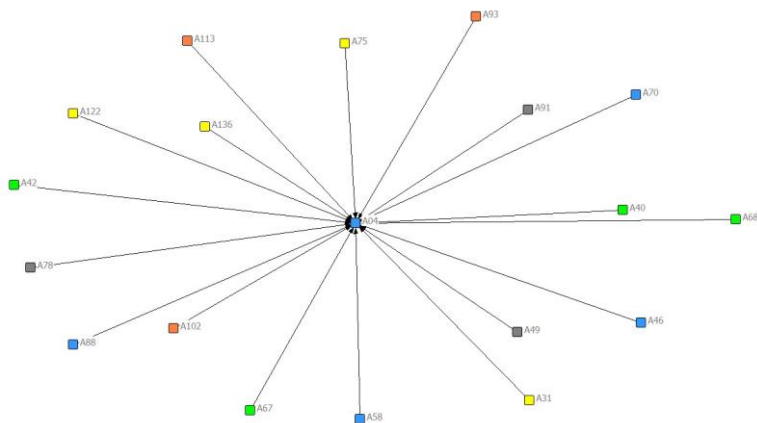
A organização da sociedade civil A04 também é um projeto integrante da Rede Interinstitucional do Instituto Wilson Groh - Rede IVG, e realiza o acolhimento

institucional de crianças e adolescentes conforme princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e Adolescente. Tem capacidade para atender 20 crianças e adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude. Todos os acolhidos residem nesta casa de acolhimento enquanto estão sob tutela da organização.

Este projeto tem como objetivo acolher e garantir proteção integral às crianças e adolescentes; contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; possibilitar a convivência comunitária; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às políticas públicas setoriais; favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público, além de preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário; e desenvolver, sobretudo com os adolescentes, condições para a independência e o autocuidado (Resolução CNAS Nº 109/2009).

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com membro da equipe de coordenação deste projeto, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A04, conforme Figura 10.

Figura 10 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A04



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A04 possui uma rede de parceiros composta por 18 atores, conforme tabela 11, sendo 5 parceiros públicos, 4 parceiros privados, 2 parceiros da sociedade civil. Participa de 4 conselhos e possui 3 parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 11 - Segmentação da Rede de Parceria organização da sociedade civil A04

Cores	Categoria	Qtidade	(%)	Código: Ator Parceiro
Laranja	1º Setor (Público)	5	28%	A46, A88, A93, A102, A113
amarelo	2º Setor (Privado)	4	22%	A31, A75, A122, A136
Azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	2	11%	A58, A70
Verde	Conselhos	4	22%	A40, A42, A67, A68
Cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais.	3	17%	A49, A78, A91

Fonte: Elaborado pelo autor.

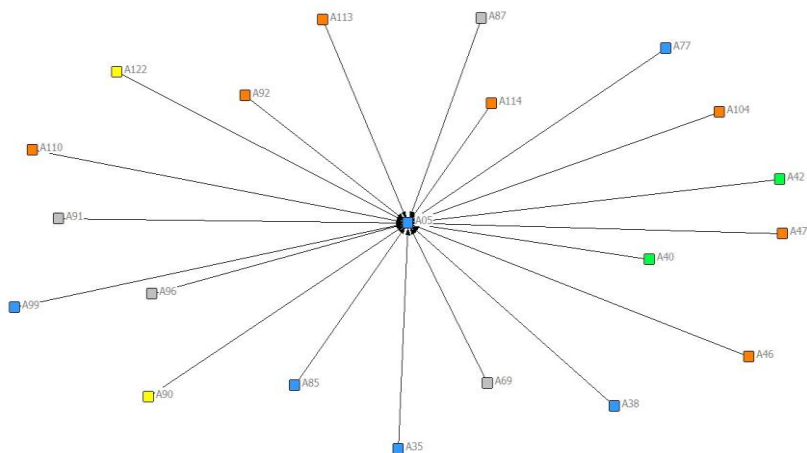
3.3.1.3 Organização da sociedade civil A05

A organização da sociedade civil A05 foi fundada em 1988 para prestar atendimento socioeducativo às crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária na região da Trindade. Atende 110 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos em período oposto à escola regular, oferecendo apoio pedagógico, refeições e atividades variadas. Têm como objetivos o enriquecimento das potencialidades, assegurando ganhos de aprendizagem escolar, social e cultural; propiciar a formação de crianças e adolescentes para a vida com cidadania, oferecendo espaços e situações de aprendizagem para a construção de valores éticos e de

participação na vida pública; estimular a participação, o desenvolvimento de competências para a vida social e projetos de vida, autonomia na resolução de problemas do cotidiano e a apropriação de novos conhecimentos.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com o vice-presidente da instituição, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A05, conforme Figura 11.

Figura 11 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A05



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A05 possui uma rede de parceiros composta por 20 atores, conforme Tabela 12, possuindo 7 parceiros públicos, 2 parceiros privados, 5 parceiros da sociedade civil. Participa de 2 conselhos e possui 4 parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 12 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A05

Cores	Categoria	Qtidade	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	7	35%	A46, A47, A92, A104, A110, A113, A114
amarelo	2º Setor (Privado)	2	10%	A90, A122
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	5	25%	A35, A39, A77, A85, A99
verde	Conselhos	2	10%	A40, A42
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais.	4	20%	A69, A87, A91, A96

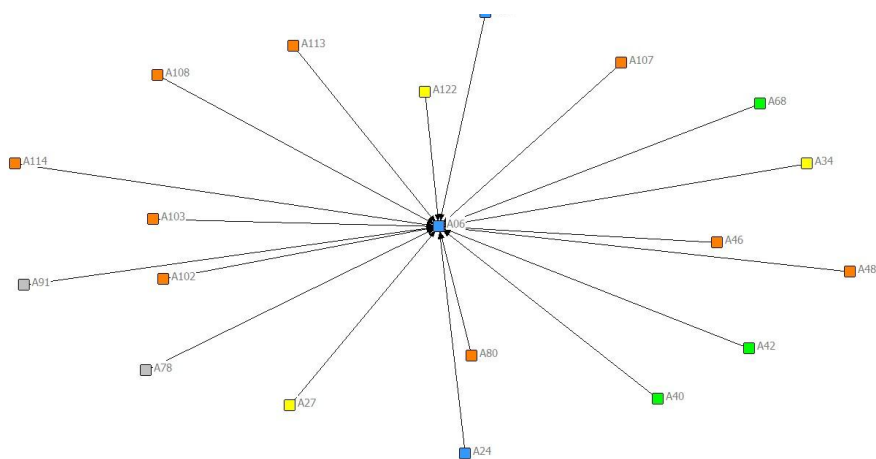
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.1.4 Organização da sociedade civil A06

A organização da sociedade civil A06 está localizada na Comunidade do Tico-tico atendendo 100 crianças e adolescentes do território através do projeto Jornada Ampliada em período contrário à escola formal no qual desenvolve as atividades de capoeira, música, educação ambiental e contação de histórias. Envolve ainda o atendimento a grupos de adolescentes, aulas de informática, culinária, educação integral do ser, apoio pedagógico, grupos permanentes de processo grupal e grupo de estudos da doutrina espírita.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com a Assistente Social, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A06, conforme Figura 12.

Figura 12 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A06



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A06 possui uma rede de parceiros composta por 19 atores, conforme Tabela 13. Possui 9 parceiros públicos, 3 parceiros privados, 2 parceiros da sociedade civil. Participa de 3 conselhos e possui 2 parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 13 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A06

Cores	Categoria	Qtdade	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	9	47%	A46, A48, A80, A102, A103, A107, A108, A113, A114
amarelo	2º Setor (Privado)	3	16%	A27, A34, A122
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	2	11%	A24, A89
verde	Conselhos	3	16%	A40, A42, A68
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais	2	11%	A78, A91

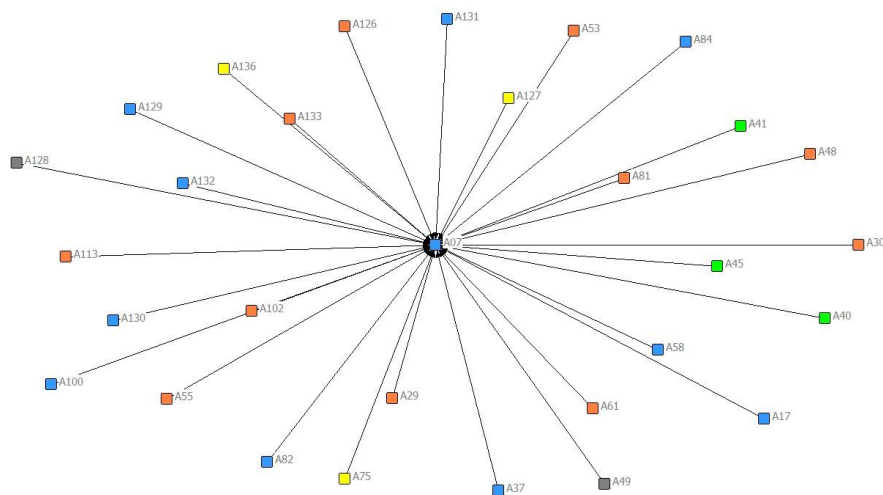
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.1.5 Organização da sociedade civil A07

A organização (projeto) da sociedade civil A07 também é um projeto integrante da Rede Interinstitucional do Instituto Vilson Groh - Rede IVG, localizado na comunidade do Monte Serrat. Atende até 20 pessoas realizando o acolhimento institucional para adultos em processo de saída das ruas, em fase de reinserção social, de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. O atendimento apoia a qualificação, a reinserção laboral e escolar além da reconstrução de seu projeto de vida. (Resolução CNAS Nº 109/2009).

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com a coordenadora da organização (projeto), foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A07, conforme Figura 13.

Figura 13 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A07



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A07 possui uma rede de parceiros composta por 29 atores, conforme Tabela 14. Possui 11 parceiros públicos, 3 parceiros privados e 10 parceiros da sociedade civil. Participa de 3 conselhos e possui 2 parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 14 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A07

Cores	Categoria	Qti- dade	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	11	38%	A29, A30, A48, A53, A55, A61, A81, A102, A113, A126, A133
amarelo	2º Setor (Privado)	3	10%	A75, A127, A136
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	10	34%	A17, A37, A58, A82, A84, A100, A129, A131, A132
verde	Conselhos	3	10%	A40, A41, A45
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais	2	7%	A49, A128

Fonte: Elaborado pelo autor.

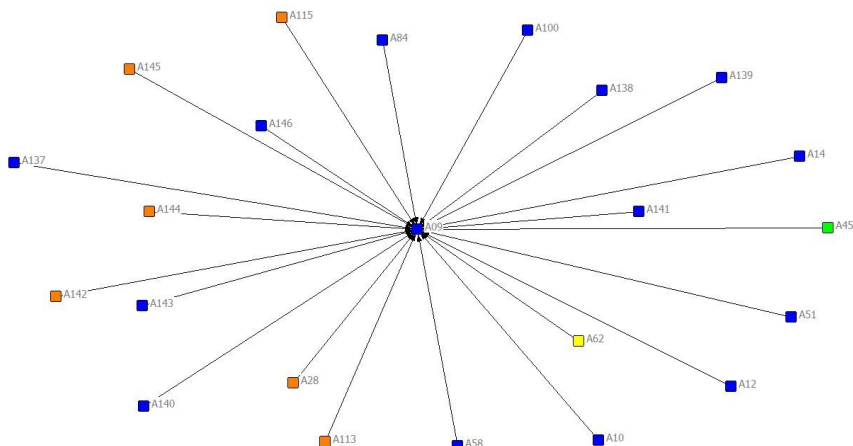
3.3.1.6 Organização da sociedade civil A09

A organização da sociedade civil A09 é a representação eleita e legítima daquela comunidade frente às instâncias de poder na cidade. Como a comunidade é uma das mais jovens do Maciço do Morro da Cruz, identifica-se uma variedade de melhorias que precisam ser feitas, sendo estes pleitos canalizados para o Conselho de Moradores. Há relatos dos moradores que a organização passou por momentos difíceis nas gestões anteriores, no entanto a gestão atual está

atuante sendo formada por uma diretoria composta exclusivamente por mulheres moradoras da comunidade.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com a Presidente do Conselho de Moradores, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A09, conforme Figura 14.

Figura 14 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A09



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A09 possui uma rede de parceiros composta por 22 atores, conforme Tabela 15. Possui 6 parceiros públicos, 1 parceiro privado, 14 parceiros da sociedade civil. Participa de 1 conselho e não possui parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 15 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A09

Cores	Categoria	Qti de	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	6	27%	A28, A113, A115, A142, A144, A145
amarelo	2º Setor (Privado)	1	5%	A62
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	14	64%	A10, A12, A14, A51, A58, A84, A100, A137, A138, A139, A140, A141, A143, A146
verde	Conselhos	1	5%	A45
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais	-	-	-

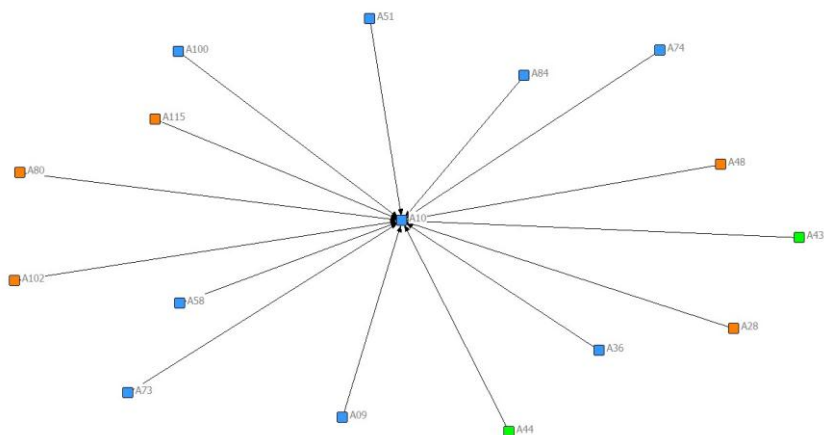
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.1.7 Organização da sociedade civil A10

A organização da sociedade civil A10 é a mais antiga representação de moradores de Florianópolis e seu foco de trabalho é a defesa dos interesses da comunidade frente às instâncias de poder. Atualmente, o Conselho é gerido por uma diretoria jovem, com educação formal elevada e empenhada na resolução das demandas dos moradores daquela comunidade. Percebe-se o respeito pelas antigas lideranças, mas também a vontade de realizar novas ideias e ampliar as conquistas.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com o Presidente do Conselho de Moradores, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A10, conforme Figura 15.

Figura 15 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A10



Fonte: Elaborado pelo autor

A organização da sociedade civil A10 possui uma rede de parceiros composta por 15 atores, conforme Tabela 16. Possui 5 parceiros públicos, nenhum parceiro privado e 8 parceiros da sociedade civil. Participa de 2 conselhos e não possui parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 16 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A10

Cores	Categoria	Qtida de	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	5	33%	A28, A48, A80, A102, A115
amarelo	2º Setor (Privado)	-	-	-
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	8	53%	A9, A51, A58, A73, A74, A84, A100
verde	Conselhos	2	13%	A43, A44
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais.	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

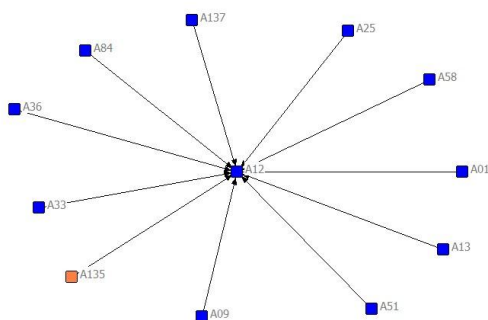
3.3.1.8 Organização da sociedade civil A12

A organização da sociedade civil A10 está localizada no Alto da Caeira, em um dos pontos mais elevados no Maciço do Morro da Cruz. Tem como área de trabalho a articulação comunitária, o apoio e encaminhamento de crianças e adolescentes para os demais projetos oferecidos no território do Maciço do Morro da Cruz tendo papel de destaque na defesa e cobrança para a implantação do Parque do Maciço.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com o Presidente, foi possível visualizar a rede de parceiros

da organização da sociedade civil A12, conforme Figura 16.

Figura 16 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A12



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A12 possui uma rede de parceiros composta por 12 atores, conforme Tabela 17. Possui 1 parceiro público, nenhum parceiro privado e 11 parceiros da sociedade civil. Não participa de conselhos e também não possui parceiros na categoria Entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 17 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A10

Cores	Categoria	Qtidade	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	1	8%	A135
amarelo	2º Setor (Privado)	-	-	-
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	11	92%	A01, A09, A13, A25, A33, A36, A51, A58, A84, A137
verde	Conselhos	-	-	-
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais.	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

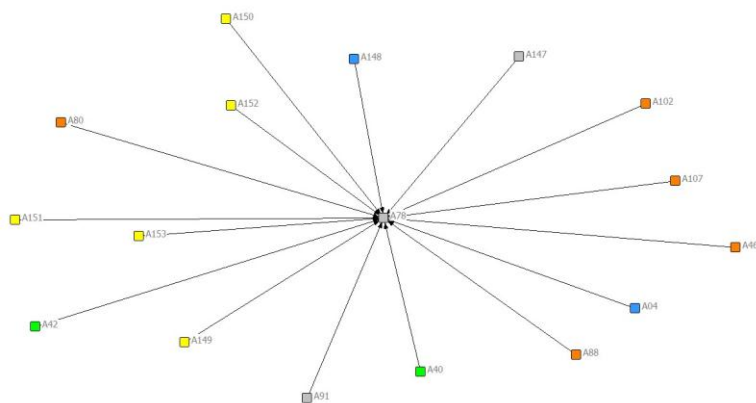
3.3.1.9 Organização da sociedade civil A79

A organização da sociedade civil A79 atua como a ação social de uma empresa privada. Fundada em 2004 está localizado na base do Maciço do Morro da Cruz entre as comunidades do Monte Serrat e Morro do Tico-tico. A instituição é alicerçada em três elementos essenciais: escola – família – comunidade. Oferece dois projetos sociais, o Jornada Ampliada que atende jovens de 7 a 14 anos e o curso profissionalizante de informática atendendo jovens de 14 a 15 anos. O ingresso na organização ocorre quando o participante está matriculado e frequentando a escola e for encaminhado por órgãos oficiais como o Conselho

tutelar, as escolas e os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com a Assistente Social da organização, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A79, conforme Figura 17.

Figura 17 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A79



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A79 possui uma rede de parceiros composta por 16 atores, conforme Tabela 18. Possui 5 parceiros públicos, 5 parceiros privados e 2 parceiros da sociedade civil. Participa de 2 conselhos e possui 2 parceiros na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais.

Tabela 18 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A79

Cores	Categoria	Qtida de	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	5	31%	A46, A80, A88, A102, A107
amarelo	2º Setor (Privado)	5	31%	A149, A150, A151, A152, A153
azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	2	13%	A04, A148
verde	Conselhos	2	13%	A40, A42
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais.	2	13%	A91, A147

Fonte: Elaborado pelo autor.

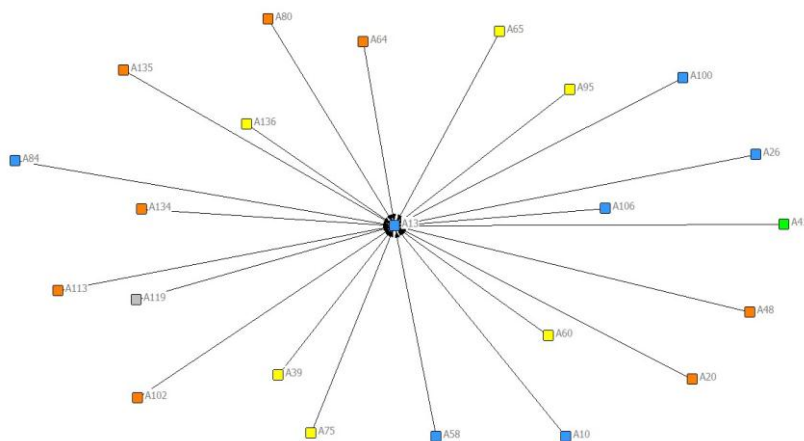
3.3.1.10 Organização da sociedade civil A13

A organização da sociedade civil A13 é um projeto pertencente à uma organização integrante da Rede Interinstitucional do Instituto Vilson Groh - Rede IVG. Este projeto teve início em 2007, por solicitação de jovens da comunidade Chico Mendes os quais estavam envolvidos em situações de criminalidade e risco de morte. O projeto atendeu 1.402 jovens de 2007 a 2012 de diferentes comunidades da grande Florianópolis e tem como objetivo apoiar adolescentes e jovens de comunidades empobrecidas do estado de Santa Catarina, envolvidos com a criminalidade e o narcotráfico, para que encontrem outras oportunidades

em suas vidas e se tornem protagonistas de sua própria história. Grande parte dos jovens quando entram no projeto não frequentam a escola, não possuem documentação pessoal e têm envolvimento com o tráfico. O Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública é um importante parceiro, reconhecendo e investindo para a prevenção e o resgate destes jovens da criminalidade. Em 2013, este projeto recebeu o Prêmio ANU, oferecido pela CUFA em reconhecimento como a melhor iniciativa social do estado de Santa Catarina. A instituição pretende ampliar o atendimento do projeto para outras comunidades onde haja a presença marcante do tráfico de drogas.

Com base na entrevista e preenchimento do formulário de identificação dos parceiros, realizado com o Coordenador do projeto, foi possível visualizar a rede de parceiros da organização da sociedade civil A13, conforme Figura 18.

Figura 18 - Rede de parceiros da organização da sociedade civil A13



Fonte: elaborado pelo autor.

A organização da sociedade civil A13 possui uma rede de parceiros composta por 22 atores conforme Tabela 19. Possui 8 parceiros públicos, 6 parceiros privados e 6 parceiros da sociedade civil. Participa de 1 conselho e possui 1 parceiro na categoria entidade de classe, institutos e fundações empresariais

Tabela 19 - Segmentação da Rede de Parceria da organização da sociedade civil A13

Cores	Categoria	Qti- dade	(%)	Código: Ator Parceiro
laranja	1º Setor (Público)	8	36%	A20, A48, A64, A80, A102, A113, A134, A135.
ama- relo	2º Setor (Privado)	6	27%	A39, A60, A65, A75, A95, A136
Azul	3º Setor (Org. Soc. Civil)	6	27%	A10, A26, A58, A84, A100, A106
verde	Conselhos	1	5%	A41
cinza	Entidades classe; Institutos e Fundações empresariais.	1	5%	A119

Font
e:
Elab
orad
o
pelo
auto
r.

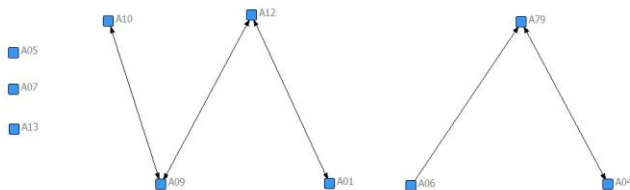
3.3.4 Analisando em que medida as organizações investigadas estão articuladas entre si e com outros atores internos no Maciço do Morro da Cruz

Após representar graficamente as redes de parcerias de cada uma das organizações que compuseram a amostra investigadas, foram construídas duas representações gráficas para tentar compreender os padrões das parcerias destas organizações. O desenvolvimento desta etapa inspirou-se na ideia inicial do autor o qual considerava que as organizações deveriam dar mais atenção e fortalecer suas redes de parcerias internas no território do Maciço do Morro da Cruz¹¹. Na primeira análise, a intenção foi de poder

¹¹ Percebe-se que as organizações não têm a devida percepção

verificar se haviam relações de parceria entre as dez organizações estudadas, conforme pode ser visualizado na Figura 19. Já na segunda proposta, ampliou-se o escopo de análise e a proposta foi compreender em que medida estas organizações estavam conectadas com o universo de parceiros localizados dentro do território do Maciço do Morro da Cruz. Esta análise poderia indicar o nível de articulação das organizações estudadas considerando o ambiente interno do território, segundo apresentado na Figura 19.

Figura 19 - Relações de parcerias entre as dez organizações da sociedade civil pesquisadas no Maciço do Morro da Cruz



Fonte: elaborado pelo autor.

sobre o que é um parceiro, quem seriam seus parceiros ou como a constituição de redes colaborativas podem gerar ganhos para a organização. No método utilizado, foi deixado livre para cada entrevistado citar quem seriam seus parceiros conforme sua compreensão sobre o conceito de “parceria”.

Com a análise da Figura 19 foi possível perceber que entre as dez organizações estudadas há poucas relações de parceria¹². Pelas características da amostra em que as organizações têm competências distintas, é preciso ter cautela nas afirmações e as impressões decorrentes destas análises não podem ser tomadas como verdades absolutas, fatos consumados ou problemas à priori. Da amostra, três atores, A05, A07 e A13, não citaram relações de parceria com nenhuma das outras organizações entrevistadas. As outras sete organizações apresentaram relação em um nível extremamente baixo com apenas uma relação cada¹³. As exceções foram os atores A09 e A12 que apresentaram duas relações, ainda assim baixas frente ao potencial. A interpretação da rede exposta na Figura 19 pode ser feita da seguinte maneira: os atores A05, A07 e A13 não detêm relação com os demais atores investigados. O ator A10 mantém uma única relação com A09, sendo esta relação bidirecional (recíproca). O ator A09, além de ser parceiro de A10, também é parceiro do ator A12. O ator A12 é parceiro de A10 e também do ator A01. O ator A01 mantém uma única parceria com A12. O ator A06 é parceiro de A79, porém não há reciprocidade, ou seja, o ator A79 não citou o ator A06 como parceiro, sendo esta uma relação unidirecional. Já o ator A79 reconhece

¹² O fato dos três projetos que pertencem à mesma organização não citarem como parceiros uns aos outros decorre mais do método utilizado para livre citação de parceiros do que de uma possível atuação não colaborativa.

¹³ Provavelmente, se o estudo tivesse utilizado um método diferente para identificação dos parceiros, apresentando aos entrevistados uma listagem prévia para escolha das instituições parceiros, as redes das organizações investigadas tenderiam a ser maiores, tanto internamente no território do Maciço quanto externo ao território.

como parceiro o ator A04 havendo reciprocidade no reconhecimento desta parceria.

As organizações A1, A5, A6 e A79 realizam o mesmo tipo de trabalho focado no contra turno escolar. Contudo, percebe-se que estas organizações não mantêm parcerias entre si, deixando de aproveitar as vantagens potenciais decorrentes de maiores relações de trocas, já que as quatro oferecem serviços muito semelhantes. Entre estas quatro organizações a única relação de parceria citada foi entre A6 e A79, e mesmo nesse caso trata-se de uma relação unidirecional com apenas uma das organizações citando a outra como parceira. Já no caso de A07 é compreensível que suas inter-relações não estejam articuladas com as outras nove organizações analisadas, pois o perfil do público atendido difere bastante das demais.

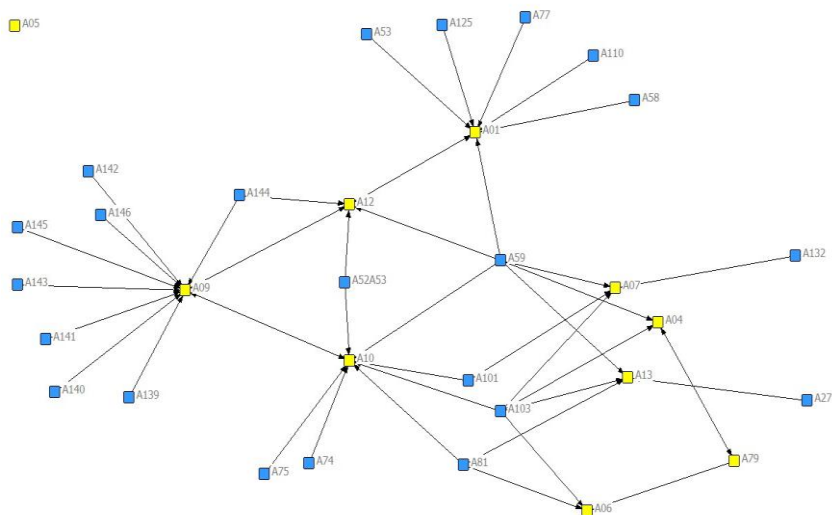
Merece atenção a situação da organização da sociedade civil A13, que tem como competência trabalhar com jovens envolvidos em situação de risco social e criminalidade. Nas regiões estudadas têm-se demanda para a ampliação dos apoios e das atividades desenvolvidas por esta instituição tornando possível que sejam replicadas em diferentes comunidades do Maciço do Morro da Cruz e também da cidade de Florianópolis. Sua atuação é considerada uma inovadora proposta de intervenção à criminalidade, visto que atua na linha da prevenção e do resgate destes jovens, enquanto quase a totalidade das ações desenvolvidas para este perfil de público estão centradas na repressão. Trata-se de uma iniciativa que conta com o apoio estatal sendo reconhecida em diferentes esferas como um projeto de sucesso e impacto social. Neste contexto, identificar que a organização A13 não mantém nenhuma relação com

as demais organizações estudadas merece atenção. Este exemplo reforça a impressão de que falta articulação entre as ações desenvolvidas pelas organizações localizadas no Maciço do Morro da Cruz. Principalmente em relação às poucas oportunidades para jovens com idade acima de 17 anos. Quase todos os projetos têm como público prioritário crianças e jovens com idade até 17 anos, deixando um gargalo para a faixa etária superior.

É importante lembrar que, segundo o Estatuto da Juventude, é considerada jovem toda pessoa com idade entre 15 e 29 anos. Entende-se que este público deveria ser foco de políticas públicas específicas e multidisciplinares, com ações inteligentes e sustentáveis, criando condições para o desenvolvimento pleno dos jovens destas comunidades, tendo em vista que este público é extremamente vulnerável e enfrenta constantemente a sedução do crime e do tráfico.

Enquanto a primeira análise buscou apresentar as inter-relações entre as dez organizações estudadas, esta segunda análise teve seu foco direcionado para mensurar em que medida as organizações investigadas estavam inter-relacionadas com as outras organizações internas do Maciço do Morro da Cruz, conforme apresentado na Figura 20.

Figura 20 - Inter-relações das dez organizações da sociedade civil e dos seus parceiros¹⁴ localizados dentro do território do Maciço do Morro da Cruz



Fonte: elaborado pelo autor.

Do total de dez organizações investigadas, duas (A09 e A10) são representações populares e se configuram como Conselhos de moradores, estando articuladas da seguinte forma: a organização da sociedade civil A09 possui o total de dez vínculos internos ao território (45%), sendo dois pertencentes ao conjunto de organizações investigadas e outros oito pertencentes a outras organizações. A competência de representar os moradores de determinada área reflete no padrão das parcerias firmadas, tendo entre seus

¹⁴ Idem nota de rodapé.

parceiros principalmente igrejas de diferentes credos, unidades de ensino como creches e escolas, e outras representações de moradores da região. O outro Conselho de moradores A10 possui oito parceiros (53%) internos ao território, sendo que um destes faz parte do grupo amostral investigado. Suas parcerias também refletem o caráter representativo desta organização. Percebe-se que os dois Conselhos de moradores estão relativamente bem articulados dentro do território, sendo a maior parte de sua rede de parceiros interna. Isso é natural pela função que este tipo de organização exerce em uma comunidade.

A organização A01 possui sete parceiros internos (16%) sendo um pertencente à amostra de organizações estudadas. A organização A12 possui cinco parceiros internos ao território do Maciço do Morro da Cruz (42%) sendo dois deles pertencentes ao grupo amostral. A organização A07 possui quatro parceiros no território (14%) e nenhum destes faz parte da amostra de dez organizações estudadas. A organização A04 possui três parceiros no território (17%) sendo um deles pertencentes à amostra. A organização A13 possui quatro parceiros no território (18%) e, destes, nenhum faz parte da amostra. A organização A06 possui três parceiros internos (16%), sendo um fazendo parte da amostra estudada. A organização A79 possui apenas um parceiro no território (6%) pertencendo ao conjunto de dez organizações estudadas.

A organização A05 não possui parceiros localizados dentro do território do Maciço do Morro da

Cruz¹⁵. Há a possibilidade de que o gestor entrevistado possa ter deixado de citar algum parceiro localizado no Maciço do Morro da Cruz. Este entendimento pode ser extrapolado para as demais organizações participantes desta pesquisa, havendo casos em que o entrevistado possa ter se esquecido de mencionar algum parceiro. Desta forma, os resultados apresentados têm caráter exploratório e não conclusivo.

Em todas as organizações, percebe-se a oportunidade de expandir o nível de articulação dentro do território. Por exemplo, a organização A01 foi a que apresentou a maior rede com 45 parceiros. Contudo, apenas sete estão localizados dentro do território. Outra observação que chama atenção é a baixa recorrência de parcerias, ou seja, poucos parceiros foram citados por mais de uma organização. Excluindo as dez organizações pesquisadas, foram citados 22 parceiros internos ao território. Destes, apenas seis possuem mais de um vínculo de parceria. Os outros 16 foram citados apenas uma vez como parceiros. Uma possível explicação poderia ser de que se trata de uma rede fragmentada onde tanto as organizações pesquisadas quanto a rede de parceiros internos ao território não expandem seu potencial de interconexão.

Também chama atenção a tímida citação das Universidades na rede de parceiros das organizações investigadas. Não foram citadas a Universidade Federal, Estadual e particulares como parceiras por nenhuma das organizações. Um Instituto Federal foi indicado como

¹⁵ É prudente explicitar que este quadro identificado na organização A05 pode estar subestimado, já que as análises foram construídas a partir do instrumento de coleta de dados e pode ter faltado indicações de parceiros por parte do entrevistado.

parceiro por cinco das organizações. Em um primeiro momento estes dados poderiam representar uma relação de parceria consolidada, entretanto, esta conclusão poderia estar sobrevalorizada. Este Instituto de ensino localiza-se próximo ao Maciço do Morro da Cruz e muitas organizações utilizam sua estrutura física para a prática esportiva. Desta forma, a relação de parceria fica restrita ao uso das quadras poliesportivas e do campo de futebol, ao invés de uma parceria mais efetiva envolvendo outros campos do conhecimento, como poderiam levar a crer em um primeiro momento.

As universidades públicas estão alicerçadas sobre o tripé da educação, pesquisa e extensão. No entanto, analisando especificamente a relação dos parceiros citados pelas dez organizações pesquisadas no território do Morro da Cruz, este tripé parece não estar tão bem alicerçado. O fato dos gestores das organizações sociais entrevistadas não citarem as instituições de ensino superior como parceiras merece ser problematizada com atenção. Mesmo que estes gestores não considerem as instituições universitárias como sendo suas parceiras, dentro das universidades os departamentos de extensão ou relacionamento com a comunidade acreditam que realizam essa troca com as comunidades de maneira efetiva¹⁶.

Historicamente, as comunidades do Maciço do

¹⁶ Se os gestores das organizações atuantes nas comunidades não citaram as instituições de ensino superior como parceiros e estas, por sua vez, acreditam que desenvolvem bons projetos nas comunidades, pode estar havendo situações onde não há responsividade, ou seja, as ações das instituições universitárias podem não corresponder às expectativas e demandas dos beneficiários, neste caso, os moradores da região investigada (DENHARDT, 2012).

Morro da Cruz e as organizações da sociedade civil atuantes na região têm servido como campo de estudo para alunos e professores dos mais variados cursos universitários. Porém, pode haver desequilíbrios frente ao retorno que estes estudos dão para as comunidades e organizações. Em muitos casos, a sensação é a de que os retornos dados pelas pesquisas universitárias estariam aquém da contribuição feita pelas organizações da sociedade civil ou pelos moradores ao campo acadêmico. Nesta conjuntura, a academia poderia contribuir para além da construção de estudos científicos, como por exemplo, criando caminhos que levassem as comunidades para dentro das instituições de ensino¹⁷. Os projetos de extensão universitária poderiam envolver toda a infraestrutura existente na universidade (áreas esportivas, laboratórios, planetários, bibliotecas, centros de saúde, oferta de disciplinas para aluno ouvinte, pré-vestibular, entre outros) e também os

¹⁷ Reconhece-se a existência de iniciativas, a exemplo da Universidade do Estado de Santa Catarina que, através da Escola Superior de Administração e Gestão – ESAG tem estimulado profissionais que atuam em organizações da sociedade civil a participarem das etapas do processo seletivo para o ingresso no mestrado em administração. No entanto, entende-se que esta iniciativa pode ser incipiente diante dos desafios e oportunidades para mitigar as demandas socioeconômicas das comunidades investigadas. A universidade deveria ampliar sua participação e promover o acesso ao potencial de recursos que dispõe – professores, alunos, técnicos, complexos esportivos, laboratórios, bibliotecas, redes de influência, métodos de ensino e muitos outros. Entende-se que é preciso incentivar parcerias em diferentes níveis, capaz de produzir estudos científicos e, sobretudo, materializando-se em projetos e ações que tenham responsividade, ou seja, contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes nestas comunidades.

recursos humanos disponíveis nestes centros (professores, pesquisadores, bolsistas, alunos, etc.). Essa troca poderia contribuir para a formação e melhoria efetiva da vida das pessoas que moram no Maciço do Morro da Cruz e outras regiões com situação de vulnerabilidade social.

Sobre o envolvimento de empresas privadas internas no território, chama atenção o baixo nível de parcerias apresentados pelas empresas de telecomunicação instaladas no alto do Maciço do Morro da Cruz. Apenas duas organizações citaram empresas deste segmento como suas parceiras, sendo que A01 citou duas empresas de comunicação (A110 e A125) e ainda a fundação empresarial (A70) pertencente a uma destas empresas. A organização A05 também citou a fundação empresarial (A70) pertencente a uma dessas empresas de comunicação. Entende-se que as empresas de comunicação possuem considerável capacidade de influenciar a sociedade, haja vista o impacto que suas ações têm sobre a formação da opinião pública. Usufruem de concessões públicas e seus equipamentos de retransmissão estão instalados dentro do território do Maciço, junto ao Parque Natural Municipal do Morro da Cruz. Também utilizam diariamente a estrutura viária que cruza as comunidades. Já que estes atores estão instalados no território do Maciço, propõe-se maior participação destas empresas nos projetos sociais desenvolvidos para a população local.

É preciso destacar positivamente a participação do ator A124, uma empresa multinacional de energia, sendo citado como parceira por quatro das dez organizações pesquisadas. Esta empresa tem destaque

no campo social apoiando um grande número de projetos sociais através de incentivo fiscal, assumindo papel de destaque no financiamento de diferentes organizações e iniciativas de caráter público na cidade de Florianópolis.

A Tabela 20 apresenta o universo de parceiros indicados nas entrevistas realizadas com os gestores das Organizações da Sociedade Civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis – SC. Os parceiros citados foram estratificados segundo sua abrangência de atuação e setor no qual o parceiro está inserido.

Tabela 20 - Segmentação do universo de parceiros das Organizações da Sociedade Civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz

Código da OSC's	Número de Parceiros	O Parceiro atua em qual nível?				Segmentação por setor				
		Local	Regional	Nacional	Internacional	OSC's	Conselhos	Entidades Classe e Institutos Empresariais	Público	Privado
A01	45	29	8	7	1	8	2	5	12	18
A04	18	11	4	3		2	4	3	5	4
A05	20	9	3	8		5	2	4	7	2
A06	19	12	3	4		2	3	2	9	3
A07	29	22	4	3		10	3	2	11	3
A09	22	20	1	1		14	1		6	1
A10	15	12	3			8	2		5	
A12	12	10	2			11			1	
A79	16	11	5			2	2	2	5	5
A13	22	14	7	1		6	1	1	8	6

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que a maior parte dos agentes atua em nível local, seguido de regional e nacional. Analisando a segmentação por setor, os parceiros estão concentrados em Organizações da Sociedade Civil – OSC's, agentes Públicos e Privados. É possível perceber que a composição de parceiros tende a ser influenciada de acordo com a área de atuação das OSC's entrevistadas. Por exemplo, uma organização que atua com o atendimento de crianças no contra turno escolar tem maior probabilidade de manter parcerias com

empresas privadas do que aconteceria com uma organização que seja um Conselho de Moradores. A quantidade e variedade das parcerias que cada organização possui são influenciadas pelas especificidades destas organizações, não devendo ser compreendido como um menor ou maior capacidade de articular parcerias junto à iniciativa privada ou parceiros de outros setores. A segmentação também demonstrou o baixo nível de parceiros internacionais entre as dez organizações entrevistadas. Apenas o Ator 01 (A01) apresentou ocorrência.

As interpretações feitas a partir da estruturação das redes de parceiros servem como indicativo do nível de articulação e parceria envolvendo o conjunto de organizações atuantes no Maciço do Morro da Cruz. Estas análises não podem ser tomadas como absolutas, pois se tratou de uma pesquisa com caráter exploratório onde não foram esgotadas as possibilidades investigativas a cerca dos parceiros das organizações.

3.4 GOVERNANÇA DE REDE E RESPONSABILIDADE

Neste subcapítulo foi trabalhado três conceitos articulados de maneira complementar. Acredita-se que as redes interorganizacionais, a governança e a responsividade têm estreita relação e podem representar elementos de mudança para as organizações e atores envolvidos no contexto do território do Maciço do Morro da Cruz. Para Stoker (1998), governança é o conjunto complexo de instituições e atores, públicos e não públicos, que agem num processo interativo. A gestão e complementariedade do conjunto de ações podem

impactar positivamente no resultado destas iniciativas, elevando os resultados para os beneficiários.

3.4.1 Redes como estratégia de desenvolvimento

A nova administração pública concebe os serviços públicos a partir das reais demandas dos cidadãos sendo sua resolução possível pela constituição de arranjos multiorganizacionais, ou seja, redes que trabalham de forma interdependente na busca pela solução das necessidades dos clientes, neste caso, a população. O poder público deixa de ser central ou exclusivo do Estado, e passa a trabalhar em corresponsabilidade com o mercado e a sociedade civil, dividindo os compromissos e unindo forças para atender às demandas da população de maneira integral (DENHARDT, 2012; OSTROM, 1974). Esta configuração é conhecida como “administração democrática” segundo a qual “deslocaria a atenção de uma preocupação com a organização para os interesses pelas oportunidades que os indivíduos podem perseguir em um ambiente multiorganizacional” (OSTROM, 1974, apud DENHARDT, 2012, p. 132) e pode conferir maior flexibilidade e responsividade.

Dentre os benefícios que as organizações participantes de redes podem obter, se têm a expansão do compartilhamento de informações e acesso à inovação; a possibilidade de demonstrar controle, influência e poder; e o incremento de solidariedade entre os participantes desta rede (VALE, 2007, p. 77).

A compreensão do trabalho em rede como estratégia de desenvolvimento está alinhada à teoria do novo serviço público, que é considerado uma evolução

da chamada nova administração pública, com características democráticas e plurais. Schneider (2005, p. 11), agrupou diferentes estudos empíricos nos EUA e Europa sobre a prática de redes na área de políticas públicas, dando destaque para cinco características distintas destas redes:

1. O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores.
2. Na formulação e implementação de políticas públicas, além de muitos atores públicos, estão envolvidos atores privados de distintos setores sociais e áreas.
3. O próprio conceito de rede se refere a vínculos diretos e indiretos relativamente duradouros, por meio dos quais os atores envolvidos estão integrados na formulação de políticas públicas.
4. Embora muitos atores estejam envolvidos direta e indiretamente na produção de políticas, existe entre eles diferenças de poder e influência.
5. Posições de poder e influência não são determinadas somente através de status político-institucional formal, mas também por meio de vínculos informais (por exemplo, comunicação, intercâmbio de recursos, interação estratégica).

Nas ciências sociais, há três usos possíveis de redes. O primeiro é seu uso como metáfora, talvez o

mais antigo e conhecido, defendendo que os indivíduos e ideias estariam de alguma forma ligados uns aos outros naturalmente. O segundo, o uso da rede no aspecto normativo, mais racional e econômico, como por exemplo, a adoção de compras conjuntas e a complementariedade de competências. O terceiro, o uso na investigação dos padrões de relacionamentos das redes sociais dos indivíduos ou das organizações (MARQUES, 2000).

Marques (2000, p. 53) apresenta uma interessante interpretação sobre o papel das redes sociais na investigação de fenômenos sociais e políticos:

A análise de redes sociais parte do princípio de que inúmeros fenômenos sociais e políticos podem ser analisados à luz de padrões de relação entre indivíduos, grupos e organizações presentes em uma dada esfera da sociedade (e do Estado). Esses padrões constituem redes de diferentes tipos de vínculo em constante transformação que se apresentam para os atores sociais tanto como constrangimento quanto como possibilidade, induzindo o comportamento dos atores e suas estratégias, e informando os seus projetos e visões sobre o setor e a sociedade.

A análise de redes sob a perspectiva das ciências sociais tem entre seus principais autores Mark Granovetter e a concepção do enraizamento (*embeddedness*) com o argumento que “o comportamento e as instituições a serem analisadas encontram-se de tal forma condicionadas por relações sociais existentes que concebê-los como independente é um erro sério” (GRANOVETTER, 1985, p. 481). Não

existe distinção entre relações mercadológicas ou pessoais, as quais se perpassam mutuamente, pois “relações comerciais extravasam em direção à sociabilidade e vice-versa” (1985, p. 63). Quanto mais heterogênea for a rede de relacionamentos que uma pessoa ou organização detiver, maiores serão as oportunidades e informações produzidas por essa rede. Isto se deve pela “força dos laços fracos”, em que relações entre iguais, redes homofílicas, tendem a circular um número reduzido de informações e conseqüentemente oportunidades. A conclusão desta teoria decorre da pesquisa feita por Ganovetter sobre opções de emprego, em que indivíduos tinham acesso às melhores oportunidades através de seus “laços fracos”, ou seja, relacionamentos não muito próximos e heterogêneos, os quais possuíam informações diferentes que possibilitavam acesso às mais variadas oportunidades de trabalho. Nesta concepção, quanto mais diversificada a rede de relacionamentos do indivíduo melhor, pois uma quantidade de informações variadas amplificam as oportunidades (GRANOVETTER 1973; GRANOVETTER, 1985).

Entretanto, o melhor aproveitamento de um indivíduo ou organização em uma rede não decorre apenas da heterogeneidade desta, mas também diz respeito ao seu posicionamento dentro dela. Assim, as redes se configuram em estruturas abertas em que detêm vantagem aquelas pessoas ou organizações que se posicionam como pontes estruturais, atuando na interface entre os diferentes elos da rede. Isto possibilita o acesso a maior quantidade e qualidade de informações no menor tempo possível. Desta forma, têm mais condições de progredir aquelas pessoas ou

organizações que possuem redes mais densas e ligações distantes capazes de proporcionar relações não redundantes (BURT, 1992; 2000). Este conceito de Burt é uma complementariedade aos de Granovetter, uma vez que suas teorias apresentam convergência e rica contribuição para a análise de redes.

Há uma ampla variedade de problemas de ordem pública, privada e social que podem ser mitigados por arranjos em redes inovadoras. A estruturação de interações entre atores públicos e privados formam uma rede de políticas públicas capaz de influenciar na proposição e execução de ações demandadas pela população (ALVES; SANTOS, 2010; SECCHI, 2013). São características destas redes a horizontalidade nas relações e a preocupação na resolução de problemas coletivos de interesse comum. As redes de políticas públicas têm como características a auto-organização e autonomia, a interdependência entre os atores que as compõem, e a liberdade de entrada e de saída de seus membros (RHODES, 1997; KLIJN, 1998; BÖRZEL, 1997; REGONINI, 2005 apud SECCHI, 2013). A Tabela 21 apresenta diferentes dimensões a cerca das redes de políticas públicas.

Tabela 21 - Desenvolvimentos teóricos na área de redes de políticas públicas

Comunidade de políticas públicas (<i>policy communities</i>):
Redes de atores, organizados em torno de uma área de políticas públicas, que se reconhecem reciprocamente e compartilham uma linguagem e sistema de valor. As comunidades de políticas públicas são compostas de atores que compartilham interesses e identidades comuns. Existe maior estabilidade dos atores que as compõem e o ingresso de novos membros não depende apenas da motivação individual, mas também da capacidade do indivíduo de demonstrar traços comuns àquela comunidade. (WRIGHT 1988)
Redes temáticas (<i>issue networks</i>):
Redes de atores que se forma em torno de assuntos específicos (<i>issues</i>), como legalização das drogas, legalização do aborto, promoção da alimentação <i>slow food</i> , movimento dos atingidos por barragens, grupos de defesa da arara-azul. (HECLO, 1978)
Comunidades epistêmicas
Redes de pessoas, em geral ligadas à Academia, que acreditam no método científico de pesquisa e compartilham os mesmos quadros interpretativos, linguagem e modelos causais de dado objeto de estudo. (HASS, 1992):
Redes e mídias sociais:
As redes sociais são estruturas de atores e suas relações influenciam o fluxo de ideias, informação, bens materiais e poder (MARQUES, 2006). As relações entre os atores das redes sociais têm sido potencializadas sobremaneira pelas mídias sociais, plataformas de interação pela internet que se baseiam na construção compartilhada de conteúdos e que permitem a participação interativa dos usuários (KAPLAN, HAENLEI, 2010; JOSEPH, 2012)
Coalisões de defesa
Conjuntos de atores públicos e privados que compartilham padrões normativos e modelos causais e que se engajam na defesa de políticas públicas coerentes com suas crenças básicas. (SABATIER E JENKINS-SMITH, 1999):

Fonte: Elaborado a partir de Secchi (2013).

Percebe-se que um dos principais atrativos para os indivíduos ou organizações que se articulam em rede é o acesso à informação, a qual se desdobra em uma série de vantagens quando comparada à atuação isolada. A capacidade de socializar demandas e conhecimentos no interior de uma rede tem a condição de gerar benefícios diretos para os participantes, além de expandir as possibilidades de atuação do grupo

conectado nesta rede. Quanto mais heterogêneo for a composição da rede, maior será a variedade de pontos de vistas e informações disponíveis para serem trocadas por seus membros, possibilitando arranjos inovadores que dificilmente seriam possíveis sem a união destes diferentes agentes (GRANOVETTER, 1973 – 1985; ALVES; SANTOS, 2010; SECCHI, 2013; MARQUES, 2000; DENHARDT, 2012; VALE, 2007).

3.4.2 Governança em uma rede de políticas públicas

Estruturar um plano de ação integrado que vislumbre o Maciço do Morro da Cruz de maneira macro e articule os atores envolvidos em trabalhos nesta região, configura-se em um desafio e uma oportunidade para a proposição de políticas públicas capazes de mitigar as situações de vulnerabilidade socioeconômica existentes neste território. Heidemann (2009, p.31), exemplifica essa possibilidade definindo que “a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, promover políticas públicas”. Nesta concepção, as organizações sociais ganham destaque na complementaridade daquelas situações em que o Estado não é capaz de atuar de forma eficiente e o mercado não tem disposição de intervir. Esta realidade está presente tanto na atuação de pequenas associações sem fins lucrativos até grandes organizações multinacionais como a ONU, a OMC, a OCDE, tendo muitas destas organizações participações decisivas na promoção de políticas públicas. A sociedade está pulverizada em grupos que detém certa

independência, porém mantendo conexões entre si que extrapolam as fronteiras institucionais, setoriais e regulatórias. Esse contexto não suporta mais os antigos modelos de gestão governamental centrado numa única instância de poder e decisão (GOLDSMITH, EGGERS, 2004; SORENSEN E TORFING, 2006; apud DENHARDT, 2012, p. 268).

Nesta nova configuração, os antigos sistemas de controle governamental do processo da política pública não atendem mais às necessidades. Em vez disso, houve dispersão do poder em diferentes redes (*policy networks*). Na composição da arena política se têm variados atores, como associações representativas, organizações sem fins lucrativos, empresas, cidadãos em geral e também representações do governo. Esta trama resulta em um novo desenho de políticas públicas, onde não é mais possível que apenas um ou poucos representantes governamentais tomem as decisões, evoluindo para uma complexa rede de governança formada por inúmeros atores, cada qual com sua capacidade, interesse e recurso (MARCUSSEN, TORFING, 2003; PROVAN, MILWARD, 2001; MILWARD, PROVAN, 2000; NELISSEN et al., 1999 apud DENHARDT, 2012, p. 269).

No livro *Teorias da Administração Pública* de 2012, Robert B. Denhardt apresenta conceitos, teorias e autores envolvidos em concepções e práticas que perpassam o contexto das políticas públicas. Para este autor, “governança pode ser definida como as tradições, as instituições e os processos que tem a ver com o exercício do poder na sociedade” (DENHARDT, 2012, p. 270). O processo de governança está ligado ao modo como os cidadãos e grupos representativos se

relacionam e orientam suas decisões na formulação das políticas públicas, processo este que engloba múltiplas instituições e representações, formais e informais (INGRAHAM, LYNN, 2004; JONES, SCHEDLER, MUSSARI, 2004; POLLITT, BOUKAERT, 2004 apud DENHARDT, 2012, p. 270).

Existem três formas de governança em rede. A primeira, *governança participante*, caracteriza-se como a forma mais simples em que a rede é autogerida pelos participantes podendo apresentar características extremamente descentralizadas, centralizadas ou governadas por uma organização líder. Já nas *redes governadas por organização líder*, elege-se uma organização para atuar na liderança da rede, pois muitas vezes a governança compartilhada pode redundar em resultados pouco expressivos. A última forma se dá quando os atores da rede decidem criar uma organização exclusivamente para cuidar da gestão desta rede, neste caso chamada de *organização administrativa da rede* (PROVAN E KENIS, 2008).

Para Borzel e Panke (2008, p. 156) a governança em rede pode ser caracterizada como a “formulação e implementação de decisões coletivamente vinculantes pelo envolvimento sistemático de atores privados com os quais os atores públicos coordenam suas preferências e recursos numa base voluntária”. Sorensen e Torfing (2008, p.9) definem uma rede de governança como:

- 1) Uma articulação horizontal relativamente estável de interdependência, mas com atores operacionalmente autônomos;
- 2) Que interagem por meio de negociações;
- 3) Que acontecem dentro de um arcabouço regulatório, normativo, cognitivo e imaginário;
- 4) Que, por sua

vez, são autorreguladores dentro de limites estabelecidos por mecanismos externos; e 5) Contribuem para a produção do propósito público.

Destacam-se quatro diferentes tipos de *redes de gestão pública* para o processo de governança e suas aplicações obedecem a objetivos priorizados pelas partes envolvidas, sendo: i) *redes de informação* são estabelecidas com o intuito de trocar informações sobre demandas comuns, projetos, programas, oportunidades resolutivas e outros conhecimentos que possam interessar aos elementos desta rede; ii) as *redes de desenvolvimento*, oferecem mais do que informações, agregando também serviços que satisfaçam uma gama de necessidades das organizações participantes na rede; iii) *redes de assistência, sem fronteiras* incorporam as duas modalidades anteriores acrescentando programas novos; e iv) as *redes de ação* produzindo serviços e formações direcionadas para público específico (AGRANOFF, 2007). As organizações articuladas em rede devem “identificar em conjunto os pontos que elas têm em comum, como similaridade de missão, compromisso com a população-alvo ou orientação profissional e cultura” (DENHARDT apud THOMSON e PERRY, 2006, p. 27). Thomson e Perry, apresentam cinco dimensões envolvendo a colaboração entre as organizações que constituem uma rede de governança democrática conforme sistematizado na Tabela 22.

Tabela 22 - As cinco dimensões colaborativas numa rede de governança democrática

Dimensão da governança:

O requisito de que as partes devem se reunir para, em conjunto, tomar decisões sobre as regras a governar suas atividades e desenvolver as estruturas de compartilhamento de poder.

Dimensão da administração:

Enfoca as práticas de gestão e requer “clareza de papéis e responsabilidades, capacidade para estabelecer fronteiras, presença de objetivos concretos atingíveis e boa comunicação” (2006, p. 25)

Dimensão de autonomia:

Trata-se do processo de conciliação dos interesses individuais e coletivos, as partes envolvidas numa colaboração ou rede retêm suas próprias identidades e lealdades a suas organizações de origem, mas devem ao mesmo tempo colaborar para o alcance das metas e objetivos coletivos.

Dimensão da mutualidade:

A ideia de que o esforço de colaboração somente terá probabilidade de se manter se todas as partes colherem benefícios desta colaboração seja em termos de interesses distintos ou de interesses compartilhados.

Dimensão de confiança e reciprocidade:

Refere-se a necessidade de se estabelecer condições de confiança mútua entre os parceiros e de construir reciprocidade tanto de curto como de longo prazo, em uma disposição para contribuir supondo-se que os outros também irão contribuir.

Fonte: Adaptado de Denhardt (2012) apud Thomson e Perry, (2006, p. 274-275).

A materialização da governança pública decorre de parcerias público-privadas, da coordenação das diferentes propostas e ações de políticas públicas voltadas para interesse comum, da consolidação de estruturas que garantam a participação dos atores tanto na compreensão do que está envolvido quanto na apresentação de propostas e na sistematização de procedimentos capazes de mensurar os resultados das políticas públicas no atendimento às demandas dos envolvidos. A coalisão e o apoio das organizações da

sociedade civil têm maior legitimidade à medida que estão próximas dos cidadãos, detêm flexibilidade de ação e articulação com diferentes atores. Além de terem melhor compreensão das demandas e possibilidades de arranjos institucionais a fim de suprir estas demandas. Desta forma, “o ideal democrático da governança pública é o aumento da legitimidade das ações governamentais, maior *accountability* e substituição de preferências pela construção conjunta destas” (SECCHI, 2012, p. 116-117).

A governança pública local se apresenta como “uma forma autônoma (*self-organizing*) de coordenação e cooperação, por meio de redes interorganizacionais, que podem ser formadas por representantes de organizações políticas e administrativas, associação, empresas, e sociedades civis, com ou sem a participação estatal” (JANN, 2006, p. 449). Para que estas redes de políticas públicas locais possam conquistar resultados positivos é preciso observar algumas características:

- i) As concepções de governança pública são pautadas por um enfoque pluralista.
- ii) As alianças e redes sociais podem ser entendidas como um novo modelo político que se situa entre os extremos da regulação político-administrativa autônoma e da auto regulação pura do mercado.
- iii) Nessas estruturas de governança pública, as relações de trabalho repousam sobre consenso e cooperação. As alianças locais e as redes sociais devem ser entendidas como um negócio de troca, reciprocidade.
- iv) O acordo é um dos principais pressupostos para uma cooperação entre aliados.
- v) As alianças precisam de

condução ou coordenação. Trabalhar de forma permanente o processo de discussão, comunicação e troca entre os atores. vi) As relações de cooperação estão sujeitas a um controle do bom desempenho, isto é, a uma avaliação. (KISSLER-HEIDEMANN, 2006, p. 492):

A governança de uma rede de políticas públicas articulando os atores de determinado território representa uma inovação e também um possível caminho propositivo para as experiências desenvolvidas no Maciço do Morro da Cruz. A governança territorial trata do processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais, numa ótica inovadora, partilhada e colaborativa, caracterizado por relações voluntárias e não hierárquicas de associação entre atores públicos, semi-públicos e privados (FERRÃO, 2010). Reforçando as observações já expostas neste trabalho, orienta-se a canalizar os recursos dos agentes e, respeitando suas competências, garantir a oferta de soluções variadas e complementares para atacar as fragilidades sociais deste território.

3.4.3 Responsividade

O conceito de *responsividade*, derivada de dois termos latinos *re + spondere*, algo como “prometer em retorno, em resposta; corresponder”. Heidemann (2009, p.303-304) sustenta que a palavra *responsividade* é a que mais se aproxima de *accountability*, derivada de “*ad + computare*, significando contar para, prestar contas a, dar satisfação a, corresponder à expectativa de”. Percebe-se um substancial deslocamento de percepção, com a política pública deixando de ser concebida pela

ótica do proponente para assumir a do beneficiário. Em Denhardt (2012, p.168), encontram-se duas situações que foram apresentadas originalmente por Francis E. Rourke (1969) e que ajudam na compreensão do processo de formulação de políticas públicas:

1) a responsividade, ou até que ponto o sistema “assegura que as decisões dos burocratas correspondam às preferências da comunidade ou dos ocupantes dos cargos que presumem falar em nome do público”, e 2) a eficácia, ou até que ponto as políticas favorecem decisões que “têm mais probabilidade do que outras propostas de fazer acontecer os resultados [...] desejados”. É importante observar que os dois interesses muitas vezes entram em conflito um com o outro, e nenhum deles pode ser tratado de forma isolada.

Entende-se que o princípio da responsividade tem correlação com o acesso à informação e à comunicação. A informação já foi destacada como elemento central na constituição de redes interorganizacionais e na consolidação da governança das políticas públicas. Desta forma, quanto mais informados forem os atores de uma determinada localidade, maiores serão suas capacidades de contribuir e lutar para que as políticas públicas concebidas e executadas tenham elevado grau de responsividade. Em Denhardt (2012, p. 170), há uma apresentação das formas de participação universal do cidadão segundo a ótica de Redford (1969):

Entre elas estão: (1) o acesso à informação, com base em educação, governo transparente, comunicação livre e debate franco; (2) o acesso direto ou

indireto a fóruns de discussão; (3) a capacidade de se abrir em qualquer questão ao debate público; (4) a capacidade de expor suas reivindicações, sem receio de retaliação coercitiva; e (5) a consideração de todas as demandas externadas.

Sendo pelo controle externo qualificado pelo acesso às informações ou então pela melhor seleção daquelas pessoas envolvidas nas organizações de caráter público, a responsividade precisa estar presente em todas as teorias modernas de organização pública. Deve também considerar a subjetividade dos anseios que não são expostos pelos cidadãos e ainda, estimular a cooperação entre os agentes para que identifiquem suas demandas podendo apresentá-las e cobrando resoluções (DENHARDT, 2012). A importância da informação nas políticas públicas com viés social encontra eco nos estudos de Marcelo Neri, atual Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada - IPEA. Para o autor, “se fôssemos sintetizar os principais elementos hoje perseguidos nos projetos de inovações das intervenções sociais – ou seja, o que é “in” em políticas sociais - poderíamos concluir que são: incentivos, informação e infância. (NERI, 2007 p. 72 apud OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, pode-se concluir que estruturar um sistema de governança e informação na rede de organizações atuantes no Maciço do Morro da Cruz poderá incrementar a responsividade destas organizações frente aos desafios encontrados no território. Compreende-se que a responsividade seja oposta ao conceito de assimetria de informações, sendo que o nível de oportunidades que os atores e os

territórios estão submetidos tem estreita ligação ao acesso simplificado da informação por suas organizações e moradores. O acesso à informação tende a levar o agente a tomar melhores decisões, podendo guiar estratégias e ações conforme seus entendimentos, mas também considerando o comportamento dos demais agentes.

4 ANÁLISE, PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista a vulnerabilidade social existente no Maciço do Morro da Cruz e a insuficiente comunicação entre as organizações da sociedade civil atuantes nesse território, a sugestão de intervenção apresentada se propõe em superar a assimetria de informação, prestando informações de forma a mais completa possível, mas por meio de linguagem simples e direta, assegurando-se que as organizações e a população entenderam a importância e particularidades da questão.

Materializa-se na proposta de *“Estruturar uma rede de informação com foco no território do Maciço do Morro da Cruz”*. A socialização de informações de interesse público e também as expertises das organizações serão possíveis através de dois canais inter-relacionados: 1) Troca de informações e competências entre as organizações atuantes no território; 2) Fomento da cultura de participação cidadã nos moradores a partir do acesso a informações de interesse individual e coletivo.

A intervenção sugerida tem amparo na experiência do autor em trabalhos sociais, inclusive na região do Maciço do Morro da Cruz. Nesta região é possível perceber situações recorrentes que ofuscam o potencial de sucesso dos projetos sociais e educativos desenvolvidos, como por exemplo: i) os profissionais que trabalham nas organizações sociais têm inúmeras funções a executar, mantendo a atenção em suas tarefas cotidianas (micro) e acabam não tendo tempo ou condições apropriadas para problematizar sua atuação

de maneira mais estratégica (macro), articulada em rede com outras organizações do território; ii) há recorrentes casos de assimetria de informações, ou seja, por mais que a informação ou oportunidade esteja disponível, as organizações e indivíduos têm acesso em níveis diferentes. Muitas vezes, estas informações e oportunidades não chegam ao público interessado, sejam as organizações ou as pessoas beneficiárias; e iii) o poder público, em muitos casos, parece não ter o domínio sobre as ações que suas diferentes frentes de trabalho e Secretarias desenvolvem no território do Maciço do Morro da Cruz. A impressão é que não há articulação ou plano estratégico sobre o território, cada órgão executa suas ações restritos a suas competências, sem que haja um planejamento maior pensando na complementariedade destas ações.

Pode ser interessante questionar “Por que não há uma convergência ou complementariedade nas propostas de ações para o Maciço do Morro da Cruz? Parece algo óbvio, mas rotineiramente aparecem gestores com boas intenções que na prática acabam “reinventando a roda”, ao proporem intervenções sem articulação com as ações já em andamento, sem estar alinhado com o interesse dos moradores e sem qualquer pensamento considerando o território de maneira macro.

O autor realizou uma entrevista semiestruturada com o respeitado líder comunitário Padre Vilson Groh, apresentando algumas situações que considera importante para as organizações da sociedade civil atuantes no Maciço do Morro da Cruz. Também discorreu-se a respeito de algumas percepções sobre a experiência do Fórum do Maciço. Esta entrevista teve como propósito levantar elementos para compreender

duas questões: a) Qual a percepção que o Pe. Vilson Groh tem sobre a experiência do Fórum do Maciço¹⁸. Aprendizados e conquistas considerados importantes por uma das principais lideranças envolvidas na experiência do Fórum. Entendeu-se que suas vivências poderiam ser utilizadas para balizar novas propostas de intervenção nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz; e b) Pela experiência do Pe. Vilson Groh, como ele compreendia o acesso a informações de interesse social como contribuição para as organizações e moradores das comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

Apresentam-se trechos da entrevista semiestruturada realizada com esta respeitada liderança. Algumas das impressões apresentadas na entrevista reforçaram as propostas de intervenções apresentadas neste trabalho:

(Willian Narzetti) No caso do Instituto Vilson Groh, já existiam sinergias entre as organizações e uma liderança presente do Pe. Vilson que articulava e amarrava tudo isso. A Rede IVG constitui-se numa rede de desenvolvimento (na visão de Denhardt). Para o Maciço estou propondo algo mais estruturante, materializado no primeiro momento por uma Rede de informações.

(Padre Vilson Groh) A rede de comunicação poderia levantar o que tem de dados institucionais nos morros de formas organizativas e, a partir daí, como

¹⁸ As percepções decorrentes da entrevista com o Padre Vilson Groh sobre a experiência do Fórum do Maciço do Morro da Cruz estão detalhadas no Subcapítulo 2.3 (página 23).

se poderia construir um meio de troca de informações entre estas organizações e grupos que pudesse facilitar o processo de comunicação para um caminho do desenvolvimento. Por exemplo, no caso da organização X, talvez em um conjunto pra dentro (do território) ela seja isolada, pra fora ela pode até ter alguns parceiros. Pensar isso um pouco como uma crítica às organizações, mesmo nas nossas da Rede IVG podemos ampliar o nível de parceria dentro dos territórios.

Acho que uma rede de comunicação sobre o que existe, colocando essa rede para fomentar o trabalho interno no Maciço é fundamental para fortalecer uma cultura de cidadania, gerar subsídios para os processos de participação. Ainda está muito aquém de uma participação efetiva.

(Willian Narzetti) Tenho discutido com a diretoria de uma Associação de Moradores do Maciço do Morro da Cruz sobre a iniciativa do Orçamento no Bairro ¹⁹ desenvolvido pela Prefeitura. Em um primeiro momento parece algo interessante, mas é uma proposta que requer muita atenção, pois a Prefeitura estimula o cidadão a votar nas obras prioritárias para seu bairro, mas ao mesmo tempo não fornece uma lista daquelas obras que já estão em andamento ou que já foram licitadas ou ainda que já contem com recursos alocados da Prefeitura e de outras fontes. Na prática, as pessoas

¹⁹ Programa desenvolvido pela Prefeitura de Florianópolis onde os moradores podem votar nas obras prioritárias para algumas regiões da cidade.

acabam pedindo por obras que muitas vezes já estavam garantidas. Exemplo, na comunidade do Monte Serrat os moradores queriam melhorar o asfalto das ruas de acesso e isso já estava contemplado nas obras do PAC, independente do programa Orçamento do Bairro. Neste caso, identifica-se claramente uma situação de “assimetria de informações”. Esse baixo nível de informação diminui a capacidade de entendimento, articulação e pressão por parte dos cidadãos. Faltam informações de qualidade, de fácil compreensão e no tempo certo. Estes requisitos são indispensáveis para articular as diferentes frentes de ações em execução ou planejadas para as comunidades do Maciço.

(Padre Vilson Groh) A informação poderia ser no interno (território) do Maciço e na relação com a gestão pública (externo) pra entender como funciona a gestão pública. Acho que uma coisa não exclui a outra, pelo contrário, se complementam na medida em que se têm espaços para trocar informação e criar este tipo de rede. Acho que deveríamos pensar como é que a gente cria uma rede usando a tecnologia da informação.

(Willian Narzetti) Você acha que o Instituto (IVG) poderia ajudar? Não acredito em assumirmos sozinhos, mas articularmos com os interessados e puxar a discussão, pois percebo que as iniciativas (redes) acabam sendo criadas, mas se não há uma organização que ajude na governança acaba que as boas iniciativas se perdem.

(Padre Vilson Groh) As iniciativas se perdem pela fragilidade de não ter instrumento, precisa ajudar na governança desta rede. Willian, acho que teu trabalho pode apontar para o Maciço tendo o Instituto (IVG) como possibilidade de fomentar a governança deste trabalho em Rede.

(Willian Narzetti) Reconhecendo o trabalho das organizações.

(Padre Vilson Groh) Reconhecendo e fortalecendo esse processo. Acho que poderia pensar a rede como plano de desenvolvimento: geração de trabalho e renda, turismo, meio ambiente, cultura, esporte. O morro tem potencial para se auto desenvolver e cada vez mais superar os problemas de empobrecimento. Criar as condições de abrir alternativa para jovens ou adultos desempregados frente a realidade do narcotráfico. Em relação ao próprio desemprego ou em relação a segregação à própria (Avenida) Mauro Ramos.

(Willian Narzetti) Vilson, este mapeamento que tenho feito demonstra que têm inúmeras iniciativas para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, mas à partir dos 15 anos são poucas as perspectivas.

(Padre Vilson Groh) A partir dos 15 anos é onde está o gargalo. Exceto poucas iniciativas, a exemplo do Procurando Caminho e do Programa Aprendiz, não têm quase ações nesta faixa.

(Willian Narzetti) Têm-se diferentes organizações atuando, mas quando se

agrupa e analisa de maneira sistêmica o trabalho, consegue-se identificar gargalos no trabalho socioeducativo. Faltam opções frente às demandas. A partir da identificação destes gargalos se propõe pensar em arranjos complementares entre as instituições de modo a planejar ações conjuntas que supram as necessidades sociais dos moradores do Maciço.

(Padre Vilson Groh) Acho que se no teu trabalho conseguirmos trabalhar dados concretos: o que temos de 6 a 15 anos, o que temos de 15 a 24 anos, qual o percentual? Pode-se mostrar que onde tem projetos sociais desenvolvidos tem diminuição da criminalidade. A questão é como criar uma rede a partir desse processo.

(Willian Narzetti) Estou propondo na dissertação que comecemos pela informação, proporcionando a todas as organizações que atuam no Maciço e também aos moradores o acesso a informações. Uma coisa que escutamos bastante é o porquê dos cursos que desenvolvemos pelo Instituto e organizações da Rede IVG estão cheios e porque aqueles do poder público não atingem o número mínimo de inscritos, “mesmo divulgando através de cartazes”. Coloco sempre que o cartaz em si não comunica e que é necessário criar vínculos na relação com a comunidade.

(Padre Vilson Groh) O presidente de um Conselho Comunitário da região e eu estávamos conversando porque não criamos uma rede de caixa de som nos postes dos morros, tipo rádio comunitária.

(Willian Narzetti) Uma das propostas que pretendo estruturar é a criação de murais de informação digital, trazendo informação pra dentro da comunidade. Serão dois tipos de informações: 1) informações mais profundas envolvendo a participação cidadã nas decisões sobre a cidade. Por exemplo: orçamento municipal, plano diretor, plano de metas, índices de qualidade da educação por escolas etc. 2) informações para o uso cotidiano, facilitando a vida dos moradores e gerando oportunidades concretas.

(Padre Vilson Groh) Acho que esse devia ser um projeto vendido pra Prefeitura, que a gestão pública assuma estes investimentos e que o Instituto (IVG) ajude nessa governança. Considero essa proposta fundamental, acho que sua contribuição deve ir por aí. O morro está para o centro como o centro está para o morro, e precisamos romper o processo de “apartheid”. Se você conseguir trabalhar bem esse processo devemos propor uma publicação porque senão nossas experiências acabam sendo apropriadas por outras organizações.

(Willian Narzetti) Um dado importante sobre a renda do conjunto de territórios analisados, a soma da renda dos 17 setores investigados atinge cerca de R\$ 12 milhões/mês e R\$ 153 milhões/ano. Esse dinheiro é investido no comércio da cidade. É gasto nos mercados, padarias, lojas de roupa, farmácias, móveis e eletrodomésticos, materiais de construção. Esse dinheiro é ganho pelas famílias “daqui de cima” (Maciço do Morro da Cruz) e é gasto “ali em baixo” no comércio da

cidade.

(Padre Vilson Groh) Acho que outra lógica é pensar se nós produzimos riqueza, como essa riqueza poderia se constituir internamente como espaço de desenvolvimento. Exemplo, o dinheiro poderia circular no próprio território, comprar nos mercadinhos do morro, roupas das costureiras do morro... Podendo até chegar a uma moeda própria. É muito dinheiro, aí se constitui como se os morros não fossem produtores de riqueza. Você pegou estes dados do IBGE?

(Willian Narzetti) Sim

A entrevista com o Pe. Vilson Groh reforçou as impressões que orientavam as propostas apresentadas pelo autor. Há necessidade de fomentar ações estruturantes que criem condições de materializar processos de parcerias e inter-relações internas e externas ao Maciço. Como ponto de partida, propõe-se que a informação aja como o catalizador para aproximar as organizações e os moradores em prol de uma cultura de cidadania participativa e responsiva. O escopo destas informações estaria atrelado aos interesses diretos, indiretos, individuais e coletivos daqueles atores – organizações, moradores, poder público, academia, iniciativa privada, outros - envolvidos com o território do Maciço do Morro da Cruz.

A especificação final das informações pertinentes para o território deverá ser elaborada a partir do envolvimento de diferentes atores em torno da estruturação da *Rede de Informações com foco no território do Maciço*.

Dentro da experiência do pesquisador, estas

informações poderão ser agrupadas por eixos, como por exemplo: território, interesse público, infraestrutura, transporte, educação, saúde, cultura & esporte, mercado de trabalho e agenda. Em cada um destes eixos recomenda-se formar uma equipe de apoiadores com diferentes visões e experiências que poderão ajudar no levantamento das informações e construção de conhecimentos em cada um dos eixos sugeridos. Esta equipe poderá constituir-se em um modelo de curadoria, formada não apenas por especialistas externos à comunidade, mas também pelos representantes das organizações que ali atuam além de incluir moradores que poderão contribuir com seus saberes e experiências.

Informações do território possibilitarão o entendimento por parte dos atores envolvidos na localidade, como os moradores, as organizações da sociedade civil e o poder público, sobre o Maciço do Morro da Cruz e suas peculiaridades. Neste contexto, disponibilizar dados brutos e também análises estruturadas do contexto socioeconômico do território a partir dos setores censitários do IBGE pode representar uma considerável inovação para disseminar informações relevantes do Maciço do Morro da Cruz. A partir destas informações, apresentadas de forma detalhada e transparente será possível contribuir no direcionamento eficaz de ações. Um exemplo prático seria em um projeto para o público jovem da comunidade os propositores terem acesso a informações precisas sobre a quantidade e características deste público, tais como renda, escolaridade, raça, condições da moradia e do entorno, histórico de cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros dados. Como resultado do entendimento desta realidade, possivelmente as ações

propostas estariam mais alinhadas às necessidades do local.

Para entendimento do território, a apresentação de mapas da localidade possibilitará o reconhecimento geográfico da área, assim como a divulgação de locais importantes na região, como pontos turísticos, pontos de comércio, ruas, vielas, becos, entre outros. O mapeamento das organizações locais bem como a divulgação de suas ações e competências poderá ampliar o conhecimento por parte dos interessados em participar das iniciativas existentes nas comunidades do Maciço e também fomentar o trabalho conjunto, a troca de conhecimentos e a complementariedade de recursos. Também deixará mais explícito quais os gargalos e demandas que não estão sendo atendidas pelas organizações, sejam elas da sociedade civil ou do poder público.

Outra possibilidade para a disseminação de informação é a sistematização e divulgação de dados construídos a partir de trabalhos acadêmicos e técnicos sobre a região do Maciço do Morro da Cruz permitindo catalogar um banco de dados dos diferentes conhecimentos já produzidos em relação ao território. Este referencial teórico poderá ajudar a aproximar as publicações científicas do seu objeto de estudo, permitindo uma interface entre a cientificidade da academia e as demandas concretas das comunidades em questão.

Atualmente, é obrigatório ao poder público disponibilizar informações de forma transparente. Entretanto, ainda existe um desconhecimento da população em geral, incluindo parte dos moradores das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, sobre a

possibilidade de acesso a esses dados. Frente a esta realidade, interpretar e tratar dados apresentando este conteúdo de modo a possibilitar o fácil entendimento e apropriação, representa algo inovador para os atores envolvidos na realidade deste estudo. Desta forma, vislumbra-se fomentar uma cultura de participação cidadã e também o interesse no acompanhamento e fiscalização dos gestores públicos, inspecionando o cumprimento de seus deveres e promessas. Poderá ser simplificado o acesso às informações garantidas pela Lei da Informação (Lei 12.527) tais como o plano plurianual, o orçamento municipal, o Plano de Metas da Prefeitura, as matérias em votação na Câmara, os projetos de Lei e Emendas propostos pelos Vereadores, entre outros. Será possível também acompanhar como cada vereador tem votado nas sessões da Câmara. A partir de informações concretas, acredita-se que a apropriação destes conhecimentos tenderá a gerar impacto positivo na participação e poder dos cidadãos.

Percebe-se também a falta de um pensamento estratégico sobre a complementariedade de ações do poder público a respeito do território de maneira integrada. As organizações da sociedade civil e os agentes públicos não concebem um conjunto de intervenções planejadas e articuladas para o Morro da Cruz, tendo cada órgão público planos e ações distintas para o território sem que estas ações estejam concatenadas para a realidade local. Como já indicado em outro momento, há situações onde o gestor público convoca as representações comunitárias para apresentar uma proposta e acaba sendo informado, durante a reunião, que uma ação muito semelhante já está em execução no local pela sociedade civil ou por

outra autarquia do poder público. Frente a este contexto, existe a necessidade de construir canais de diálogo onde as novas proposições juntamente com as ações já em andamento possam se comunicar e convergir na busca pelos melhores resultados para os beneficiários e a comunidade.

Desta forma, o levantamento das ações desenvolvidas pelo poder público no território, bem como a divulgação dos responsáveis pelos projetos, como por exemplo, a Prefeitura e suas diferentes Secretarias e gestores, o Governo do Estado, o Governo Federal, as Agências multilaterais, entre outros, além de permitir o entendimento mais claro de suas ações para os moradores da comunidade, poderá facilitar a elaboração de novas propostas para a região.

Além daquelas informações produzidas externamente e divulgadas para as comunidades do Maciço do Morro da Cruz, também haverá canais de identificação e socialização das demandas internas, levantadas pelas associações dos moradores e outras representações. Poderão ser disponibilizadas para que os atores interessados tenham acesso às necessidades, reivindicações e ações propostas pelos próprios moradores do território. Essa convergência de informações internas e externas poderá ampliar o reconhecimento sobre a riqueza dos diferentes saberes existentes entre os próprios moradores a respeito das demandas e das possíveis soluções daquilo que é melhor para suas vidas e para a comunidade.

Sob o ponto de vista da infraestrutura do Maciço do Morro da Cruz, a divulgação das obras realizadas, em execução, licitadas e em fase de projeto, permitirá o acompanhamento por parte da comunidade sobre as

benfeitorias que estão sendo planejadas e executadas no território. Também trará informações que permitirão a reivindicação de novas obras, o cumprimento dos prazos das construções em andamento e a qualidade final conforme o escopo licitado.

Informações cotidianas como o cronograma de coleta seletiva de lixo, coleta de entulhos, mutirão de limpeza das áreas de risco, entre outras, também permitem a propagação de informações relevantes para os moradores das comunidades estudadas.

Outras informações relevantes para serem divulgadas são os dados sobre o transporte público, como horários de ônibus da região metropolitana e suas tarifas e o transporte privado, como pontos de taxi e moto-taxi. Será possível no futuro o aperfeiçoamento do controle sobre o transporte público a partir de tecnologias de localização georreferenciada, a exemplo do Google Transit, em que será possível ao morador controlar em tempo real o deslocamento dos ônibus da sua localidade.

Em se tratando de educação, acredita-se ser importante a divulgação de contatos das escolas, creches e projetos de contra turno escolar, assim como as datas de matrículas, reuniões de pais e responsáveis, eventos das instituições, entre outros assuntos de interesse da comunidade. Tem-se a oportunidade também de difundir os índices de desenvolvimento educacional permitindo aos atores envolvidos a visualização da qualidade de ensino das instituições que atendem a região. Do mesmo modo, podem-se disponibilizar informações sobre cursos técnicos, especializações, pré-vestibulares, entre outras oportunidades de ensino gratuito ou disponibilizado

através de incentivo de bolsas de estudos. Estes conteúdos poderão ser mapeados junto às escolas, universidades, centros de profissionalização, organizações da sociedade civil e ministério da educação.

Visando aproximar o acesso às informações na área da saúde, tem-se como primordial divulgar as unidades básicas de saúde que atendem a região do Maciço do Morro da Cruz, assim como as agendas de atendimentos e escalas médicas para haver um planejamento por parte dos moradores sobre a assistência médica local. Também se faz importante a propagação de campanhas de vacinação, de prevenção de doenças e de conscientização. O objetivo será possibilitar o esclarecimento das pessoas destas regiões socialmente vulneráveis sobre as ações do governo e das organizações da sociedade civil referente à área da saúde. Especificamente neste contexto, se mostra importante uma parceria junto aos agentes de saúde locais, visto que estes profissionais municipais da área da saúde estão envolvidos no dia-a-dia dos moradores destas comunidades e possuem privilegiado conhecimento sobre as necessidades de cada família da localidade, podendo contribuir positivamente no levantamento de novas demandas e necessidades de acesso a informações sobre este e outros temas.

Nas áreas da cultura e esporte, a difusão de eventos e atividades culturais ligados ao teatro, música, dança, entre outros, e esportivos como capoeira, futebol, artes marciais etc., terão visibilidade aumentando a adesão dos moradores interessados nestes acontecimentos. Essas atividades divulgadas poderão também potencializar o uso dos espaços públicos das

comunidades, a exemplo do Parque do Maciço, para atividades de entretenimento e lazer. Atividades recreativas pode ser a porta de entrada para o envolvimento das pessoas possibilitando, em um segundo momento, a inserção em outros eixos importantes, como por exemplo, o retorno à educação e o acesso ao mercado de trabalho.

Com o objetivo de apresentar informações sobre o mercado de trabalho, pode-se disponibilizar a relação de vagas de trabalho ofertadas por diferentes canais de intermediação, como o SINE - Sistema Nacional de Emprego, os classificados de jornais e as agências de emprego.

Para uma convergência de todas as informações e acontecimentos que envolvem os dados disponibilizados, a disponibilidade de uma agenda com as datas das ações em andamento que dizem respeito ao território estudado, permitirão uma melhor divulgação, acompanhamento e controle dos assuntos em pauta nesta rede de informações.

Na Tabela 22 é possível identificar os principais eixos da rede de informação proposta para o Maciço do Morro da Cruz.

Tabela 23 - Eixos da rede de informação do Maciço do Morro da Cruz (continua)

Eixos	Abrangência
Território	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar o contexto socioeconômico a partir dos setores censitários do IBGE; - Divulgar mapas da localidade com pontos de referências. - Levantar as organizações do território, área de abrangência e competências; - Criar banco de dados com os estudos acadêmicos e técnicos sobre o território; - Levantar demandas das associações de moradores;
Interesse público	<ul style="list-style-type: none"> - Simplificar o acesso às informações garantidas pela Lei da Informação (Lei 12.527). Como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> - Plano plurianual; - Orçamento municipal; - Matérias em votação na câmara; - Projetos de Lei e Emendas dos vereadores; - Plano de metas da Prefeitura; - Como cada vereador está votando nas sessões; - Levantar as ações desenvolvidas pelo poder público com impacto no território: <ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura e suas diferentes Secretarias; - Governo do Estado; - Governo Federal; - Agências multilaterais. - Socializar as agendas, atas e decisões dos Conselhos e Fóruns.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as obras do Maciço do Morro da Cruz: realizadas, em execução, licitadas, em fase de projeto, valores envolvidos, escopo aprovado; - Divulgar horários de coleta seletiva de lixo.
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar dados de transporte público:

	<p>Horário de ônibus e tarifas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Divulgar dados de transporte privado: <p>Contatos de centrais de taxi e moto-taxi.</p>
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar informações sobre cursos técnicos, especializações, pré-vestibulares, entre outras oportunidades de ensino pago, gratuito ou disponibilizado através de incentivo de bolsas de estudos; - Acompanhar os índices de aproveitamento das escolas que atendem os moradores; - Disponibilizar contatos e dados sobre escolas, creches e projetos de contra turno escolar.
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar as unidades básicas de saúde que atendem a região do Maciço do Morro da Cruz; - Divulgar as agendas de atendimentos e escalas médicas; - Propagar campanhas de vacinação, de prevenção de doenças e de conscientização.
Cultura & esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar atividades e eventos culturais, tais como teatro, dança, música, etc. - Divulgar atividades e eventos esportivos, tais como capoeira, futebol, surfe, etc.
Mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar as vagas de trabalho ofertadas pelo SINE, classificados de jornais, agências de emprego, etc.
Agenda	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar agenda agregando todas as ações da Rede de Informação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo como base os eixos de atuação levantados, a proposta de *“Estruturar uma rede de informação com foco no território do Maciço do Morro da Cruz”* poderá ser articulada pela organização da sociedade civil

Instituto Vilson Groh, contando com a participação e apoio de diferentes atores dos setores público, privado e não governamental. Entende-se que esta ação não deveria ser assumida pelos gestores públicos pelo risco de não continuidade decorrente da dinâmica dos ciclos políticos. Agranoff (2007) apresenta as *redes de gestão pública* destacando que estas tomam diferentes configurações a depender de seus objetivos. Neste caso, a proposta está alinhada a um destes exemplos apresentado pelo autor, sendo esta rede configurada como uma *rede de informação*. Nesta configuração, sua finalidade é a troca de informações sobre as políticas, os programas e potenciais soluções para situações comuns aos integrantes da rede.

A ideia apresentada foi analisada usando a técnica da Matriz SWAT tendo como foco a “*Estruturação de uma rede de informação com foco no território do Maciço do Morro da Cruz*” tendo o Instituto Vilson Groh - IVG como articulador, conforme Tabela 24:

Tabela 24 - Matriz SWAT para a rede de informação com foco no Maciço do Morro da Cruz tendo o Instituto Vilson Groh como articulador

Interna (organização)	<p><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecido pelo trabalho social desenvolvido - Boa articulação com diferentes atores - Experiência com trabalhos em rede - Missão alinhada à proposta 	<p><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de buscar parceiros para desenvolver o projeto - Pouca experiência em “dados abertos” - Inexistência de recursos financeiros para o projeto
Externa (ambiente)	<p><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei de acesso à informação - Tendência de cultura da informação - Valorizar o trabalho em rede - Popularizar e simplificar os “dados abertos” 	<p><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Influência política na rede - Burocratizar o acesso às informações - Desvirtuar escopo: informações inúteis - Fidedignidade das informações - Uso da rede para fins não informacionais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além dos benefícios para as organizações e moradores do Maciço do Morro da Cruz, esta proposta apresenta capacidades de fortalecer o Curso de Mestrado em Administração da ESAG à medida que abre campo de estudo contínuo e atividades de extensão para professores e alunos, além de estágios acadêmicos. Trata-se de uma iniciativa que cria condições para a materialização de diferentes linhas teóricas estudadas no Mestrado possibilitando uma conexão entre a ciência e as experiências práticas, algo extremamente valioso para os diferentes públicos envolvidos: moradores das comunidades, organizações da sociedade civil, gestores

públicos, empresas privadas e comunidade acadêmica.

A proposta não se limita na criação de uma rede de informações para as organizações atuantes no Maciço do Morro da Cruz e sim para toda a sociedade em geral. Parte-se do entendimento de que a informação gera poder e que, quanto mais informada for a população, maior será sua capacidade e interesse em participar das decisões públicas. Desta forma, propõe a aproximação da *Rede de informações sobre o Maciço do Morro da Cruz* com os moradores deste território, uma vez que se entende a necessidade das informações serem acessadas diretamente pelos moradores, não necessitando de intermediários, sejam eles externos ou internos na comunidade.

Assim, um desdobramento da *Rede de informações sobre o Maciço do Morro da Cruz* serão os *Pontos de conexão*, em que a informação poderá ser acessada pelos moradores do Maciço de maneira simples. Estes pontos possuirão material digital composto por um painel com tela *touch screen* onde estarão disponíveis informações relevantes para os moradores. Propõe-se uma navegação amigável, com as informações agregadas por assuntos pré-determinados orientados pelos eixos expostos anteriormente. O uso conjunto de ícones, infográficos e outros recursos de fácil entendimento serão sempre privilegiados frente aos textos tornando a navegação intuitiva e os conteúdos atraentes e de fácil compreensão. Estes murais digitais estarão localizados em pontos estratégicos nas comunidades e serão alimentados com informações importantes no cotidiano de cada comunidade pela *Rede de informações sobre o Maciço do Morro da Cruz*.

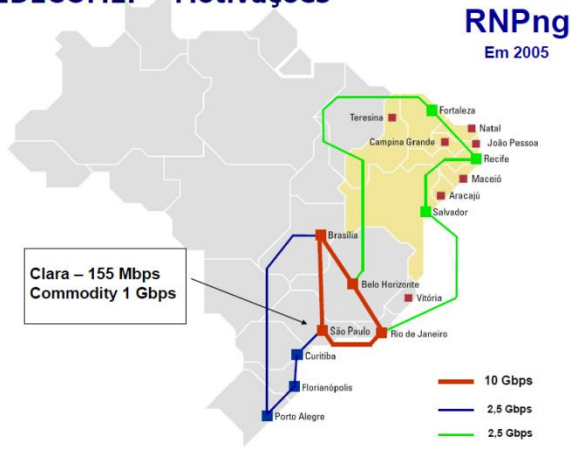
Para tornar mais atraente e fomentar o uso dos

Pontos de Conexão, propõe-se que estes equipamentos agreguem a função de roteadores para internet sem fio, oferecendo em um raio determinado internet gratuita e em banda larga para os moradores. Como os equipamentos estarão instalados em locais estratégicos²⁰, os *Pontos de Conexão* poderão se tornar referência para o encontro de moradores, os quais poderão acessar a rede de internet *wifi*, buscar por informações variadas e também proporcionar gradativamente o fortalecimento de uma cultura de cidadania participativa com a troca de conhecimentos e o envolvimento nas decisões de interesse público.

Sobre o domínio da tecnologia necessária para implantar os *Pontos de Conexão*, sugere-se parcerias para garantir a viabilidade dos equipamentos, do sistema e da rede de internet. A tecnologia necessária para as telas já é de domínio, tendo exemplos adaptáveis que foram desenvolvidos pelo Sapiens Parque e a Fundação CERTI. Sobre o sistema de gestão da informação, pode-se contar com os centros de pesquisa da UFSC, IFSC além de associações representativas como a ACATE. O acesso à internet banda larga poderá ser garantido pela Rede-Conhecimento, um projeto ligado à Rede Nacional de Estudo e Pesquisa – RNP que está integrando nacionalmente ações de computação avançada por meio de uma infraestrutura óptica de alta capacidade conforme apresentado na Figura 21.

²⁰ Locais de grande movimentação de pessoas, por exemplo: escolas, pontos de ônibus, escola de samba, postos de saúde, sede do Parque do Maciço, outros.

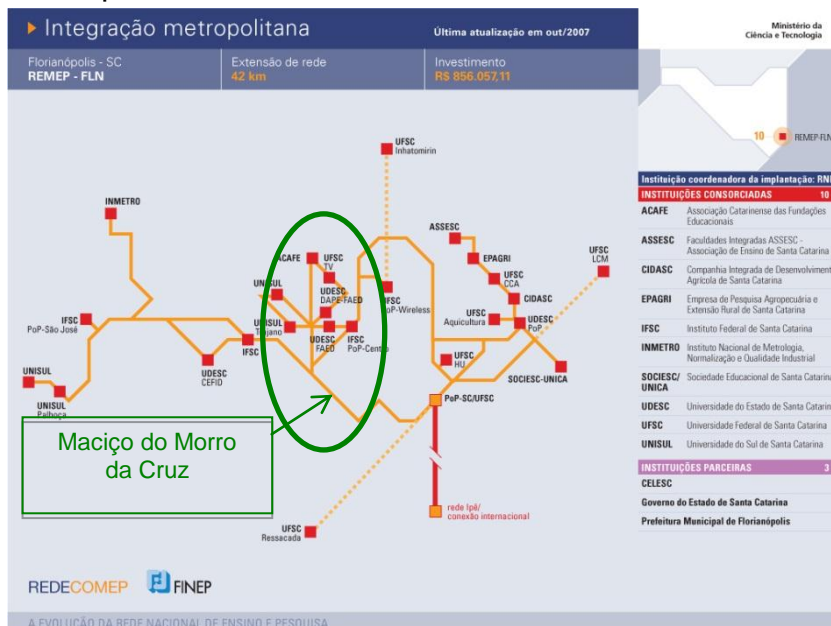
Figura 21 - Rede-Conhecimento em âmbito nacional

REDECOMEP - Motivações

Fonte: Rede Comep.

Em Florianópolis, esta rede de fibra óptica abastece inúmeros centros de pesquisa e também circunda todo o Maciço do Morro da Cruz, pois proporciona acesso ao Instituto Federal de Educação - IFSC e também a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, conforme apresentado na Figura 22. Entende-se que a utilização da internet à partir da RedeComep não é uma ação simples de ser implantada e que será preciso construir uma proposta sólida e viável para que possa ser articulada com os atores que têm capacidade de participar do projeto proposto. Somente com o convencimento e a adesão destes parceiros será possível implantar o projeto, o qual passará por refinamentos proporcionados pelo potencial técnico das instituições apoiadoras.

Figura 22 - Integração metropolitana da Rede Nacional de Pesquisa



Fonte: Adaptado pelo autor de Rede Comep. Disponível em: http://www.redecomep.rnp.br/_images/consorcios/25.jpg. Acesso em: 20 jan. 2014.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo propor elementos para estruturar uma rede de informações entre as organizações atuantes no Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis de modo a torná-las mais responsivas, considerando o contexto socioeconômico de seus moradores e o atual nível de articulação entre as organizações da sociedade civil atuantes neste território.

Ao final do estudo, acredita-se que a questão de pesquisa foi atendida à medida que possibilitou demonstrar o baixo nível de articulação entre as organizações pesquisadas, entre si e com os demais atores localizados dentro do território delimitado. Também foram apresentadas, através de dados quantitativos, as discrepâncias socioeconômicas das comunidades do Maciço do Morro da Cruz quando comparadas aos indicadores da cidade de Florianópolis. Já a proposição da rede de informações vai ao encontro das demandas da região e das organizações pesquisadas. Sistematizando os conhecimentos existentes, criando novas linhas investigativas e podendo aumentar a capacidade coletiva de obter melhores resultados nos trabalhos sociais desenvolvidos.

Acredita-se que melhorar o nível de informações sobre o Maciço do Morro da Cruz poderá ajudar a aproximar os diferentes atores que atuam neste território, sendo um passo importante para consolidar uma rede interorganizacional local. A proposição deste estudo pode ajudar a superar a assimetria de informação, prestando informações de forma a mais completa possível, mas por meio de linguagem simples e direta, assegurando-se que a população entendeu os objetivos

e especificidades da questão.

As reflexões teóricas e proposições práticas apresentadas neste estudo ajudaram no atendimento da questão inicial da pesquisa e também conhecer a realidade socioeconômica da região do Maciço do Morro da Cruz. Ainda demonstrou como as organizações da sociedade civil atuantes nesta região estão articuladas em rede. A partir da contextualização destes cenários, foi possível propor elementos para a estruturação de uma rede de informações para o Maciço do Morro da Cruz como forma de melhorar o nível de parcerias entre as organizações locais. Acredita-se que melhorar o nível de conhecimento através da troca de informações poderá ser uma ação estruturante na busca pela formação de uma rede de desenvolvimento para o Maciço, impactando em maior responsividade das ações executadas nesta região.

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

A proposta de iniciar as investigações deste estudo com os dados dos setores censitários do IBGE decorre da compreensão que esta contextualização representa uma premissa estruturante para qualquer formulação de políticas públicas que estejam minimamente alinhadas às necessidades de cada território. A possibilidade de acessar estas bases de dados abriu uma variedade de oportunidades investigativas a partir da estratificação das informações por determinada região geográfica, o que possibilita o planejamento de ações de forma mais precisa e

aderente às reais necessidades de cada território. Talvez por ser uma proposta recente, o autor se deparou com o pouco conhecimento por parte dos técnicos do IBGE em fornecer orientações sobre o uso destas bases de dados. A representação estadual do órgão alegou não ter treinamento sobre estes dados e toda relação de aprendizado precisou ser desenvolvida diretamente com a sede do órgão no Rio de Janeiro.

Foram identificadas possíveis discrepâncias na publicação final do Censo 2010 produzido pelo IBGE, sobretudo em relação ao número de comunidades em Florianópolis caracterizadas como subnormais. Profissionais que atuam no campo social reconheceriam outras regiões da cidade que detêm características elegíveis como aglomerados subnormais e não foram identificadas conforme esta categorização. Assim, o número de setores censitários classificados pelo IBGE como aglomerados subnormais pode estar subdimensionado na cidade de Florianópolis.

Sobre a identificação de cor e raça dos moradores do Maciço do Morro da Cruz, o trabalho não teve como objetivo aprofundar a investigação nesta linha, mas é possível perceber que há espaço para efetuar novos estudos a respeito das condições em que vivem a população negra nas periferias da cidade. Se em Florianópolis a população negra representa 4,9% do total, no Maciço do Morro da Cruz a média fica em 18% e, no caso de um setor específico do Monte Serrat, 64% de seus moradores se declararam da raça negra. Este mesmo setor do Monte Serrat apresentou um dos piores indicadores quanto à renda da população. Em comunidades como o Monte Serrat, a Nova Descoberta e o Mocotó, o percentual de moradores de cor negra é

maior que a média do Maciço do Morro da Cruz e consideravelmente superior à realidade da cidade de Florianópolis. No caso das comunidades investigadas, pode haver correlação positiva entre pobreza e concentração de população negra. No entanto, neste trabalho esta conclusão não poderá ser feita.

O estudo sobre os setores censitários do Maciço possibilitou ter um panorama sobre a situação das residências e do seu entorno. Contudo, o autor destaca a necessidade de realizar uma investigação de campo para comparar a situação apresentada a partir das informações do IBGE frente à realidade encontrada nas comunidades atualmente. Essa observação decorre do fato de que em muitas comunidades foram executadas obras pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC sendo a infraestrutura de alguns locais melhorada pelos programas públicos federais. Entretanto, nas reuniões e trabalhos com os moradores há relatos de que algumas obras não foram feitas a contento. É possível encontrar problemas de ordem técnica dos projetos e também de execução por parte das empreiteiras. Foram construídas curvas em “cotovelo”, rede coletora de esgoto mal dimensionada, escadarias com degraus fora do padrão, pavimentação de baixa qualidade e outras situações de obras que perceptivelmente não foram executadas seguindo procedimentos de excelência.

Neste sentido, oferecer um canal de informação onde os moradores possam acompanhar o andamento das obras e formalizar denúncias sobre os problemas de infraestrutura poderá ser uma forma de contribuir para que as obras nestas comunidades sejam mais bem executadas. Contribuiria também para que as prioridades

do poder público fossem orientadas pela demanda popular. O fato é que as empreiteiras desenvolvem um melhor trabalho quando estão em locais com maior visibilidade na cidade do que quando estão fazendo uma obra em alguma comunidade de periferia, onde há menor possibilidade de controle social por estar distante dos formadores de opinião. A contribuição do autor contempla este canal para o cidadão, conforme detalhado no Capítulo 4.

Analisando os rendimentos domiciliares per capita, percebe-se que a realidade do Maciço destoa negativamente daquela encontrada na cidade de Florianópolis. A Tabela 5 demonstrou situações distintas quando se compara a realidade de Florianópolis com a dos moradores do Maciço do Morro da Cruz. Em Florianópolis, apenas 5% dos domicílios possuem renda per capita menor que meio salário mínimo, enquanto no Maciço esse percentual é de 15%. Neste cálculo não foram considerados aqueles domicílios sem renda per capita. A situação é ainda pior quando a investigação é feita desagregada pelos setores censitários deste território. Em alguns setores o percentual de domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo ultrapassa 20% do total de residências.

Existem casos em que a situação é ainda pior. No Monte Serrat e no Mocotó, 8% dos domicílios tem renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo. Ao identificar estas precariedades surge a dúvida se este universo de famílias estão cadastradas pela prefeitura em programas assistenciais e se, paralelamente, há um plano de desenvolvimento socioeconômico individualizado para que possam superar esta situação de pobreza. As respostas para estas preocupações

ajudariam a compreender em que medida as políticas públicas estão sendo direcionadas para o combate à pobreza e se estão sendo devidamente priorizadas para aqueles casos mais contundentes. Entende-se como necessário a criação de um conjunto de políticas públicas estratégicas que abordem o tema de maneira estruturante e, concomitante, desenvolva ações pontuais que viabilizem a resolução daqueles casos específicos em que a família passa por situação de pobreza. A análise das informações dos setores censitários contribuiu na identificação destas situações, indicando a quantidade e o local em que estão concentrados estes domicílios prioritários.

Ao investigar a renda da pessoa responsável pelo domicílio se pôde entender um pouco do por que muitas famílias estão inseridas nesta situação de pobreza. Nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz, 20,2% dos chefes de família ganham até um salário mínimo enquanto em Florianópolis este percentual é de 8,7%. Nesta análise, foram retirados os casos em que o responsável pelo domicílio se declarou sem renda. O baixo nível salarial pode ser explicado pela ocupação em postos de trabalho que exigem pouca qualificação profissional. Contudo, considera-se oportuno destacar um dos potenciais origens deste problema, neste caso indicada pelo autor como a falta de uma educação formal de qualidade. Pressupõe-se que um cidadão com excelente formação escolar tem condições plenas de buscar as melhores oportunidades no mercado de trabalho, tendo seus conhecimentos reconhecidos e sendo bem remunerado por isso. Do contrário, é provável que o indivíduo tenha que aceitar ocupações que exijam menores qualificações, refletindo nos baixos

salários ofertados. É considerável o número de moradores das comunidades do Maciço do Morro da Cruz que trabalham em empresas terceirizadas, as quais prestam serviços de conservação e limpeza para órgãos públicos ou grandes empresas da cidade. Um exemplo para ilustrar esta situação decorre de que, segundo experiência do autor, um dos cursos profissionalizantes mais solicitados pelos jovens das comunidades do Maciço do Morro da Cruz é o de vigilante, pois assim que concluem as etapas de profissionalização e recebem o certificado de conclusão do curso, rapidamente conseguem emprego formal no mercado de trabalho.

Contudo, mesmo com parcela significativa das residências do Maciço do Morro da Cruz apresentando baixa renda per capita domiciliar, fato reforçado pelos baixos salários dos responsáveis pelo domicílio, o somatório destas pequenas rendas representa considerável volume de recursos financeiros para a cidade de Florianópolis. O tratamento das informações possibilitou calcular a soma da renda que é gerada em cada área do Maciço do Morro da Cruz. Na Tabela 7 foi apresentado o somatório dos dezessete setores censitários, apontando o volume de riqueza produzida por cada setor destas comunidades e que são injetados na economia da cidade. Há algum tempo o autor já conjecturava que, mesmo vivenciando uma situação de exclusão social, as comunidades do Maciço do Morro da Cruz contribuíam de forma significativa para a formação da riqueza na cidade, principalmente em segmentos ligados ao consumo de primeira necessidade. Neste estudo, o tratamento dos dados revelou resultados surpreendentes, ainda maiores do que o autor estimava de início. Mensalmente, as comunidades do Maciço do

Morro da Cruz produzem uma renda de R\$ 12.818.925,00 (Doze milhões, oitocentos e dezoito mil, novecentos e vinte e cinco reais). Pelo perfil da cesta de consumo destes moradores, esse volume de dinheiro é gasto, na sua maioria, com a aquisição de produtos de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, transporte, remédios, utensílios para a casa, entre outros. Todo esse dinheiro produzido pelos moradores deste território acaba circulando na vida da cidade de Florianópolis. Neste contexto, anualmente o conjunto de dezessete setores investigados detém uma renda total de R\$ 153.827.100,00 (Cento e cinquenta e três milhões, oitocentos e vinte e sete mil e cem reais), valor este que é injetado no comércio local e contribui para dinamizar a economia da cidade. Trata-se de uma quantia expressiva e parte destes recursos poderiam ser direcionados para os comércios, empreendimentos e prestadores de serviços localizados dentro da própria comunidade, fomentando a cultura do consumo local e a sustentabilidade do território.

A partir do mapeamento das organizações pode-se constatar a falta de projetos direcionados para jovens e adultos. O poder público não oferta projetos para esta faixa etária e as organizações da sociedade civil que trabalham no Maciço direcionam seu foco de atuação principalmente sobre crianças e adolescentes com idade entre cinco e quinze anos. Na primeira infância e adolescente há considerável oferta de projetos sociais, no entanto a problemática da ociosidade, evasão escolar, baixa qualificação profissional e envolvimento com atividades ilícitas está concentrada na faixa etária acima dos quinze anos. O Estatuto da Juventude foi instituído pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013 e

reconhece como jovem toda pessoa com idade entre 15 e 29 anos de idade. Nos dezessete setores censitários do Maciço do Morro da Cruz investigados nesta pesquisa, há 4.661 pessoas na faixa etária classificada como jovem, representando 29% da população total.

No ano de 2013 o *Movimento Floripa te Quero Bem*, do qual o autor faz parte do Conselho Consultivo, realizou um estudo que contou com um amplo grupo de especialistas e formadores de opinião a fim de identificar quais seriam os maiores desafios da cidade, sendo que este material seria utilizado para subsidiar o Plano de Metas do município a ser adotado pelo Prefeito. O resultado deixou evidentes os gargalos envolvendo a evasão escolar dos jovens. Com base no Censo 2010 e no Inep/MEC 2012, constatou-se que 35,37% (9.276) dos jovens com idade entre 15 a 19 anos estavam fora da escola na cidade de Florianópolis. Aplicando este mesmo indicador nos dezessete setores censitários do Maciço do Morro da Cruz, chega-se ao total de 546 jovens nesta faixa etária que estariam fora da escola.

O indicador de evasão escolar representa uma média das diferentes realidades encontradas na cidade. Porém, deve-se compreender que em comunidades de periferia é ainda mais elevado o número de jovens que abandonam a escola. A partir dessa premissa, presume-se que o percentual de jovens com idade entre 15 e 19 anos fora da escola é maior no Maciço do Morro da Cruz do que na média da cidade de Florianópolis. Estas realidades devem ser avaliadas com atenção pelos propositores de políticas públicas e projetos sociais, balizando suas ofertas de atividades educativas, culturais, esportivas, de qualificação profissional, enfim, uma série de oportunidades que propiciem o

desenvolvimento saudável destes jovens. Uma possível contribuição seria planejar de forma integrada estas políticas dinamizadoras, prezando pela qualidade das propostas que são direcionadas à juventude, apoiando seu desenvolvimento pleno e saudável, criando opções para mantê-los distantes de problemas comuns à idade e também da sedução que as atividades ilícitas podem representar. Havendo projetos atraentes e sustentáveis, que independam dos ciclos políticos e eleitorais, podem-se mitigar muitos dos problemas envolvendo as crianças, os jovens e até mesmo os adultos que residem nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

5.2 SOBRE O GRAU DE ARTICULAÇÃO ENVOLVENDO AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ATUANTES NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Em relação às redes de parceiros e apoiadores das organizações que atuam no território do Maciço, verificou-se que as especificidades das redes de parcerias estavam relacionadas com as características do trabalho executado e também ao perfil institucional de cada organização. Por exemplo, nos dois Conselhos de Moradores as relações dentro do território tiveram maior destaque para parcerias com as instituições religiosas locais. Na amostra, o tamanho das redes variaram entre 12 e 45 parceiros. A menor rede de parceiros foi de uma organização que atua na articulação e fortalecimento comunitário. Já a maior rede pertence a uma organização que atua no contra turno escolar, com mais de vinte anos de atuação formal, sendo referência na comunidade em que trabalha.

Nos levantamentos sobre a relação de parceiros

destas organizações percebe-se a inexistência de formas institucionalizadas ou métodos que ajudem na gestão estratégica da rede de parceiros que cada organização construiu ao longo de sua história. As organizações precisam desenvolver uma análise estratégica sobre suas redes, compreender quem são os parceiros, quais os interesses das partes envolvidas, reforçar os vínculos com ações de *feedback* e proceder uma crítica racional sobre o potencial e a complementariedade da atual rede de parceiros. Esta sugestão extrapola a amostra de organizações investigadas, podendo ser útil para todo o campo social.

A análise racional das parcerias poderá sugerir em quais áreas a instituição está bem relacionada e em quais precisará ampliar o universo de parceiros, adquirindo competências complementares àquelas que já possuem. Normalmente, uma organização social não dispõe de recursos suficientes para contratar no mercado as competências que necessita. Investir esforços na estruturação de uma rede de parceiros com capacidade para contribuir com as demandas da organização pode resultar em maior eficiência e responsividade as organizações da sociedade civil.

Entende-se que os indivíduos ou organizações que se articulam em rede têm vantagens sobre aqueles que agem individualmente, com destaque para o acesso a informação. A informação apresenta-se como um recurso capaz de aproximar as organizações da sociedade civil podendo gerar um efeito multiplicador sobre seus trabalhos sociais, representando uma série de vantagens quando comparada à atuação isolada. Desta forma, o mapeamento das inter-relações entre as dez organizações atuantes no mesmo território indicou

não haver uma prática articulada em rede capaz de aproveitar as vantagens que este conjunto de experiências seria capaz de fomentar.

5.3 SOBRE A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A contribuição deste trabalho propôs aumentar a responsividade individual e coletiva das organizações que atuam no Maciço do Morro da Cruz a partir da estruturação de uma *rede de informações com foco no território do Maciço*. Entende-se que existe um elevado nível de assimetria de informações sobre o território e também entre as organizações que atuam neste ambiente. As organizações da sociedade civil, os atores públicos, as agências multilaterais, as universidades e as empresas poderão desenvolver seus trabalhos com melhores resultados para os beneficiados se tiverem à disposição uma base de informações confiável e de fácil acesso. A proposta de que o Instituto Vilson Groh – IVG articule esta iniciativa tem como lastro a entrevista realizada com seu Presidente, tendo o mesmo demonstrado interesse em participar das proposições apresentadas pelo autor. Decorre também do entendimento de que é preciso haver uma instituição como referência que anime o processo e dê os primeiros passos em torno de sua criação. Além disso, o IVG tem experiência na articulação de uma rede composta por sete organizações da sociedade civil com respeitado histórico de atuação na área social, estando a Rede IVG caracterizada como uma *rede de desenvolvimento* (AGRANOFF, 2007).

De acordo com a classificação de Agranoff (2007), a proposta sugerida neste trabalho seria uma *rede de*

gestão pública adotando a tipologia de *rede de informação*. Trata-se de uma primeira etapa na construção de uma rede mais colaborativa. Esta configuração elege a informação como elemento catalizador para o desenvolvimento do território do Maciço do Morro da Cruz. A experiência do IVG e do Fórum do Maciço servem como aprendizado na construção da rede de informações sobre o Maciço. A proposta consiste em iniciar com algo modesto e utilizar a informação como insumo na construção de inteligências e competências a respeito dos territórios do Maciço do Morro da Cruz. Acredita-se haver uma correlação positiva entre o nível de informação e o desenvolvimento do território, pois o incremento no nível de conhecimento produz um efeito multiplicador sobre a proposição de melhores projetos, o que acaba gerando melhores resultados sob a ótica do beneficiário.

A contribuição proposta neste trabalho não está restrita às organizações da sociedade civil atuantes no território, contemplando também outros atores. Os conhecimentos construídos a partir da *rede de informações com foco no Maciço* deverão também alcançar a população sem precisar passar por intermediários. Os *Pontos de Conexão* descritos no Capítulo 4 podem representar um importante canal para a participação cidadã, à medida que levam para a população informações relacionadas aos territórios do Maciço do Morro da Cruz com formato simples e de fácil entendimento. Esta inovação propõe o acesso à informação qualificada e conexão sem fio à internet banda larga, podendo se constituir como um local de encontros para o lazer e a troca de ideias orientadas para os interesses individuais e coletivos.

A consolidação de uma rede de informações poderá fomentar a governança através de uma rede de políticas públicas com capacidade para articular os atores envolvidos naquele contexto territorial. No momento em que as organizações e os moradores conquistarem conhecimentos profundos sobre a realidade do território, poderá ser possível desenvolver ações integradas que resultem em maior responsividade.

5.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Frente aos resultados desta pesquisa considera-se importante destacar que a proposta está alinhada à realidade das organizações que atuam no Maciço do Morro da Cruz. O autor trabalha desde o ano de 2006 no campo social incluindo a região do Maciço do Morro da Cruz e esta experiência ajudou na delimitação da proposta de intervenção. É importante destacar que não há qualquer pretensão de apresentar com este estudo um quadro definitivo sobre os padrões de relações e parcerias que detém as organizações da sociedade civil investigadas nesta pesquisa. O fato de uma organização estar mais articulada no interior do território comparado à situação de outra organização pode decorrer de inúmeros fatores, os quais precisariam ser analisados por diferentes óticas para possibilitar afirmações mais contundentes. No método de coleta de informações foi entrevistado um gestor de cada organização, o que pode ter subdimensionado o número de parceiros. Se as entrevistas tivessem sido realizadas com um número maior de gestores por organização os números de parcerias poderia ser maior. Outra limitação do método foi a escolha por não apresentar de antemão ao

entrevistado o conceitos de parceria tampouco uma lista prévia de organizações para assinalar. Esta postura foi adotada com o objetivo de captar a percepção dos entrevistados sobre o conceito, representado nas citações de quem seriam os parceiros da organização segundo a ótica do gestor entrevistado. Desta forma, recomenda-se a adoção de cautela quanto ao entendimento dos resultados das redes de parceiros.

Sobre a pesquisa envolvendo os dados censitários, houve dificuldades para obter orientações sobre como proceder aos tratamentos da base de dados. Como o acesso a esta base foi sendo disponibilizada em diferentes momentos ao longo do ano de 2013, os funcionários do IBGE lotados na regional de Santa Catarina afirmavam não terem sido treinados para trabalhar sobre estas informações. Assim, todas as orientações precisaram ser feitas com a sede do órgão no Rio de Janeiro, o que dificultou o aprendizado e também um domínio maior sobre estas informações.

Quanto à contribuição do trabalho, foi adotada uma postura de cautela por entender que não seria factível propor uma intervenção de maiores proporções que, na prática, sabe-se de antemão que seria inviável. O autor trabalha desde 2006 no campo social tendo experiências no território do Maciço do Morro da Cruz e também com diferentes organizações que trabalham neste contexto. Conhecendo a rotina de muito trabalho e escassez de recursos destas organizações, a proposta de estruturar uma rede de informações com foco no Maciço do Morro da Cruz pode representar tanto uma contribuição quanto uma forma de aproximar estas organizações.

5.5 INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS E PESQUISAS

A partir da experiência obtida na execução deste trabalho, percebe a importância de avaliar a situação de outras comunidades de periferia da região metropolitana de Florianópolis utilizando os dados do IBGE segmentados por setores censitários. Essas informações possibilitarão um nível de conhecimento maior o que influencia na elaboração de melhores propostas de intervenção.

Também se pensa em firmar parcerias com as escolas públicas localizadas no Maciço do Morro da Cruz para verificar *in loco* em que medida as obras do PAC trouxeram melhorias quando comparadas aos dados do IBGE. As parcerias com as escolas seriam interessantes para envolver os alunos em atividades extraclasse, enriquecendo o aprendizado formal e também contribuindo na formação de um cidadão mais consciente e participativo.

Há também uma proposta de estudo que contempla a vocação da cidade para a área de tecnologia. Tendo como referência que Florianópolis é a Capital da Inovação, propõe-se viabilizar a estruturação de um plano territorial visando incorporar uma parte desta inovação e tecnologia nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

Foi apresentado no trabalho o alto índice de jovens fora da escola e o potencial que estes jovens ociosos teriam para se envolver em situações de criminalidade. Frente a esta realidade, seria interessante desenhar uma pesquisa de percepção com a juventude moradora nas comunidades de periferia para

compreender suas opiniões sobre os projetos sociais desenvolvidos em suas comunidades. Quais consideram interessantes? Quais acreditam que não está tendo impacto? O que sugerem que poderia ser ofertado como opção para os jovens?

Ainda sobre a questão dos jovens, propõem-se desenvolver uma pesquisa para entender quais são os principais fatores indutores para que os jovens se envolvam em situações de criminalidade em Florianópolis, sobretudo o tráfico de drogas.

E uma última indicação de pesquisa considerada interessante seria: frente à renda agregada gerada em uma comunidade de periferia, o retorno que o poder público lhes oferece em serviços é justo quando comparado ao montante de impostos que estes moradores pagam? Esta proposta de investigação foi inspirada pela realidade encontrada nos levantamentos quantitativos sobre o Morro da Cruz.

REFERÊNCIAS

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

AGRANOFF, Robert. **Managing within networks**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2007.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G; FREEMAN, L. C. **Ucinet 6 for Windows**: software for social network analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BORZEL, Tanja; PANKE, Diana. Network governance: effective and legitimate? In: SORENSEN, Eva; TORFING, Jacob. (Orgs.). **Theories of democratic network governance**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Unicamp, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 109. **Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Diário Oficial, 25 nov. 2009. Brasília, DF.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. **Dispõe sobre os direitos dos jovens, princípios e diretrizes das políticas públicas de jovens**. Brasília: Poder Executivo.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de nov. de 2011. **Regula o acesso à informação**. Lei de Acesso à Informação. Brasília: Poder Executivo, 2011.

BURT, Roland. **Structural Holes**: the social structure of competition. Cambridge: [s. n.], [20-].

CASTRO, Iná E. **Instituições e territórios**: possibilidades e limites ao exercício da cidadania no Brasil. Geosul, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.

CODES, Ana Luiza Machado. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. [S. l.]: IPEA, 2008.

DEMATTEIS, Giussepe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 367p.

DESAFIOS DE FLORIANÓPOLIS. **Subsídios para elaboração de plano de metas**. Florianópolis: Movimento Floripa te quero bem. 2012.

FERRÃO, J. **Governança e ordenamento do território**: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. Prospectiva e Planejamento, v. 17, p. 129-139, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade civil no Brasil: conceito e sujeitos atuantes. In: Caderno Ideação. **Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível**. 1º Seminário: Balanço e Perspectivas das Políticas Sociais no Cenário Mundial Atual. Porto Alegre, 2002.

GRADE, Marlene. **Fórum do maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório**: germinando a espacialização de relações solidária em Santa Catarina. Florianópolis, 2006. [413]f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure**: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, p. 481-510, 1985.

_____. The Strength of Weak Ties. In: *American Journal of Sociology*, MA: Havard University Press, 1992.

GROH, Vilson. **Entrevista concedida a Willian Carlos Narzetti**. Florianópolis, 15 de dez. de 2013. Entrevista.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <http://www.redecomep.rnp.br/_images/consorcios/25.jpg>. Acesso em: 11 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO 2010**: setores censitários de Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

INSTITUTO VILSON GROHN. Relatório social. **Prestação de contas referente às ações de 2012**. Florianópolis: Instituto Vilson Groh, 2013.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 479-99, maio-jun., 2006.

MARCASSA, Luciana Pedrosa; PINTO, Fábio Machado; DANTAS, Jéferson Silveira (Org.) **Formação continuada e politização docente**: escola e universidade na luta pela educação no Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis. Florianópolis: Insular, [20--].

MARQUES, Eduardo Cesar. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000. 350p.

NERI, Marcelo. **Mapa da inclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

_____. **A nova classe média**: o lado brilhante da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Fátima B. **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OSTROM, Vicent. **The intellectual crisis in american public administration**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1974.

PROVAN, Keith G.; KENIS, Patrick. Modes of network governance: structure, management and effectiveness, **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, p. 229-252, 2008.

QUIVY, Raymond; COMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005. 285p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDECOMEP. Redes comunitárias de educação e pesquisa: Rede nacional de pesquisa. Disponível em: <<http://www.redecomep.rnp.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SAITO, Silvia Midori. **Dimensão socioambiental na gestão de risco dos assentamentos precários no maciço do morro da cruz**. 252 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A reinvenção solidária e participativa no Estado**. Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, oficina 134, 1999. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/134.pdf>. Acesso em: 12 maio 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SCHNEIDER, V. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**. Civitas, v. 5. n. 1, p. 29-58, 2005.

SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC, 2011. 350p. (Enapegs; 5).

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Leonardo Sechi. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA E CARIBENHA SOBRE ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 3., 2010, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/abordagem-das-capacitacoes-um-estudo-empirico-sobre-pobreza.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

SIMIONATO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e Participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. 145-164, jul 2001.

SITCOVSKY, Marcelo. As particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre o estado, política e sociedade. Recife: UFPE, 2006.

STOKER, G. **Governance as theory**: five prepositions. Oxford, 1998.

VALE, Gláucia, M. V. **Territórios vitoriosos**: o papel das redes organizacionais. Garamount, 2007.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994. 277p.

ANEXOS

ANEXO A – Instrumento de entrevista para levantamento da rede de parceiros das organizações da sociedade civil do Maciço do Morro da Cruz – Terceiro Setor

					
Instituição entrevistada:		Localização:			
Faixa etária atendimento:		Quantidade de atendidos:			
Pessoa entrevistada:		Cargo na organização:			
Telefones:		Email:			
3º Setor*	Nome da organização:	Indique a recorrência da relação/parceria			Em que situações este parceiro te ajuda?
		Cada 15 dias	Entre 15 e 45 dias	Acima 45 dias	
*Citar as relações com outras organizações que atuam no território e fora dele, participação em Conselhos, Comissões, Escolas, Creches, Associação moradores, outros.					

ANEXO B – Instrumento de entrevista para levantamento da rede de parceiros das organizações da sociedade civil do Maciço do Morro da Cruz – Setor Público

Instituição entrevistada:		Localização:			
Faixa etária atendimento:		Quantidade de atendidos:			
Pessoa entrevistada:		Cargo na organização:			
Telefones:		Email:			
Setor Público*	Nome da organização:	Indique a recorrência da relação/parceria			Em que situações este parceiro te ajuda?
		Cada 15 dias	Entre 15 e 45 dias	Acima 45 dias	
Quais agentes públicos mantêm relação de parceria					
*Relação com instâncias pública, como por exemplo: Secretaria de Assistência, CRAS, Habitação, Segurança Pública, Postos de Saúde, Juizado da Infância, Conselho Tutelar, outros...					

ANEXO C – Instrumento de entrevista para levantamento da rede de parceiros das organizações da sociedade civil do Maciço do Morro da Cruz – Setor Privado

Instituição entrevistada:		Localização:			
Faixa etária atendimento:		Quantidade de atendidos:			
Pessoa entrevistada:		Cargo na organização:			
Telefones:		Email:			
Setor Privado*	Nome da organização:	Indique a recorrência da relação/parceria			Em que situações este parceiro te ajuda?
		Cada 15 dias	Entre 15 e 45 dias	Acima 45 dias	
Empresas que apoiam de alguma forma o trabalho da organização					
* Empresas que apoiam continuamente a organização: Por exemplo: financeiramente; doação de materiais, contratação de jovens, Realização de eventos, outros .					